



Cristiane Silva Furtado

Tecendo as Redes do Paternalismo

Lazer e Identidade entre os trabalhadores
da fábrica Paracambi (1874-1918)

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em História Social da Cultura
do Departamento de História do Centro de
Ciências Sociais da PUC-Rio

Orientador: Prof. Leonardo Affonso de Miranda Pereira

Rio de Janeiro
Novembro de 2012



Cristiane Silva Furtado

**Tecendo as redes do paternalismo:
lazer e identidade entre os trabalhadores da
Fábrica Paracambi (1874-1918)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Leonardo Affonso de Miranda Pereira

Orientador

Departamento de História – PUC-Rio

Prof. Paulo Roberto Ribeiro Fontes

CPDOC– FGV

Prof. Luís Reznik

Departamento de História - PUC-Rio

Profª Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2012.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da Universidade, do autor e do orientador.

Cristiane Silva Furtado

Graduou-se em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2006. cursou o programa de pós-graduação *lato sensus* em “História da África e no negro no Brasil”, na UCAM, Rio de Janeiro, em 2007/2008. Concluiu o programa de Mestrado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2012.

Ficha Catalográfica

Furtado, Cristiane Silva

Tecendo as redes do paternalismo: lazer e identidade entre os trabalhadores da fábrica Paracambi (1874-1918) / Cristiane Silva Furtado; orientador: Leonardo Affonso de Miranda Pereira. – 2012.

108 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2012.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História social da cultura. 3. Trabalhadores. 4. Paternalismo. 5. Lazer. 6. Fábrica. I. Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Agradecimentos

Essa Dissertação de Mestrado é o resultado de uma luta exaustiva contra o tempo e pela busca de documentações. Os inúmeros percalços enfrentados nesse processo não são possíveis de narrar, e apenas um silêncio profundo é capaz de expressar tamanha dificuldade e cansaço. Entretanto, não posso deixar de agradecer a todos que tornaram possível estar hoje esse trabalho pronto.

Primeiramente agradeço ao meu orientador, Leonardo Affonso de Miranda Pereira, que sempre me apoiou e incentivou a continuar a busca por documentos que pudessem dar consistência a esse trabalho final. Agradeço com muito carinho a boa vontade e disponibilidade do meu orientador.

Gostaria ainda de agradecer as pessoas maravilhosas que se disponibilizaram para me ajudar nessa luta contra o tempo. Em primeiro lugar não poderia deixar de agradecer a Suelen Mariano a quem devo ter conseguido cumprir esse prazo. Muito mais do que uma amizade e parceria que começou na graduação, o que temos é um verdadeiro encontro de vida. Sou grata para sempre pela sua ajuda, dedicação, conselhos, e por me fazer acreditar na minha capacidade.

Não poderia deixar de mencionar minha mãe, Maria Cristina Furtado, e meu pai Jari Furtado, que sem o apoio que sempre me deram nada disso seria possível. Além de minha pequena e amada irmã que quando estava ao meu lado nos momentos complicados por que passei se calava e arregalava seus lindos olhos, para depois me abraçar e confortar. Te amo pequena.

Agradeço ainda a Dona Orminda antiga moradora do Vale Paraíba que se tornou uma grande amiga e a quem tenho profundo respeito e carinho. A toda família Belchior que acompanhou o início desse processo de perto, e que até o final torceram por mim. Obrigada, Orminda, Lúcia, Thais e Flavinha.

A todos os amigos e colegas do Mestrado, pelos incentivos e momentos de descontração, Joyce, Carlos, Marcinha, Catia, Goshai, Sheilinha, amigos queridos, que espero manter para toda a vida.

Ao Departamento de História e seus magníficos funcionários, Edna, Cleusa, Claudio, Moisés e Anair.

Por fim, agradeço ainda a disponibilidade da Banca Examinadora, formada por Paulo Roberto Ribeiro Fontes, Luiz Reznik, e Eunícia Barro Barcelos Fernandes obrigada pela oportunidade.

Resumo

Furtado, Cristiane Silva; Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. **Tecendo as Redes do Paternalismo: lazer e Identidade entre os trabalhadores da fábrica Paracambi (1874-1918)**. Rio de Janeiro, 2012, 108 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A Companhia Brasil Industrial iniciou o projeto de construção de uma nova fábrica de tecidos na Província do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Construída aos pés da Serra do Mar, na região denominada Vale do Paraíba, a fábrica constituiu o maior projeto da indústria têxtil do Império brasileiro. Essa dissertação procura acompanhar o modo pelo qual se estabeleceram, na localidade, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, redes de relação paternalista que marcavam o modo pelo qual os trabalhadores lidavam com a direção da Fábrica - em uma tensa e sutil negociação através da qual buscavam espaços possíveis de autonomia e liberdade. Para isso, se debruça em elementos que marcavam o cotidiano dos trabalhadores da localidade – como a festa de Nossa Senhora da Conceição, a formação de uma banda de música, o grupo de teatro *Servos de Thalma*, a celebração do carnaval e o clube de futebol *Paracambi F.C.* .

Palavras-chave

Trabalhadores; Paternalismo; Lazer; Fábrica.

Abstract

Furtado, Cristiane Silva; Pereira, Leonardo Affonso de Miranda (Advisor). **Weaving the networks of paternalism: leisure and identity among workers from Paracambi Factory (1874-1918)**. Rio de Janeiro, 2012, 108p. MSc. Dissertation – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Brazil Industrial Company began the project of building a new textile factory in the province of Rio de Janeiro in the second half of the nineteenth century. Built at the foot of the Serra do Mar, in the region known as Vale do Paraíba, the factory was the largest project of the textile industry of the Brazilian Empire. This dissertation seeks to track the way in which they settled in the town, between the late nineteenth century and the first decades of the twentieth century, networks paternalistic relationship that marked the way in which workers handled the direction of the factory - in a tense and subtle negotiation through which sought possible spaces of autonomy and freedom. To do so, focuses on the everyday elements that marked the location of workers - as the feast of Our Lady of Conception, the formation of a band music, the theater group *Servos de Thalma*, the celebration of carnival and football club *Paracambi F. C.*.

Keywords

Workers; Paternalism; Leisure; Factory.

Sumário

1. Introdução	08
2. A Gigante Brasil Industrial: herança e modernidade no Vale do Paraíba Fluminense	16
3. Sob o Manto de Nossa Senhora: as redes do paternalismo	41
4. Nas teias do lazer: o paternalismo na perspectiva dos trabalhadores	70
5. Considerações Finais	100
6. Referências Bibliográficas	103

1 Introdução

O primeiro contato que estabeleci com a fábrica de tecidos Companhia Brasil Industrial aconteceu em uma viagem à cidade de Mendes, situada no Vale do Paraíba. Para subir a Serra do Mar, deve-se obrigatoriamente passar pela cidade de Paracambi. As muitas placas que indicavam um local de visitação me chamaram atenção, e levaram-me a uma rápida visita ao lugar. Ali chegando, me deparei com uma construção gigante cercada por uma densa mata verde, uma espécie de monstro silencioso, adormecido: a antiga fábrica de tecidos da cidade, que estava desativada e, na ocasião, abandonada. A imagem do grandioso prédio completamente vazio de vida, com janelas quebradas e parte da fachada caindo, imprimia a imagem de ruína, e decadência. Fui tomada por uma sensação de espanto e curiosidade, que também pude perceber estender-se às pessoas que me acompanhavam, fato que me levou a fazer algumas perguntas a um zelador, do local, o Sr. Antônio. Este me informou que havia trabalhado ali durante muitos anos, e disse-me apenas o que me parecia já óbvio, diante daquele majestoso prédio: “ah, isso aqui foi grandioso, menina!”. A partir de então começa esta História, movida por minha curiosidade em saber mais sobre o lugar.

Ao aspecto de ruína da fábrica correspondia uma imagem igualmente decadente da cidade que o abrigava, uma das empobrecidas e abandonadas cidades que constituem o Vale do Paraíba fluminense. A marca desbotada de um passado de glória e opulência que configura as cidades do Vale também podia ser percebida naquela localidade. Ainda assim, era difícil entender, naquele momento, o que fazia uma enorme fábrica de tecidos em um local que fora o centro da produção de café no século XIX. Informada por análises aprendidas na escola que afirmavam a absoluta separação entre o trabalho escravo e o trabalho livre, não conseguia entender, de início, como um empreendimento daqueles podia ter se enraizado em uma região sustentada pelo braço de africanos escravizados e seus descendentes. As poucas informações que encontrei de início sobre tal suposta contradição, aliada ao papel grandioso que a antiga fábrica ainda ocupava na memória dos moradores locais, levaram-me à iniciativa de elaborar esse trabalho,

que procura fazer esse monstro silencioso “falar” – como sugerido por Pierre Nora¹.

Para começar a buscar uma solução para este dilema, um primeiro apoio importante veio de um artigo escrito em 1988 por Sílvia Hunold Lara, intitulado “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”². Nele a autora evidencia a exclusão do negro e de suas experiências da história social do trabalho brasileira, criticando a teoria da substituição pura e simples do trabalhador escravizado pelo imigrante europeu. Seguindo essa trilha, Antônio Luigi Negro e Flávio Gomes, no artigo “Além das Senzalas e Fábricas: Uma História Social do Trabalho”³, apontam a distância que separa os estudos sobre o mundo do trabalho na República, da rica historiografia desenvolvida a partir da década de 1980 sobre os trabalhadores escravos. Os autores definem tal lacuna como um entrave a ser superado pela historiografia.

O sentido desta crítica se esclarece quando atentamos para a produção historiográfica sobre a escravidão desenvolvida a partir da década de 1980, à qual se referem estes artigos - que tem como expoentes autores como a própria Sílvia Lara⁴, Sidney Chalhoub⁵, João José Reis⁶ e Robert Slenes⁷. Como ponto em comum, tais autores libertaram o escravo da condição de coisa inanimada para eles definida pela historiografia do período anterior – que, ao enfatizar as relações de violência constitutivas do cativo, acabaram por dar forma a escravos destituídos de lógicas específicas ou de laços familiares e de solidariedades⁸. Em sentido contrário, autores como Chalhoub passaram a buscar as táticas e estratégias desses sujeitos ao lidar com a escravidão⁹. Dessa forma, esses homens

¹ NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux”. In: NORA, Pierre (org). *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1986. (vol. 1).

² LARA, Sílvia H. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil*. Projeto História. São Paulo. 16:25-38, fev.1998.

³ Cf. NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. “Além de senzalas e fábricas, uma história social do trabalho”. IN: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 18, n. 1, jun. 2006, pp. 217-240.

⁴ LARA, Sílvia H., *op. cit.*

⁵ CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁶ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

⁷ SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Editora Difusão Europeia do Livro, 1962.

⁹ Cf. CHALHOUB, Sidney. *op. cit.*; Ver também CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

e mulheres mesmo na condição de escravos passaram a ser compreendidos por esses autores como sujeitos, o que acabou por revelar novos caminhos para a compreensão da complexa relação social do Brasil durante a escravidão.

A vitalidade desses estudos não bastou, no entanto, para que os historiadores que tratam do trabalho livre nos primeiros anos da República passassem a reconhecer suas formas específicas de luta e organização. Como colocado por Antônio Luigi Negro e Flávio Gomes, entre o olhar para o escravo como sujeito, consolidado por essa nova historiografia da escravidão, e produções sobre o trabalho livre no Brasil, como a de José Sérgio Leite Lopes¹⁰ – que procura entender o processo de formação de classe no Brasil pós 1930 – acaba por existir um claro hiato, que passa por cima de algumas visíveis aproximações entre seus objetos. Percebe-se, assim, que mesmo superada a ideia do escravo como coisa (portanto, como um agente destituído de quaisquer costumes e experiências próprias de enfrentamento social), se manteve por tempos, na historiografia brasileira, a crença em uma “substituição” pura e simples do trabalho escravo por imigrantes livres, que marcou a produção das décadas de 1960 e 1970 sobre o trabalho no Brasil¹¹. Desse modo, a classe trabalhadora local continuou a ser pensada somente pelas tradições de luta e organização de imigrantes de origem europeia.

Como uma resposta a tais questões, alguns trabalhos têm mostrado como coexistiam, em meio à escravidão, formas de liberdade e de trabalho, que tornavam frágil a distinção entre trabalho livre e trabalho escravo¹². Insuficiente para qualquer parte de um país marcado pela escravidão, tal separação se mostra ainda mais precária, porém, em um empreendimento industrial erigido em pleno Vale do Paraíba, a mais forte e importante região escravista do século XIX¹³. Evidencia-se, desse modo, como uma investigação sobre o universo dos trabalhadores da fábrica de tecidos Companhia Brasil Industrial pode se constituir

¹⁰ LEITE LOPES, José S. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na “Cidade das Chaminés”*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da UNB, 1988.

¹¹ Exemplarmente a produção de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes. Sobre a definição da produção da chamada década de 1960 e 1970 Cf. LARA, op. cit.

¹² MAMIGONIAN, Beatriz G.. “Revisitando o problema da ‘transição para o trabalho livre’: a experiência dos africanos livres”. In: FLORENTINO, Manolo. (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005, v. , p. 389-417

¹³ STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p.83

em um bom meio tentar refletir sobre a questão, de modo a compreender o processo de articulação de identidades experimentado pelos trabalhadores locais ao longo deste período.

De fato, o estudo de caso de tal fábrica nos parece relevante para identificar e analisar o processo que transformou trabalhadores, ex-escravos, mulheres e crianças em operários. Alguns indícios nos apontam que houve a presença de escravos no período inicial das atividades da Companhia, como o primeiro relatório aos acionistas da Brasil Industrial¹⁴, expõe uma complexidade maior sobre a questão da convivência do trabalho escravo ao lado do trabalho livre.

Poucos foram os trabalhos que voltaram sua atenção para a Companhia Brasil Industrial e sua fábrica. Paulo Fernandes Keller, sociólogo graduado pela UFRJ, aparece como o pioneiro no estudo das fábricas da região – que publicou em 1997 o livro *Fábrica e vila operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi*, resultado de sua Dissertação de Mestrado 1997¹⁵. Sua investigação se concentrou, em suas próprias palavras, “na forma como o operariado viveu cotidianamente sua experiência¹⁶.” O autor procurou focar sua análise nas relações estabelecidas entre o operariado e a diretoria da fábrica, na experiência vivida no cotidiano da vila operária, ou, como formula em seu trabalho, nas “práticas de negociação, resistência e reciprocidade”¹⁷ que caracterizaram essas relações. Seu problema concentrou-se em perceber as lutas de classe formadas dentro do complexo fábrica/vila operária. O recorte temporal de sua pesquisa enfatizou o que ele chamou, através do diálogo com o autor Leite Lopes, o “auge do sistema fábrica com vila operária¹⁸”, que compreende o último quartel do século XIX até a metade do século XX. Keller utilizou como fonte principal os relatórios dos acionistas da Brasil Industrial, assim como depoimentos orais colhidos de antigos moradores. Seu trabalho foi relevante por trazer a tona fragmentos do cotidiano de duas fábricas da região, a Brasil Industrial e a Maria Cândida, para o debate acadêmico, enfrentando a temática da

¹⁴ COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL. *Primeiro Relatório aos Acionistas* em 30 de janeiro de 1874.

¹⁵ Idem. Ibidem.

¹⁶ KELLER, Paulo Fernandes. *Fábrica e Vila Operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi/RJ*. Engenheiro Paulo de Frontin: Solon Ribeiro, 1997. p.11.

¹⁷ Idem. p.18.

¹⁸ Idem. Ibidem.

vivência nas vilas operárias – permeada por conflitos, resistências, concessões e laços de solidariedade. O trabalho de Paulo Keller abarca uma grande temporalidade que vai da fundação da fábrica da Companhia Brasil Industrial ainda no século XIX, ao declínio desse sistema de fábrica com vila operária já na década de 1970. Seu trabalho foca nas relações de dominação fabril que pretende um sistema totalizador de poder sob a vida desse operariado, Keller percebe em algumas ações desses indivíduos a apropriação dos espaços que compõe a Vila operária e que a transformam em seu próprio lar. Entretanto, não é seu objetivo analisar o compartilhamento no dia a dia das diferentes experiências e tradições que se transformaram em *costumes comuns* desses trabalhadores e permitiram a esses sujeitos abrir seus próprios espaços por dentro da lógica de dominação pretendida pelo sistema fabril.

Dez anos depois do livro de Keller, outro trabalho voltava a tematizar a fábrica: o de Maria Ciavatta¹⁹, professora titular de Trabalho e Educação, associada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Tendo por foco a memória do trabalho e da educação, a autora procura compreender os caminhos educacionais seguidos pelo projeto mais recente da fábrica. Elabora, para isso, um panorama histórico da Brasil Industrial, desde sua formação até quando foi desativada, em 1996. Sua pesquisa concentrou-se nas transformações sociais do trabalho e da educação, mudanças expressas em diversas conjunturas históricas, iniciadas no final do XIX – com a implementação da Companhia Brasil Industrial – e prolongadas durante o século XX até o XXI. O eixo para esse recorte temporal está nas percepções trazidas pela memória de diferentes gerações de funcionários da fábrica, que medeiam esse diálogo com as diferentes temporalidades propostas pela pesquisadora, através da linguagem oral, escrita e iconográfica.

Apesar de algumas semelhanças com o trabalho de Paulo Keller, como a atenção conferida às disputas sociais no cotidiano do complexo fábrica com vila operária, **nenhum dos dois trabalhos citados concentra-se no debate que proponho: a relação entre as ideologias pretensamente modernas dos idealizadores e**

¹⁹ CIAVATTA, Maria. “Do Espaço da Fábrica para o Espaço da Escola (I): Introdução a uma história fotográfica”. In: CIAVATTA, Maria. (coord.); DUARTE, Elisa Tavares [et al.]. *Memória e Temporalidades do Trabalho e da Educação*. Rio de Janeiro: Faperj, 2007. pp. 19-40.

dirigentes da Brasil Industrial e os costumes e experiências dos trabalhadores que formam a mão de obra da localidade.

Por mais que esses autores não tivessem o foco de seu trabalho nessa questão, suas investigações e análises nos trazem claros indícios a respeito da sua importância. Paulo Keller ressalta algumas vezes, a origem rural de grande parte dos novos operários fabris que viam na fábrica uma possibilidade de libertação da vida rural. Os relatos analisados nesse trabalho forneceram os indicativos de que grande parte dessas famílias de trabalhadores veio efetivamente do campo – ideia corroborada por Stanley Stein, autor de alguns dos mais importantes estudos sobre o trabalho escravo da região do Vale Paraíba²⁰. Stein afirma que “o crescimento industrial, tanto de indústrias já existentes quanto de criação recente, era um atrativo poderoso para a mão de obra agrícola da região²¹”, no momento de decadência da estrutura cafeeira do Vale Paraíba fluminense.

Esses homens e mulheres da região que foram atraídos por trabalho e moradia oferecidos pela Companhia Brasil Industrial haviam se formado por dentro dessa lógica agrária e escravista da região, partindo dela para constituir seus novos laços de sociabilidade e identidade²². Foi na relação cotidiana do mundo do trabalho formado pelo complexo fabril que esses sujeitos compartilharam suas experiências com outros trabalhadores de diferentes culturas e tradições. Por meio de um processo dinâmico que se constrói na convivência diária transformaram suas heranças culturais em *costumes comuns* que possibilitaram a formação dos laços de solidariedade e identificação entre diferentes esses sujeitos. **A mistura entre trabalhadores escravos, ex-escravos, e livres oriundos do mundo agrário da região do Vale Paraíba, juntamente com trabalhadores imigrantes contratados pela Brasil Industrial²³ acabou por formar na região uma nova cultura de trabalho.** Esses indícios tornaram possível a análise, a partir do estudo dessa fábrica em particular, de como os costumes e culturas compartilhados pelos trabalhadores puderam ter se constituído no processo de

²⁰ STEIN, Stanley. *Vassouras um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. Ver também STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba: com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

²¹ STEIN, Stanley. 1990, *op.cit.*, p.326

²² Cf. STEIN, Stanley. 1961, *op. cit.*, p.311; Ver também STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria Têxtil no Brasil: 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979; LUGÃO & MATTOS, *op. cit.*

²³ COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL. *Primeiro Relatório aos Acionistas em 30 de Janeiro de 1874*.

formação de uma cultura de classe nessa região, formada entre as últimas décadas do final do Império e as primeiras da República.

Procurar analisar a formação dessa rede de relações que se formaram a partir do cotidiano organizado no espaço de trabalho, e que se confundiram com o lar desses trabalhadores, foi o caminho tomado para se reconstruir o processo de formação de identidade desses operários da Cia Brasil Industrial. Nesse sentido, a festa de Nossa Senhora da Conceição, a formação de uma banda de música, e do clube de futebol *Paracambi Esporte Clube*, foram as janelas utilizadas para a análise das redes de solidariedades que viabilizaram a formação de uma identidade entre os trabalhadores que se construiu a partir de seus costumes e experiências de luta particulares.

Para atingir tal fim, o trabalho está dividido em três capítulos, que tentam iluminar diferentes dimensões e momentos deste processo. O primeiro, intitulado, *A gigante Brasil Industrial: modernidade e tradição no Vale Paraíba* analisa a implementação da fábrica e sua proposta inicial, entre os anos de 1871 e 1896. No espaço localizado entre um mundo rural, construído em torno da cultura do café, e o novo modelo industrial proposto pela fábrica, estão os primeiros esforços de transformação do espaço de uma fazenda num pólo fabril industrial moderno, supostamente capaz de marcar o rumo da modernização pretendida para a economia brasileira. Através das lacunas e contradições de tal projeto, no entanto, busca-se compreender os laços de continuidade que ligavam este novo empreendimento à antiga ordem, em especial no que diz respeito às políticas de domínio por ele constituídas.

O segundo capítulo, por sua vez, se volta para as relações estabelecidas entre a direção da fábrica e os trabalhadores locais quando a fábrica estava já bem estabelecida, nas primeiras décadas do século XX. Através de uma análise do modo pelo qual se estruturavam e desenvolviam as festas de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da fábrica de tecidos, se tenta compreender como funcionava, na prática, aquela política de domínio – expressa na tensão entre a relação de concessão e o controle que os diretores da fábrica tentam estabelecer com o festejo e o modo pelo qual ele era vivido pelos próprios trabalhadores locais.

A festa se configura, desse modo, como meio de compreensão, do funcionamento das teias de um paternalismo que ganhava forma na confluência

entre antigas formas de domínio senhorial e novos padrões, pretensamente modernos, de controle da força de trabalho.

O terceiro capítulo, por fim, procura perceber como os próprios trabalhadores, por dentro daquela política de domínio, puderam tecer redes horizontais de solidariedade, capaz de organizar suas diferenças e estabelecer entre eles a lógica da solidariedade. Se no chão da fábrica que aqueles homens e mulheres tornavam-se igualmente trabalhadores, busca-se compreender o modo pelo qual esta experiência foi elaborada em eventos cotidianos como a formação de um grupo teatral amador, de uma banda de música ou de um clube de futebol. Trata-se, assim, de buscar os espaços que possibilitaram a construção de efetivas redes de solidariedade entre esses sujeitos, que mostram a forma autônoma com a qual agiam em relação ao domínio total pretendido pelo sistema de dominação patriarcal que está em foco. É nesses caminhos que se pode compreender como, em meio a um projeto moderno afirmado no coração econômico do Brasil, forjava-se uma forma de relação de classe que muito guardava das antigas disputas entre escravos e senhores.

2

A Gigante Brasil Industrial: herança e modernidade no Vale do Paraíba Fluminense

Desprende-se involuntariamente dos lábios um brado de admiração, ao avistarmos, vencida uma ligeira volta da estrada, pouco além da estação de Macacos, no fundo de uma esplanada semi-circular, a fachada simples e ao mesmo tempo imponente do edifício, flanqueada por dois bem traçados torreões, a que sobrepuja, no centro, um terceiro, semelhante a essas torres de menagem dos velhos castelos europeus.

Destaca-se vivamente sobre a cinzenta base de pedra rústica, e dentre o verde escuro das árvores, o vermelho dos tijolos de que é construído o palácio, pois que o é – do trabalho e da indústria²⁴.

O brado de admiração solto pelos visitantes ao avistarem o imponente prédio de uma fábrica, no pequeno povoado de Ribeirão dos Macacos, é um misto de incredulidade e expectativa diante do maior projeto fabril têxtil realizado no Império do Brasil até aquele momento: a Companhia Têxtil Brasil Industrial. Um empreendimento “novo”, “ousado”, “grandioso”, como colocado no *Primeiro relatório aos Acionistas da Companhia* e nas notícias de jornais da corte, um verdadeiro “palácio do trabalho e da indústria” que nascia em terras brasileiras em 1871. Diante de tão “ousado” projeto todos os que a visitavam tinham palavras de admiração – “magnífico”, “grandioso” – e expectativas de prosperidade diante do modelo que ela significava para indústria brasileira nascente²⁵.

Publicado pelo jornal *A Reforma* em 10 de junho de 1874, o relato, que demonstrava toda expectativa que esse projeto gerava, diz respeito à visita da imprensa da corte à grande fábrica que já estava em funcionamento, ainda que não utilizasse plenamente sua estrutura. O imponente prédio da Companhia, de “tijolos aparentes”, com “dois torreões” e “uma menagem”, imagens que representam castelos europeus, demarca o estilo adotado: o das fábricas inglesas, que procurava fincar seus alicerces naquela pequena estação de Macacos, ponto de ligação entre a capital da corte do Império brasileiro e o Vale Paraíba – sustentáculo da produção do principal produto da economia brasileira naquele

²⁴ *A Reforma*, Rio de Janeiro, 9 de junho de 1874, p.2.

²⁵ COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL. *Primeiro Relatório aos Acionistas* em 30 de Janeiro de 1874, p.2.

momento: o café. A estética nova, que enchia os olhos dos visitantes de profunda expectativa para um projeto de futuro, apontava para um modelo alternativo de desenvolvimento para o Brasil agrário-exportador de café daquele momento. O projeto levado à frente pela Brasil Industrial trazia um “horizonte de expectativa”²⁶ à elite, aos investidores brasileiros e aos estrangeiros, afinal, aquela era uma iniciativa singular na história têxtil brasileira até aquele momento. A construção de uma fábrica tão moderna, em meio a mais importante zona rural do país, faz necessária a busca pelos sentidos que levaram a esse ousado empreendimento.

A importância dessa iniciativa pode ser compreendida se atentarmos para a história da implantação da Fábrica. A Companhia Brasil Industrial iniciou o projeto de construção de uma nova fábrica de tecidos na Província do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, após a construção da estrada de Ferro Pedro II. Localizada na atual Cidade de Paracambi, teve sua construção iniciada em 7 de setembro de 1870, e foi inaugurada no dia 6 de dezembro de 1871²⁷. Construída nos pés da Serra do Mar, na região denominada Vale do Paraíba, em terras desmembradas da antiga fazenda do Ribeirão dos Macacos, a fábrica constituiu um empreendimento, segundo os relatórios da própria Companhia, considerado “grandioso” para sua época²⁸. De fato, contando inicialmente com 450 teares, 24.000 fusos, uma força motriz de 350hp e com capital inicial de 1000 contos, a Brasil Industrial era, segundo seus diretores, o maior projeto da indústria têxtil do Império brasileiro²⁹.

Inserida em um contexto nacional de experiência industrial incipiente - marcado por investimentos ainda tímidos nas empresas industriais nascentes, no qual o projeto de industrialização brasileira lutava por algum espaço junto à iniciativa governamental em um país marcado pela agricultura exportadora³⁰ - não parece exagero dos contemporâneos a ênfase na grandiosidade do projeto, afirmada pelos acionistas da Companhia em seu primeiro relatório. Entre 1860 e 1880 o país possuía 45 fábricas, a maioria de pequeno porte, contando em média

²⁶ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006.

²⁷ COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL, *op. cit.*, p.8.

²⁸ Idem. Ibidem. Ver também *O Mequetrefe*. Rio de Janeiro, 1875, edição 00015, p.2.

²⁹ COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL, *op. cit.*, p.8.

³⁰ Idem. Ibidem. Ver também SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

com 55 teares e 67,5 h.p., unidade que representa a força hidráulica utilizada para mover o maquinismo. Na comparação, evidencia-se a pretensão grandiosa da nova fábrica da Brasil Industrial, que abre suas portas equipada com 450 teares, e 350h.p. de força motriz³¹.

Nesse contexto, a Brasil Industrial surge com a intenção de “produzir muito” e “barato”, mas também de produzir tecidos finos, de qualidade capaz de competir mercado com os tecidos estrangeiros³². Seus realizadores mostravam consciência de que se tratava de um projeto audacioso para as condições da economia local.

Cumpre tornar bem patente, que, se acaso não houve o melhor acordo em se ter adotado planos que, para esse país, bem podem sem hipérbole dizer-se grandiosos; e para a realização dos quais a experiência veio mostrar ser insuficiente o capital incorporado, a responsabilidade não pode exclusivamente recair sobre os mandatários que aceitaram o pesado cargo de o fazer executar³³.

A passagem, retirada do primeiro relatório, procura justificar a necessidade de maior investimento dos acionistas diante da grandiosidade e singularidade do empreendimento, que não encontrava referencial no país para se espelhar. Com a consciência de serem pioneiros na construção de uma fábrica desse porte, demonstram a inexperiência e as dificuldades enfrentadas para executar a pesada tarefa.

A Companhia Brasil Industrial constituía, nesse sentido, um caso singular, pois nascia com a estrutura de uma grande fábrica, seguindo um investimento sem dúvida audacioso para aquele momento, no qual pretendia ser o modelo de um projeto industrial a ser seguido. Uma reportagem no jornal *O Mequetrefe* parece deixar clara a expectativa de futuro que representava a Brasil Industrial.

Prossigam os criadores do Brasil Industrial na senda que vão trilhando com tamanha galhardia; não desanimem os homens de vontade e perseverança que em Minas e São Paulo que exploram o mesmo gênero de indústria, e estejam convencidos de que podem operar uma transformação no comercio deste país³⁴.

³¹ COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL, *op. cit.*, p. 8.

³² Idem. Ibidem.

³³ Idem. Ibidem.

³⁴ *O Mequetrefe*, Rio de Janeiro, 1875, edição 00015, p.2.

O incentivo do jornal nos permite perceber como era desejada e bem recebida as iniciativas industriais no Brasil. Os anseios por modernização e pela abertura de outras formas comerciais estão demarcados nas palavras do colunista.

Por ter se constituído, assim, como a maior fábrica de tecidos do Brasil até o início do século XX, a Companhia Brasil Industrial nos permite acompanhar diversas questões referentes ao início e ao desenrolar do processo de industrialização no Brasil do período. A primeira dessas questões diz respeito à própria relação entre o novo empreendimento e a vocação agrícola da região (e do país) em que foi instalada³⁵. Não foi à toa que a escolha do local para construção da grande fábrica de tecidos foi a fazenda Ribeirão dos Macacos, aos pés do Vale do Paraíba, lugar cuja origem e tradição remetem aos grandes fazendeiros de café. Se atentarmos para as justificativas dos acionistas nos primeiro relatório da Companhia, a escolha do lugar para a construção da fábrica deveria respeitar dois critérios principais: a existência de água em abundância, para mover os teares, e a possibilidade de transporte fácil e rápido, para viabilizar a construção da fábrica e o posterior escoamento de sua produção. A fazenda do Ribeirão dos Macacos atendia “vantajosamente” ao primeiro critério, uma vez que possuía não somente mananciais de água, como “altura pouco comum das águas aproveitáveis para moverem o maquinismo”³⁶. É o segundo desses critérios, no entanto, que aparece como vital nas falas dos acionistas. Situada à beira dos ramais da Estrada de Ferro Dom Pedro II, o empreendimento poderia contar com os “favores” do governo para permitir o transporte gratuito para a fábrica pela ferrovia³⁷.

Constam esses favores das cláusulas anexas ao referido decreto de 18 de Setembro de 1867, sendo que o mais importante entre eles é por sem dúvida o transporte gratuito da Estrada de Ferro D. Pedro II de todo o material que se destine ao estabelecimento fabril da Companhia. Sem ele pode se dizer que a fundação desse estabelecimento na localidade escolhida teria sido impraticável, atendendo-se a descomunal quantidade de material que tem sido transportado, que para a construção do vasto edifício da fábrica, que pertencente ao imenso maquinismo que se faz mister para o trabalho de 400 teares³⁸.

³⁵ STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850/1950*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

³⁶ COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL. *op. cit.*, p.17.

³⁷ *Idem*. p.10.

³⁸ *Idem*. p.16.

Para o escoamento do material foi então construído um quilômetro de linha férrea nos terrenos pertencentes à Companhia, de modo a ligar a Estação dos Macacos, ramal pertencente à Estrada de Ferro Dom Pedro II, ao edifício da fábrica. Além destas, são ainda apontados como motivos para justificar a escolha da região, tanto a existência de um serviço de telégrafo, como de um correio diário já instituídos. O investimento feito pelo Império brasileiro para a modernização das estruturas no Vale do Paraíba parece deixar claros os motivos da escolha do lugar em que seria construída a Brasil Industrial. Se outras regiões do Estado poderiam contar com a mesma abundância de águas, a singularidade dessa localidade estava nas boas condições de estrutura que ela já apresentava naquele momento. De fato, essas “vantagens”, como colocam os acionistas da Brasil Industrial³⁹, estão intimamente ligadas à sua importância no cenário econômico. O que faz da implementação da fábrica na região um empreendimento estratégico que procura se fixar no lugar onde está concentrado o projeto nacional imperial para o desenvolvimento e modernização da economia brasileira. É no rastro do projeto nacional, que conta com o apoio da Coroa, que os pioneiros da Brasil Industrial encontram as bases para estabelecer o que pretende ser o modelo industrial brasileiro.

Stanley Stein, autor de obras importantes sobre a região do Vale do Paraíba e posteriormente sobre a industrialização brasileira, chama atenção, em *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850/1950*, para o fato de que o desenvolvimento da indústria brasileira no século XIX se deu à sombra da agricultura e do comércio, pilares que ainda sustentavam a economia brasileira⁴⁰. Segundo Stein, a construção das ferrovias no Brasil obedeceu à necessidade do escoamento agrícola, sobretudo do café, não tendo sido construídos trilhos secundários para o fortalecimento do comércio interno⁴¹. Tal afirmação sugere que o surgimento da indústria no Brasil se deu sob o espectro de um projeto econômico que teve na agricultura seu mais forte braço. Dessa forma, é significativo que a criação de uma indústria modelo como a Brasil Industrial se faça propositalmente na trilha da força agrícola da principal região cafeeira e escravocrata do Brasil nesse período. Embora estivesse há uma hora e meia, por

³⁹ Idem. p.17.

⁴⁰ STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850/1950*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979. p.20.

⁴¹ STEIN, 1961, *op. cit.*, p. 353.

linha férrea, da capital, os serviços oferecidos àquela região possibilitavam a implementação, no Vale do Paraíba, de uma indústria daquele porte. A constituição do capital industrial brasileiro nasceu, assim, ao lado do latifúndio agrícola, amplamente amparado pelo investimento em modernização das comunicações e transporte, feito pelo projeto do governo brasileiro da época.

É verdade, ainda, que na década de 1870 e 1880, quando foi planejada e criada a Companhia Brasil Industrial, o Vale do Paraíba estava sob o que Stanley Stein chamou de “a espada de Dâmocles”⁴². Frente aos efeitos combinados do esgotamento do solo, do envelhecimento da mão de obra escrava e da ameaça da abolição da escravatura, os cafeicultores começavam a se mostrar fragilizados frente às incertezas relativas ao futuro de seu empreendimento. Ao discorrer sobre um prospecto publicado em 1870, pela própria Companhia Brasil Industrial, então ainda em fase de projeto, Stein conclui que o folheto deixa claro que “a mudança do clima econômico estava estimulando diretamente o desenvolvimento da indústria algodoeira no Brasil”⁴³. A afirmação de Stein parece evidenciar o momento de decadência do Vale do Paraíba, o que parece ter levado os fazendeiros locais a procurarem possibilidades outras, como o investimento industrial. Os questionamentos sobre a produtividade e futuro da região permearam as discussões dos fazendeiros da região do Vale, que começavam a sentir os efeitos prolongados da crise⁴⁴. A necessidade da mudança das práticas de cultivo e da utilização da mão de obra escrava – **que desde o fim do tráfico negreiro em 1850 tornara-se um motivo de grande preocupação devido ao envelhecimento da mão de obra nas fazendas, e ao preço exorbitante que se encontravam os escravos no país**⁴⁵ – tornou-se o grande debate no Vale do Paraíba, que consistia na busca de alternativas que pudessem retirá-los da dependência exclusiva do cultivo do café. É o que Stein chama de “espada de Dâmocles”, que representa o clima de insegurança da região. Esse quadro demonstra que os agricultores estavam cada vez mais conscientes dos questionamentos e incertezas diante de um futuro não promissor da economia da região cafeeira fluminense. A instabilidade do café como sustentáculo da

⁴² STEIN, 1979, *op. cit.*, p. 32. Sobre as razões da decadência do café no Vale do Paraíba, Ver também STEIN, *op. cit.*, 1961.

⁴³ STEIN, 1979, *op. cit.*, p. 32.

⁴⁴ STEIN, 1990, *op. cit.*

⁴⁵ Idem. *Ibidem.* p. 271.

economia brasileira parece, pela afirmação de Stein, ter impulsionado à iniciativa de investimentos no projeto industrial que nascia de forma alternativa e complementar à indústria agrária naquela localidade.

Ainda que contasse com a estrutura da agricultura cafeeira, sendo dela tributária, não foram poucas as dificuldades relatadas pelos diretores da Companhia para a construção e funcionamento inicial da fábrica. Durante sua construção, esses diretores reclamam da dificuldade do transporte de material pela Estrada de Ferro – pois, “apesar da boa vontade da administração”⁴⁶, seria preciso a delimitação de carros especiais e outros serviços para o transporte do maquinário. Em vista da importância agrícola da região, os interesses da Companhia acabaram muitas vezes preteridos, fazendo com que, em algumas ocasiões, a construção fosse paralisada devido à falta de material indispensável para a continuação dos trabalhos, como reclamam os diretores no primeiro relatório da Companhia⁴⁷.

Por mais que o projeto da nova fábrica apontasse para o futuro, para um ideal de progresso ainda por fazer-se, foi nas brechas do modelo de produção predominantemente agrícola que conseguiu se instalar. A especificidade desse projeto, então, assentava-se nessa relação de complementaridade entre elementos novos e tradicionais; na conjugação de práticas ligadas ao modelo agrário e ao modelo de industrialização importado da Inglaterra. As dificuldades enfrentadas demarcavam o lugar desse empreendimento no projeto nacional do Império brasileiro: o futuro.

A Companhia Brasil Industrial foi idealizada e construída por empresários que faziam parte de uma elite imperial ligada aos negócios do café. Esse novo empreendimento reivindicou novas formas de relação de trabalho, que foram moldadas, contudo, a partir de velhas práticas de dominação senhorial. Cristiane Maria Magalhães, ao analisar a fábrica de tecidos Companhia União Itabirana, ressalta a ambivalência dessa nova realidade industrial, que interligava um conjunto de práticas notadamente patriarcais a um modelo de produção “moderno”. Conforme a autora, a relação entre empresários e trabalhadores foi se moldando no cotidiano, na própria experiência do contexto fabril.

⁴⁶ COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL, *op. cit.*, p.9.

⁴⁷ Idem. *Ibidem*.

Surgia, com a implementação das fábricas de tecidos, uma nova forma de organização econômica, distinta da anterior de produção, doméstica dos panos de minas. Com investimentos de capital proveniente de atividades econômicas diversas, organizadas segundo parâmetro da racionalidade técnica, as indústrias têxteis mineiras também requeriam um novo tipo de empreendedor e de trabalhador. Uns e outros se fariam no processo de funcionamento das empresas têxteis. Em outras palavras, foi no próprio processo de industrialização que esses homens aprenderam a gerir os seus negócios e transformaram-se em empresários industriais, sem contudo, abrirem mão da carga cultural que os ligava ao mundo das relações patriarcais⁴⁸.

A “carga cultural que os ligava ao mundo das relações patriarcais”, que se refere Cristiane Magalhães, formou o campo de experiência e referenciais por onde esses homens se movimentavam. A partir dessa carga cultural, os empresários brasileiros moldaram e implementaram as relações de trabalho e gerência do espaço da indústria nascente em continuidade às relações paternalistas senhoriais. É possível afirmar, então, que os homens ligados à gerência da Brasil Industrial no Vale Paraíba aprenderam a conduzir seus negócios e transformaram-se em empresários industriais a partir do arcabouço cultural que os ligava ao mundo das relações patriarcais.

Nessa perspectiva, não parece surpreendente a continuidade da lógica patriarcal dentre os patrocinadores da nova empresa se atentarmos para sua composição social. Como mostra Domingos Giroletti⁴⁹, os investidores dos projetos fabris no Brasil tinham o perfil social semelhante àqueles dos grandes proprietários de terras do Vale do Paraíba. Entre os membros da diretoria da Companhia estavam o Sr. Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, depois Visconde do Tocantins, que era membro do parlamento⁵⁰, o Sr. Barão de S. Francisco Filho, e o comendador João Batista Vianna Drummond⁵¹, que, além de comendador, era amigo de Dom Pedro II e foi o responsável pela criação do jogo do bicho⁵². Todos eram, assim, membros proeminentes da elite imperial. O investimento desses

⁴⁸ MAGALHÃES, Cristiane Maria. “A paisagem fabril-têxtil no município de Itabira: uma experiência industrial no espaço rural”. In: BORGES, Maria Elisa Linhares (org). *Campo e Cidade na Modernidade Brasileira: literatura, vilas operárias, cultura alimentar, futebol, correspondência privada e cultura visual*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008. p.221.

⁴⁹ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UNB, 2002.

⁵⁰ MARINHO, José Antônio. *História do Movimento Político, que no ano de 1842 teve lugar na província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Tipografia de J. E. S. Cabral, 1844.

⁵¹ COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL, *op. cit.*

⁵² HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. *Lance de Sorte: futebol e o jogo do bicho na Belle Epoque carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

senhores nessa indústria nascente demonstra sua inserção no projeto nacional do Império, que percebe na industrialização a possibilidade de modernização de sua economia.

Desse modo, longe de antagonismos e dicotomias que se inscrevem na lógica do rural e urbano, a indústria brasileira se formou a partir de signos comuns com a economia rural, numa relação marcada entre similaridade e diferença, continuidade e ruptura, evidenciadas no processo de industrialização brasileira, e percebidas nas especificidades da implementação da maior fábrica têxtil do Brasil durante o séc. XIX.

A industrialização no Brasil não era um projeto opositor e excludente da economia agrária, ao contrário, possuía uma proposta complementar e alternativa, que, diante das circunstâncias econômicas e políticas da região, acabara por se fortalecer no momento de decadência do Vale do Paraíba. O projeto industrial não se opôs ao mundo agrário cafeeiro, ele aparece como um caminho alternativo de futuro no contexto do Brasil Imperial. É na relação de continuidade com o mundo agrário, sob as bases criadas pela estrutura do mundo cafeeiro, e dentro da lógica de um projeto nacional de modernização da economia, que se estabelece o projeto industrial que aponta para o futuro do Império brasileiro.

A formação da Brasil Industrial se inseriu, portanto, em movimento ligado à lógica de desenvolvimento do projeto nacional do Império, que se localizava na simultaneidade e complementaridade da atividade agrícola, visando à modernização da economia brasileira. Não são à toa os esforços e investimentos da Coroa numa estrutura que permitisse a modernização econômica brasileira, como a implementação de ferrovias, melhorias urbanas e serviços de comunicação. O projeto fabril têxtil da Companhia Brasil Industrial estava englobado no ideal de progresso e modernização, que compreendia a necessidade de transformação da economia brasileira. Construída sob os moldes industriais do Velho Mundo, a fábrica modificou a paisagem, estruturou e desenhou o lugar, instalando um verdadeiro complexo composto por fábrica e vila operária.

Uma notícia do jornal *O Mequetrefe*, em 1874, demonstra a satisfação com as transformações do lugar:

Do que é e vale, do que há de ser em breves anos o Brasil Industrial, não se pode ajuizar seguramente por uma simples descrição. É preciso ver o que muito ali se fez, e verificar a

economia, perfeição e tino com que foi feito, para se ter sobre isso ideia exata.

Sente-se a influencia no pequeno povoado de Macacos. Foi a 7 de setembro de 1871, que soou na terra a primeira enxada, à cavar os grossos alicerces da fábrica; Macacos era então um ponto abandonado; suas casas caíam em ruínas. Hoje, reparadas e habitadas, dão já sofrível renda; a povoação cresce; prospera e promete ser em futuro pouco remoto uma das mais importantes localidades da província do Rio de Janeiro.

Algumas cidades dos Estados Unidos não começaram de outra sorte. Em 1830 construiu a Companhia New-Manchester um filatório e New-Hampshire, que logo depois era uma aglomeração de 30000 almas⁵³.

O jornal reconhece o projeto da Brasil Industrial como inovador e transformador da paisagem local, “é preciso ver o que muito ali se fez”, apontando para a formação do povoado que surgia em torno da fábrica e a expectativa de crescimento diante do exemplo de cidades industriais americanas. O sucesso do empreendimento propriamente dito, no entanto, pode ser visto no momento de inauguração oficial com a presença do Imperador e membros do corpo legislativo do país, que partem da capital para visitar a Brasil Industrial. A presença de Dom Pedro II no momento da inauguração oficial da fábrica demonstra o lugar que representa no projeto imperial.

A fábrica de tecidos da Companhia Brasil Industrial. Situada em Macacos, foi ante ontem honrada com a augusta presença de S.M. o Imperador, que, partindo de São Cristovão às 9 chegou ali às 11 da manhã, parando o trem junto ao edifício.

Grande foi o concurso de senhoras e cavalheiros que ao gracioso convite da direção assistiram a essa festa do trabalho inteligente.

Os convidados assistiram uma por uma, a todas as operações do fabrico do algodão, começando pelo descaroçamento e cardação do capulho primitivo até a dobradura do tecido para ser entregue em peças ao mercado.

Observou-se que os produtos obtidos não cedem nem no delicado urdidura e igualdade do fio aos melhores que neste gênero importamos das fábricas de Manchester e Liverpool⁵⁴.

“A festa do trabalho”, como chama o jornal, mostra a magnitude do projeto pretendido pela Brasil Industrial e marca seu lugar como pioneira no Império brasileiro, equipada com máquinas capazes de produzir produtos de qualidade em

⁵³ *O Mequetrefe*, Rio de Janeiro, 1875, edição 00015, p.2.

⁵⁴ *O Globo*. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1875. p.2

igualdade aos melhores gêneros importados das fábricas inglesas. A inauguração termina com os convidados encantados, e o jornal a colocando como exemplo a ser seguido.

É um belo exemplo de sábia perseverança, por parte de uma diretoria ativa, inteligente e animada de nobres intuítos, e dos belos resultados que se derivam do princípio de ordem, e da regularidade que preside as instituições⁵⁵.

O sucesso da festa, a boa impressão dos presentes e, sem dúvida, a ida de D. Pedro II à fábrica Brasil Industrial demarcam o lugar da novidade e expectativa sobre o projeto. A presença do Imperador do Brasil em Macacos afirma simbolicamente o sucesso do empreendimento e a inserção da indústria no projeto imperial de modernização da economia brasileira, lado a lado com a agricultura cafeeira.

Ainda que marcada pela novidade e modernidade o projeto singular da Companhia Brasil Industrial foi desenvolvido em meio a um mundo rural que configura seu espaço e relações. Entre modernidade e tradição aconteceu a adaptação do projeto baseado nas fábricas com vila operária das cidades inglesas. Se o projeto pretendido pela Brasil Industrial estava centrado nas fábricas de origem inglesa, com a estrutura da vila operária, seu desenvolvimento requereu a adaptação para a realidade do país e da região em que viria a se desenvolver. O processo dessa adaptação pode ser percebido no desenrolar da formação do povoado e da mão de obra da fábrica.

Para a construção do espaço que modificaria a paisagem da região do Vale do Paraíba, os diretores centraram seu foco naquele que seria um dos principais desafios: o problema da mão de obra. Além da escassez de operários, fato que consequentemente elevava o valor dos seus salários, a situação se agravava pelo fato dos trabalhadores terem que se distanciar de suas casas pra trabalhar “em paragens destituídas de recursos”⁵⁶. Por esse motivo, uma das primeiras preocupações da Companhia centrou-se na necessidade de atrair pessoas para o local, o que levou a diretoria a fomentar a formação de um povoado em torno da Estação de Macacos e da fábrica. Os terrenos e casas pertencentes à antiga fazenda foram arrendados por “preços vantajosos”, na tentativa de amortizar os

⁵⁵ Idem. Ibidem.

⁵⁶ COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL, *op. cit.*, p.9.

gastos empregados na construção da fábrica e atrair pessoal. As casas mais próximas à fábrica foram consertadas e utilizadas para acomodar os trabalhadores mais qualificados e o serviço da administração, enquanto as mais afastadas transformaram-se em moradia para os operários, ocupadas por famílias com suas roças e lavouras⁵⁷. Cafezais, canaviais, plantações de milho são citados no Primeiro Relatório da Companhia como parte dos bens dos arrendatários instalados no terreno da fábrica. Assim, a Companhia tentava, aos poucos, formar o povoado dos Macacos atraindo homens e mulheres livres da região. O impulso da criação do povoado em torno da fábrica e atração de pessoas para o vilarejo que ali se formava conjuga a utilização do modelo inglês, de fábrica com vila operária, com a estrutura das grandes fazendas de café da região.

O fato de optarem por arrendatários para a construção do povoado se inscreve nessa forma de adaptação da estrutura rural. As terras arrendadas pertenciam a Companhia Brasil Industrial, que viu nesse primeiro momento uma oportunidade de fazer nascer o povoado. Os prazos foram arrendados por um período que variavam de vinte a cinco anos, o suficiente para se estabelecer a mão de obra da fábrica. No entanto, um documento demonstra a disputa jurídica de terras ao fim desse período: uma notificação feita por Candida Ermelinda Lobo, viúva, em 1905, na qual consta a disputa pelo arrendamento de oito prazos de terras feito em 31 de maio de 1884, dos quais dois prazos haviam sido acertados pelo tempo de cinco anos e seis prazos pelo tempo de vinte anos. A disputa no caso seria pelo reacerto do valor desse arrendamento, considerado abusivo pela viúva, que acaba por ganhar a causa⁵⁸. Esse tipo de situação mostra o estabelecimento de um controle do povoado semelhante ao dos fazendeiros locais, que possuíam muitas vezes o poder sobre pessoas livres através do arrendamento de terras. Esses trabalhadores estavam à mercê das vontades dos proprietários das terras, o que parece demonstrar uma continuidade da lógica de controle patriarcal dos fazendeiros adaptada ao espaço da indústria.

Os resultados dessa tentativa não foram suficientes, no entanto, para dar conta das necessidades de mão de obra daquele grande empreendimento. Por mais que as vantagens oferecidas pela Companhia aos trabalhadores que aceitassem se

⁵⁷ *Idem.* p.18.

⁵⁸ BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Vassouras. Notificação Civil (105664815003). Notificante: Cândida Ermelinda Lobo. Notificada: Companhia Brasil Industrial.

mudar para o local deixassem clara a intenção da utilização de trabalhadores livres, o complexo fabril circunscrevia-se em uma região caracterizada por décadas de força de trabalho escravo nas fazendas⁵⁹. A realidade do reduzido número de trabalhadores livres naquela localidade impulsionou a “moderna” fábrica a lançar mão, em seus primeiros tempos de funcionamento, do trabalho escravo, único meio de sanar a problemática da mão de obra e ao mesmo tempo suprir a considerada “ineficácia” dos trabalhadores livres. É o que mostra o discurso da diretoria no Primeiro Relatório da fábrica, em 1874, ao discorrer sobre as dificuldades de instalação de um empreendimento daquela natureza:

Em um país, em que o trabalho além de caro é pouco eficaz, sempre que não é executado pelo braço do trabalho escravo, sob o regime disciplinar correspondente, em que os meios de execução ainda escasseiam, quando de todo não faltam, desde que se trata de levar a efeito; qualquer empreendimento, que sabe da rota batida; em que, por exemplo, aqui mesmo na praça do Rio de Janeiro ainda se luta com as maiores dificuldades, por falta de aparelhos de descarga, e de meios de locomoção, quando se precisa de efetuar o desembarque e transporte de volumes com peso e dimensões fora do comum; os que tudo isso souberem levar em conta forçosamente hão de reconhecer, que mesmo com o capital despendido, sem grande cópia de energia e de perseverança não se teria conseguido levar o grande estabelecimento fabril da Companhia ao ponto de quase completa realização, em que ele se acha⁶⁰.

Nota-se, no trecho, continuidade em relação à secular estrutura econômica rural na qual se estabelecia a fábrica em relação a um tema particular: a força de trabalho. Visto como caro e pouco eficaz, devido à falta de especialização, o trabalho livre, mais desejável por nações desenvolvidas e mesmo sintoma do seu nível de progresso, não se mostraria no Brasil uma boa opção naquele momento. Para buscar eficiência, seria preciso recorrer ao trabalho escravo, cujo regime disciplinar correspondente – a violência moral e física que configuravam essa relação – garantiria a sua boa produtividade, o que demonstra uma reprodução clara da lógica patriarcal. Apesar da aparente não correspondência lógica entre a utilização de mão de obra escrava em um empreendimento que se espelhava no modo de produção fabril inglês, assentado completamente no trabalho livre, a

⁵⁹ Cf. STEIN, 1990, *op. cit.*

⁶⁰ COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL, *op. cit.*, p10.

escolha por esse tipo de serviço respondeu às especificidades da conjuntura local, demonstrando a capacidade de adaptação na efetivação desse projeto industrial.

Até o ano de 1888 muitos dos antigos barões de café dessa região defendiam a utilização da mão de obra escrava na lavoura, mesmo quando o processo de abolição mostrava-se irreversível. O testemunho de Luis Couty, médico francês que trabalhou no Museu Nacional do Rio de Janeiro, citado por Stanley Stein, demonstra claramente essa realidade. Ao censurar os fazendeiros da região por não tentarem substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre, ele teria ouvido de um antigo fazendeiro, no início de 1880, a seguinte afirmação: “Meus filhos, que herdarão minhas propriedades, farão como quiserem; porém, quanto a mim, não posso habituar-me a trabalhadores que não sejam escravos”⁶¹. Tais palavras levaram Luis Couty a concluir que, para os antigos fazendeiros da região, “o negócio complexo de possuir uma fazenda e produzir café era inseparável da escravatura, sem a qual a palavra fazendeiro, nada significava”⁶². Se para os senhores escravidão e produção agrícola caminhavam lado a lado, não seria diferente a postura dos próprios escravos – o que levava muito daqueles que escapavam do regime do cativo a buscar novas alternativas de sobrevivência. Stanley Stein⁶³ afirma que a busca mesmo por atividades dissociadas do meio agrícola seria comum entre os ex-escravos da região, que buscavam estabelecer uma separação legal dos seus antigos senhores e suas fazendas. Essa lógica poderia ser verificada tanto durante o regime escravocrata, por parte de ex-escravos que conseguiam por diversos meios suas alforrias, quanto no momento pós-abolição⁶⁴. Outra questão colocada pelo autor, que pode elucidar as dinâmicas experimentadas pelos libertos da região, e que estavam na expectativa da implementação desse novo projeto de trabalho, é a de que principalmente as mulheres, quando na condição de libertas, abandonavam as fazendas e a vida agrícola⁶⁵. Desse modo, era clara a atração exercida entre os trabalhadores da região, escravizados ou não, pelo novo empreendimento fabril. Entretanto, se era esperada uma separação legal dos senhores, esses homens e mulheres, livres ou alforriados, ao procurarem outra atividade que não fosse agrícola, se deparavam

⁶¹ STEIN, 1961, *op. cit.*, p.275.

⁶² Idem. Ibidem.

⁶³ Idem. Ibidem.p.311

⁶⁴ Idem.Ibidem. p. 311.

⁶⁵ Idem.Ibidem.p.315.

com semelhanças e continuidades entre esses mundos que compartilhavam análogas práticas de dominação efetivas e simbólicas. Stein mostra como foram as acomodações dos primeiros operários da fábrica:

a fábrica têxtil de algodão Brasil Industrial uma das maiores do país no século XIX, cresceu em meio a uma grande plantação; os empresários ocuparam a antiga casa-grande de dois andares (“recentemente convertida em hospedaria para cem meninos operários que empregamos”), um depósito e a senzala dos escravos ao lado do forno (“ocupado agora pelo forno, a ferraria e trabalhadores residentes”)⁶⁶.

A citação mostra as relações entre a antiga estrutura da fazenda e as que se formavam na fábrica. O fato dos empresários terem ocupado a casa-grande, já os coloca na mesma posição simbólica de poder dos antigos fazendeiros senhores de escravos. Após uma reforma converteu-se na hospedaria para abrigar os cem meninos operários, o que nos parece indicar uma adaptação da estrutura fabril. Os trabalhadores residentes, entretanto, ocupavam o lugar da senzala, antes ocupada somente por escravos, agora também por trabalhadores livres.

Um contraponto interessante para se perceber o movimento de acomodação desses primeiros operários da Brasil Industrial pode ser visto por meio de uma observação feita por Paulo Fernandes Keller, que aparece como o pioneiro no estudo das fábricas da região. Ao tratar da ocupação da vila operária construída ao lado da fábrica, ele ressalta que muitas vezes as famílias dos novos operários fabris não eram compostas por seus patriarcas, que permaneciam presos à lavoura. Os que iam para a fábrica eram os filhos, irmãos e noras, que formavam essa nova força de trabalho.

Solicitar casa da vila operária era uma tarefa do irmão ou irmã mais velhos; nem sempre era o pai de família o solicitante. Nestes casos, o pai havia ficado no trabalho da lavoura, cuidando dos pertences da família, ou, devido à idade preso ao seu modo de vida⁶⁷.

⁶⁶ STEIN, *op.cit.*, p.55.

⁶⁷ KELLER, Paulo Fernandes. *Fábrica e Vila Operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi/RJ*. Engenheiro Paulo de Frontin: Solon Ribeiro, 1997. pp. 54-55.

Tal relato sugere uma lógica de moradia que estabelece uma relação de continuidade entre escravidão e a nova forma de trabalho que se estabelecia, marcando um cruzamento de poder hierárquico entre a antiga estrutura da fazenda e nova forma fabril em formação. Essas informações nos dão indícios de que se formou na região uma nova cultura de trabalho no pós-abolição, a partir da experiência de trabalhadores que, embora mais jovens do que os ex-escravos ou mesmo homens livres mais velhos ligados ao mundo senhorial, haviam se formado por dentro dessa lógica, partindo dela para constituir seus novos laços de sociabilidade e identidade⁶⁸.

O sucesso dessa nova cultura do trabalho se deu, em grande parte, pela confluência de interesses entre os jovens ex-escravos e a direção da fábrica. O *Primeiro Relatório aos acionistas da Companhia*, de 1874, apontava como solução da escassez de mão de obra seria dada justamente pela atração de mulheres e crianças:

Assentado sobre largas bases, com as maquinas as mais aperfeiçoadas, e os processos os mais adiantados, e tendo como força motriz águas superabundantes; o nosso estabelecimento industrial está nas condições de tirar das forças mecânicas o máximo proveito, reduzindo ao mínimo o emprego do trabalho manual, cuja carestia é o escolho de nossas empresas industriais; acrescentando que mesmo nessa parte comparativamente diminuta, com que o trabalho manual tem que contribuir, precisando-se mais de destreza do que de força muscular, podem ser aproveitadas em grande escala por módicos salários, os serviços das mulheres e meninos, como neste ramo de industria em toda parte se pratica⁶⁹.

Nesse sentido, o que se afirmava era a possibilidade de “tirar das forças mecânicas o máximo proveito”, o que acarretava uma redução do emprego manual; como seria preciso mais “destreza” do que “força muscular” para manipulação desse maquinário, mulheres e crianças encaixavam-se perfeitamente às necessidades do novo sistema fabril. Sendo assim, buscava-se delimitar o uso de escravos – homens – nas tarefas nas quais fossem mais apropriados.

⁶⁸ Cf. STEIN, 1962, op. cit., p.311; STEIN, 1979, op. cit. Ver também LUGÃO, Ana; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁶⁹ COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL, op. cit., p.12.

Não é de se estranhar, por isso, que o recrutamento dessa mão de obra não especializada fosse muitas vezes feito em juizados de menores, Casas de Caridade e orfanatos⁷⁰. Ainda em 1874, na inauguração da fábrica o jornal *A Reforma* referia-se às boas intenções dos seus diretores:

Soubemos com prazer, que o ilustrado Sr. Conselheiro Zacharias prometeu auxilia-los oportunamente em tão nobre intuito, confiando-lhes alguns menores dependentes da Santa Casa da Misericórdia.

Fora para desejar que as autoridades seguissem tão belo exemplo.

Os juízes de órfãos, que são obrigados a dar de soldada os meninos desvalidos, podiam aproveitar com vantagem as facilidades que oferece-lhes o Brasil Industrial para o desempenho de tão benéfica atribuição.

Que melhor destino pode ter esses desamparados da sorte? Além de vestuário, sustento e educação, adquirirão ali um meio de vida, que afastá-los-á dos maus tratos, da necessidade e da miséria, e irão desde logo constituindo aos poucos um pecúlio, que servirá para se estabelecerem, atingida a maioridade.

Aplica-los à fabricação de algodão, trabalho leve e isento de perigos, é sem duvida preferível a encerrá-los nas fábricas de cigarros, onde vivem no meio de uma atmosfera viciada pelas exalações de fumo e sensivelmente contraem o vicio do seu uso⁷¹.

Os menores confiados à Brasil Industrial não só teriam um futuro longe da miséria, como também seriam o futuro de um Brasil moderno, industrial, com sua mão de obra aplicada ao trabalho e crescimento industrial. A aplicação dos menores nas atividades industriais parece uma forma de moldar o trabalho fabril desde cedo.

Entretanto, o entusiasmo quanto ao futuro dos pequenos miseráveis nos choca nos deparamos com o único relatório médico datado de 1891, onde se percebe que a maior parte dos casos de acidente de trabalho seguidos de desarticulação (amputação) de membros se referia a meninos e meninas entre 7 e 12 anos de idade, nesta época, já quase todos filhos de operários residentes da Brasil Industrial⁷². Os números aterradores e as descrições dos acidentes de trabalho colocam as crianças e mulheres como as principais vítimas. A utilização da mão de obra de mulheres e dos menores na fábrica, longe de representar a

⁷⁰ *A Reforma*. Rio de Janeiro, 9 de junho 1874. p.2.

⁷¹ *Idem*. *Ibidem*.

⁷² COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL. *Décimo Oitavo Relatório aos Acionistas* em 5 de Novembro de 1891.

preocupação filantrópica desses industriais, os liga a um regime bastante semelhante à escravidão, com controle rígido do tempo de trabalho e com imensos riscos físicos aos trabalhadores, como mostra o relatório médico de 1891.

A implementação da Fábrica da Companhia Brasil Industrial⁷³ representa, assim, uma novidade marcante não só para a lógica de produção de uma região até então inserida somente na antiga estrutura agrário-exportadora primordialmente escravocrata, mas também para o universo dos trabalhadores locais, livres ou escravos. Experimentando cotidianamente o progressivo esgarçamento da ideologia de domínio que por décadas havia sustentado sua sujeição, à qual se ligava a decadência de seus senhores e a conquista de novos espaços de liberdade⁷⁴, os escravos da região teriam na fábrica uma clara alternativa de sobrevivência. Nela teriam, no entanto, que conviver com os trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros, atraídos pela Direção da Fábrica para viabilizar a produção. Nesse contexto, os limites entre o trabalho livre e o trabalho escravo já se configuravam de forma mais tênue – pois, sob a lógica industrial da fábrica, em sua tentativa de sistema fabril disciplinar, tanto uns como outros se transformavam em simples força de trabalho.

A formação do operário qualificado foi um processo demorado, de preparo técnico e redefinição de normas relacionadas ao trabalho. Em 1874, ano do Primeiro Relatório da Companhia, a Brasil Industrial chegou a contar com 986 trabalhadores de nacionalidades diversas⁷⁵,

Na montagem do maquinismo tem estado empregados desde o mês passado, 5 mestres mecânicos contratados da Inglaterra unicamente para esse mister, achando-se na fábrica mais 27 operários de ambos os sexos, mestres de fiação e tecelões também contratado na Inglaterra por dois anos⁷⁶.

O processo de consolidação desse sistema pode ser observado nessa passagem do relatório do ano de 1877:

⁷³ A fábrica Santa Luisa foi fundada em 1891 e posteriormente Maria Cândida em 1924. Cf. KELLER, Paulo Fernandes. *Fábrica e vila operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi/RJ*. Engenheiro Paulo de Frontin: Solon Ribeiro, 1997.

⁷⁴ Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; e SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁷⁵ Idem. *Primeiro Relatório aos Acionistas em 30 de Janeiro de 1874*. p.27.

⁷⁶ Idem. *Ibidem*.

Todos os operários da fábrica vindos da Inglaterra se tem retirado no fim dos seus contratos, sem prejuízo da marcha regular do estabelecimento, onde temos já operários nacionais que os suprem perfeitamente. Os mestres, porém, continuaram a ser os mesmos desde o princípio dos trabalhos da fábrica e desempenham as suas obrigações satisfatoriamente⁷⁷.

A saída desses operários ingleses, “ao fim de seus contratos, acontece sem prejuízo para a marcha do estabelecimento”, pelo fato da fábrica já possuir operários nacionais que poderiam exercer essa função. A felicidade de empregar trabalhadores brasileiros para esses cargos é parte do sucesso da experiência desses primeiros anos, que conseguiu manter naquela localidade, por tempo suficiente, pessoas que acabaram por aprender aquele ofício, transformando-se em operários. No entanto, os cargos de nível mais alto, como os de mestres, ainda eram ocupados por trabalhadores ingleses, que permaneciam naquela função desde o início dos trabalhos da fábrica. A dificuldade de mão de obra na experiência da formação da Brasil Industrial levou à importação de trabalhadores especializados, que teriam condições de coordenar o aprendizado dos trabalhadores nacionais em manejar o mecanismo moderno da fábrica de tecidos. A necessidade da importação da mão de obra também parece ser uma adaptação do modelo inglês que diante da dificuldade de formar o operariado nacional necessitou da presença de estrangeiros temporários para o funcionamento da fábrica.

A mistura entre o trabalho escravo e o trabalho livre acompanhou o espaço fabril da Brasil Industrial. Diante da adaptação das estruturas e formas de trabalho de origem rural estão as permanências das relações patriarcais que marcaram o mundo do trabalho escravo até a abolição. Exemplo disso é um acontecimento de 1876, quando é citado no Terceiro Relatório aos Acionistas o número de empregados “de 251, sendo: homens 203, e mulheres 48. Os menores compreendidos nestes são 58 meninos e 13 meninas”⁷⁸. Curiosa, ainda é a citação feita em 1876, nesse terceiro relatório da Companhia, que aponta para um cessar das dificuldades de aquisição de operários, e ainda que, “a marcha do estabelecimento tem deixado de ser perturbada, por qualquer incidente ou conflito por eles suscitado, graças ao respeito e estima que o atual administrador tem

⁷⁷ Idem. *Quarto Relatório aos Acionistas* em 4 de outubro de 1877. p.8.

⁷⁸ Idem. *Terceiro Relatório aos Acionistas* em 15 de Março de 1876. p.9

sabido angariar”⁷⁹. A informação contida nesse relatório mostra que, em algum momento no decorrer desses dois anos do estabelecimento da Companhia Brasil Industrial, houve algum conflito entre os trabalhadores e que, aparentemente devido a mudança de administração, conseguiu ser apaziguado pelo “respeito e estima” que o novo administrador pareceu construir com os operários. A lógica de saber angariar a estima do operariado, descrita pelo novo gerente, parece se inserir nos moldes da relação paternalista, que pretende a gratidão do subalterno como forma de controle. O novo administrador em questão é o senhor Eduardo dos Guimarães, que havia ocupado o lugar desde 13 de Julho de 1875⁸⁰, e, segundo o parecer da Companhia “tem até o presente desempenhado os deveres do seu largo”⁸¹. A solução do incidente pela substituição do gerente que angariava respeito e estima demarca o lugar de continuidade das relações do século XIX.

No Quinto Relatório de 1878, junto com a implementação da escola noturna para os aprendizes, que caracteriza um momento de enquadramento dos menores às necessidades da Companhia, outro movimento pode ser observado: a abertura de um espaço de convivência que não passa pelas necessidades da fábrica de enquadramento e preparação da mão de obra.

o número dos operários que trabalharam no período de que se trata foi de 343, sendo 146 homens, 31 mulheres, 132 meninos, e 34 meninas, estando compreendidos no numero dos meninos 72 aprendizes, que fazem progresso na aula noturna de instrução primaria, alguns dos quais pertencem a uma banda de música ali organizada pelos operários. Este beneficio, que a Companhia faz aqueles jovens, preparando-os para serem cidadãos uteis ao país, dá-nos o direito de esperar, que os poderes públicos prestem razoável proteção a este nosso grande cometimento industrial, sem igual segundo afirmam, nos países mais adiantados nessa espécie de industrial⁸².

Duas coisas parecem de extrema importância nessa passagem: a primeira diz respeito à atenção que a Companhia está dispondo à preparação de aprendizes, com a iniciativa da fábrica da construção de uma escola noturna. A passagem ainda aponta para a tentativa de reconhecimento do governo em prol dessa iniciativa, utilizando o mesmo discurso de benevolência e prosperidade de

⁷⁹ Idem. p. 10

⁸⁰ Idem. p.11.

⁸¹ Idem. Ibidem.

⁸² Idem. *Quinto Relatório aos Acionistas* em 14 de Novembro de 1878. p.8.

outrora. A segunda, que quase passa despercebida no relatório, diz respeito ao movimento feito pelos próprios funcionários para organizar uma banda de música, da qual, alguns desses meninos aprendizes, frequentadores da escola noturna da fábrica, também fazem parte.

O fato de alguns funcionários terem organizado uma banda de música por iniciativa própria parece ser significativo, e é o primeiro empreendimento associativo reconhecido pela diretoria, no espaço até então destinado à produção e reprodução daquele mundo do trabalho. Organizada por iniciativa dos trabalhadores e consentida pela direção, a banda de música não é mais citada pelos relatórios até que, de forma curiosa, reaparece quase vinte anos depois da primeira citação, no relatório da Companhia datado de 1895⁸³, em que a mesma banda é citada como sendo reorganizada pela diretoria da Fábrica. Num tópico desse relatório intitulado, “Escola Prática de Música”, encontramos o seguinte:

Comprovada pela experiência a necessidade de proporcionar-se o ensino da música aos operários do estabelecimento que mostram gosto por essa arte, foi ali reorganizada uma banda instrumental que atualmente conta com 25 figuras.

A aplicação e gosto desse pessoal, auxiliado pela diretoria, levou a esta dar-lhes um mestre que ultimamente foi substituído por pessoa de reconhecida idoneidade, tem consideravelmente manifestado o acerto de semelhante reorganização, que com pequeno dispêndio para a Companhia, proporciona a todo seu pessoal, utilíssima e agradável recreação, pois é força confessar que a referida banda musical tem feito grande progressos⁸⁴.

A passagem retirada do relatório de 1895 parece demarcar um processo histórico que se constitui ao longo desses quase 20 anos nas relações de trabalho ali estabelecidas. Se na primeira citação a banda de música aparece sem nenhuma ênfase e quase despercebida em relação à escola, ela ainda se constitui como uma iniciativa dos próprios funcionários, apesar de ter que passar pelo consentimento da fábrica. A última passagem possui um tópico exclusivo para falar sobre essa mesma banda, que, no entanto, nesse momento, fora reorganizada pela direção da fábrica que “deu-lhes” um mestre.

Inicialmente, no trecho destacado os diretores demonstram aos seus acionistas que a experiência os levou a perceber a necessidade do ensino de música, já que os operários do estabelecimento “mostram gosto por tal arte.”. A

⁸³ Idem. *Vigésimo Segundo Relatório aos Acionistas* em 3 de setembro de 1895.

⁸⁴ Idem. p.9.

necessidade da banda de música que se referem os diretores parece vir do entendimento da importância dada àquela atividade pelos operários. Nesse viés, poderíamos interpretar a ação dos dirigentes como o reforço da bondade da direção em relação aos operários, que seriam gratos aos senhores diretores da fábrica de tecidos por permitirem aquele capricho. O que, no entanto, o documento nos mostra é um movimento mais profundo expresso na relação da diretoria com a banda operária.

A ação dos diretores da Brasil Industrial diante da iniciativa operária de formação da banda de música é a reprodução clara da ideologia patriarcal que rege as relações entre senhores e escravos no Império brasileiro. A lógica desta relação não prevê um movimento autônomo da vontade de seus subalternos. Pelo contrário, “a vontade senhorial é inviolável”⁸⁵, e seus “subordinados só podem se posicionar como dependentes em relação a essa vontade soberana”⁸⁶. A leitura paternalista não compreendia a vontade dos subalternos a menos que expressassem o desejo dos seus senhores. Diante dessa lógica, era negada a existência da banda de música, a não ser que passasse pela vontade e iniciativa dos próprios diretores. Daí o movimento de reorganização da diretoria fabril naquele espaço aberto pelo operariado da Brasil Industrial. Os dirigentes retomam a banda de música e a inserem dentro da lógica paternal mais profunda de controle e tutela. No trecho “A aplicação e gosto desse pessoal, auxiliado pela diretora”, os diretores demonstram a tutela em relação aos trabalhadores, que somente poderiam participar de uma atividade que fosse julgada por esses senhores como boa, inofensiva, e não atrapalhasse a ordem e a produtividade do trabalho. Uma vez, que a banda fora compreendida como uma atividade inocente ela se insere no aspecto dádivo do paternalismo, pois seus tutores “lhes dão um mestre de reconhecida idoneidade”, ou seja, um trabalhador que a partir dos valores de seus padrões é julgado por uma conduta que o qualifica para tal atividade.

A própria ideia de idoneidade é constituinte do ideal de trabalhador que se pretendia para a indústria nesse momento, e considerada como um dos atributos mais importantes. Domingos Girolletti em sua pesquisa, aponta a importância da qualificação de idoneidade dos trabalhadores pelos dirigentes fabris, “o operário

⁸⁵ CHALHOUB, Sydney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.p.47.

⁸⁶ Idem. *Ibidem*.

sem idoneidade moral não era admitido nos quadros das fábricas”⁸⁷. O requisito de idoneidade está relacionado a um ideal de bom trabalhador, atestado na prática e na experiência com seus superiores. O mestre que havia sido doado pela Companhia fora sido substituído por uma pessoa de reconhecida idoneidade. O simples fato da direção da fábrica atestar a idoneidade do substituto e afirmar ter sido isso um acerto, ressalta o movimento de controle e tutela em que estavam inseridas as relações de trabalho daquele complexo fabril, diante da qual os subalternos estavam sempre subjulgados aos valores e juízos dos senhores fabris.

Foi durante os primeiros 20 anos de implementação da fábrica em Macacos que se consolidou o projeto da Companhia Brasil Industrial. Durante esse período tomaram forma as primeiras acomodações dos operários, as casas que foram “arrendadas por preços módicos”⁸⁸ para as famílias que ali se estabeleceram, momento em que foi criado o armazém, lugar de abastecimento daquele complexo industrial, a escola noturna para aprendizes, tanto meninos quanto meninas, e quando foi construída a capela da fábrica.

Ainda no primeiro relatório foi colocado o desejo de se construir uma Igreja, “em futuro talvez não remoto”⁸⁹, para facilitar o aluguel de terrenos e a vinda de pessoas para a fábrica. No Nono Relatório⁹⁰, datado de 1882, consta o valor gasto na construção da capela que teria ocorrido no ano anterior, 1881.

A escola noturna para os aprendizes foi implementada desde 1876, como colocado pelo Quarto Relatório da Companhia⁹¹, mesmo ano em que foi formada a primeira banda de música e o ano em que o médico da Companhia passou a residir na localidade. No relatório de 1882⁹² é possível perceber a expansão da escola noturna, quando foram implementadas duas outras aulas destinadas aos menores, uma para meninas dirigida pela professora Dona Bernarda do Nascimento Azevedo, e outra para desenho linear, dada pelo “senhor Gerente Veiga”.

No 22º Relatório de 1895, já sob a direção de Dominique Level, foi saudada a iniciativa do governo do Rio de Janeiro de criar no perímetro da fábrica

⁸⁷ GIROLETTI, op. cit. p.117.

⁸⁸ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1895.

⁸⁹ COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL. *Primeiro Relatório aos Acionistas* em 30 de Janeiro de 1874.p.17.

⁹⁰ Idem. *Nono Relatório aos Acionistas* em 6 de setembro de 1882.

⁹¹ Idem. *Quarto Relatório aos Acionistas* em 4 de outubro de 1877. p.8.

⁹² Idem. *Nono Relatório aos Acionistas* em 6 de setembro de 1882.

duas escolas para o ensino dos menores de ambos os sexos, filhos do pessoal do dito estabelecimento e dos habitantes de Macacos.

É com viva satisfação que, aproveitamos esta oportunidade, vos comunicamos que o governo do Estado do Rio de Janeiro, resolveu criar no perímetro da fábrica duas escolas para o ensino dos menores de ambos os sexos filhos do pessoal do dito estabelecimento e dos habitantes de Macacos e de suas circunvizinhanças. Tão útil medida começou a vigorar desde 24 de Março deste ano, prestando a Companhia para os trabalhos escolares, as mesmas casas de suas escolas noturnas que continuam a funcionar a expensas suas, com o crescido número de 133 alunos que dela se utilizam com assídua frequência sem perturbação de seus trabalhos, donde tiram proveito pecuniário em auxílio da família.⁹³

A passagem parece significar, diante dos primeiros passos da República do Brasil, o reconhecimento e apoio do governo aos industriais da Brasil Industrial e sua inserção no projeto republicano nacional. Também nos parece significativa do projeto operário destinado aos menores desde o início da implementação da Companhia.

Destarte, na formação do complexo fábrica com vila operária, estão as construções da rede de amparo que caracterizavam as relações paternalistas, antes escravocratas, e agora adaptadas ao modelo fabril. A rede de amparo construída no complexo fábrica com vila operária controla todos os bens e os distribui como dádiva. As casas da vila, armazém, serviços sanitários e médico, assim como atividades ligadas ao entretenimento e lazer formam as teias pela quais transbordam sobre esse mundo do trabalho pretendido como moderno, as heranças das formas de controle que passam pela tutela e doação características da ideologia patriarcal do século XIX.

O controle sob esses bens aparecem em uma matéria sobre a “Exposição de 1895 da produção industrial de tecidos algodão” do jornal do comércio⁹⁴:

Nas terras da Companhia, a qual arrenda a operários e agricultores, tem diversas casas nas proximidades da fábrica dotadas, as casas, de água filtrada canalizada e esgoto.

Por meio do armazém devidamente sortido fornece aos operários gêneros de primeira qualidade, apenas 5% mais caros do que os preços de primeira mão da capital.

⁹³ Idem. *Vigésimo Segundo Relatório aos Acionistas* em 3 de setembro de 1895, p.8.

⁹⁴ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1895.

O serviço sanitário que é prestado com a redistribuição de 3,8 % pagando o operário no máximo 38 mensais consta de hospital, Médico e botica.

A fábrica tem um lazarento no meio da floresta para o tratamento de moléstias contagiosas e uma elegante capela em uma eminência serve para os atos religiosos, havendo missa 2 vezes por mês⁹⁵.

Nas palavras desse jornal as iniciativas de moradia, saneamento e serviço médico, são descritas como extremamente positivas, um benefício aos trabalhadores, num discurso que reproduz a lógica paternal da bondade e tutela senhorial, sem as quais, esses “desamparados da sorte”⁹⁶ não poderiam ter melhor destino. Dentre os serviços destacados pelo *Jornal do Comércio* estavam o armazém no qual era cobrado apenas 5% mais caro que na capital, o serviço sanitário que incluía médico, do qual eram descontados 3,8% nos salários, a capela, um lazarento para doenças contagiosas, além das boas casas dotadas de água filtrada canalizada e esgoto, que eram arrendadas por operários ou agricultores⁹⁷. Todos esses misteres constituíam uma rede de amparo aos trabalhadores do complexo da Brasil Industrial que passam a ser usados como instrumentos que pretendem o controle e submissão desses operários.

Esses bens de serviço eram oferecidos aos trabalhadores como doações, mesmo sendo descontados de sua folha de salário, como indica o jornal, apesar de não ter sido possível identificar a quantia paga pelos trabalhadores. Ainda que fossem módicos os valores descontados do salário dos operários, como parece indicar o periódico, seu significado se insere na dádiva e bondade dos discursos filantropos da elite do século XIX que mascaram o próprio sistema paternalista que forma no complexo fabril. A partir do controle e distribuição desses bens aos seus subalternos os dirigentes da Brasil Industrial fortaleciam e ampliavam seu domínio sobre a vida dos trabalhadores livres os submetendo aos seus julgamentos e vontades.

⁹⁵ Idem. Ibidem.

⁹⁶ *A Reforma*. Rio de Janeiro, 9 de junho de 1874.

⁹⁷ Idem. Ibidem.

3

Sob o Manto de Nossa Senhora: as redes do paternalismo

Com verdadeiro entusiasmo, vamos descrever a belíssima festa realizada nesta localidade, em louvor à gloriosa Virgem S. da Conceição a ao Patriarca São José.

A piedade cristã dos dignos e importantes industriais diretores da fábrica renova todos os anos essa magnífica festa, talvez a mais deslumbrante que temos visto...

Voltando de Paracambi alta madrugada depois de assistirmos a queima de um grandioso fogo de artifício, cujas peças funcionaram perfeitamente e a subida de grandes balões, sentimo-nos satisfeitos e felizes por termos visitado tão esplendida localidade, cuja população forte, ordeira e delicadíssima, faz sair do nosso coração este brado de afeto e respeitosa admiração: Viva Paracambi!⁹⁸

É com entusiasmo e riqueza de detalhes que o jornal *A Época*, de 4 de Junho de 1913, noticia uma das festas de Nossa Senhora da Conceição e do Patriarca São José, realizada no município de Paracambi. Com direito ao brado de vivas à cidade e aos seus habitantes, o jornal descreve minuciosamente os momentos vividos pelo jornalista e seus auxiliares no “doce recanto fluminense”⁹⁹.

A notícia do jornal nos mostra o antigo povoado de Macacos, que se formara a partir de 1871 ao redor da fábrica de tecidos, agora descrito como uma admirável cidade, cuja população “forte e ordeira” encanta os colunistas do periódico. Muitas foram as transformações por que passara o lugarejo até chegar a essa descrição. De Macacos à Paracambi visualizamos o desenvolvimento da companhia de tecidos no Vale do Paraíba agrário, sua inserção no projeto de desenvolvimento nacional do Império brasileiro e a formação do povoado local. Arrendatários, que pouco a pouco ali se estabeleceram e desenharam as cores e contornos do novo lugar, juntamente a escravos, ex-escravos, homens, mulheres e crianças livres, assim como trabalhadores estrangeiros, compuseram a mistura de braços que fez emergir, ao longo desse processo de estabelecimento da Companhia Brasil Industrial, essa “esplêndida localidade”. A mudança no nome de Macacos para Paracambi aparece sinalizada no jornal *O Pharol* ainda em 1906 em correspondência dirigida aos agentes da Estrada de Ferro, “Por circular datada

⁹⁸ *A Época*. Rio de Janeiro, 4 de Junho de 1913. p.5.

⁹⁹ *Idem*. Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1914. p.4

de 3 do correspondente, e dirigida aos Srs. Agentes, a estação de Macacos, daquela data em diante, passa a denominar-se Paracambi”¹⁰⁰.

É necessário ressaltar que durante o período de sua implementação o país passou pela abolição da escravatura e a proclamação da República. Em meio a essas mudanças, a fábrica Brasil Industrial consolidou-se como um complexo de fábrica com vila operária.

Trata-se, portanto, de um espaço privilegiado para acompanharmos como o patriarcalismo, que marcou as relações entre senhores e escravos ao longo do século XIX, pôde adaptar-se a este processo de transformação, que deu forma à Primeira República. Nesse sentido, as descrições das festas de Nossa Senhora da Conceição, que marcaram a vida religiosa desse lugar, podem ser uma espécie de janela que nos possibilitará perceber como patrões e empregados do “doce recanto fluminense” transformaram as heranças sociais do XIX e deram a elas novas formas.

O encantamento expresso na descrição citada inicialmente não se apresenta como um caso isolado. Sua ênfase foi uma constante entre os anos de 1912 e 1919 nos artigos da sessão “Nos Subúrbios”, do periódico *A Época*, que se voltava para eventos que, embora distantes da região central da cidade do Rio de Janeiro, eram de grande importância para os moradores dos arrabaldes. Nessa perspectiva, tal era o caso de Paracambi, cujas festas, bailes, encontros e espetáculos figuravam nas páginas da sessão demonstrando bastante entusiasmo por parte de seus redatores. Não eram raras, portanto, as expressões de “satisfação”, “alegria”, e “contentamento”, assim como o destaque para o valor da “população forte, ordeira e delicadíssima” daquela “Petrópolis fluminense”¹⁰¹.

A inclusão da cidade no âmbito de interesse da coluna configura-se em indício significativo do seu sentido simbólico no período. Longe de ser apenas mais um subúrbio da capital federal, como Madureira ou Bangu, por exemplo, Paracambi era um Distrito de outro município, de configuração complexa. Dividido entre o 7º Distrito de Vassouras e o 3º Distrito de Itaguaí, a localidade apenas começava a afirmar sua identidade distintiva na década de 1910. Ao ser incorporada como um subúrbio carioca pela sessão, provavelmente por situar-se em um dos últimos ramais da linha de trem da Central do Brasil, que saía do Rio

¹⁰⁰ *O Pharol*. Juiz de Fora, 7 de agosto de 1903.

¹⁰¹ *A Época*. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1915. p.6.

de Janeiro, o jornal dava a ver, assim, seu caráter fronteiriço: às margens tanto dos municípios principais do Vale do Paraíba cafeeiro, quanto da capital federal. Evidenciava-se, desse modo, que entre o fim do Império e a década de 1910 acontecera um progressivo distanciamento simbólico da localidade em relação ao Vale do Paraíba cafeeiro, em decadência nesse período. Marcado pelo mais moderno avanço industrial, o distrito de Paracambi aproximava-se simbolicamente dos subúrbios cariocas, já então definidos como espaços privilegiados de moradia para os trabalhadores¹⁰².

Importa destacar que as narrativas de “Nos Subúrbios”, ao invés de tratarem da fábrica e de suas realizações, centravam sua perspectiva nos elementos que compunham a experiência cotidiana dos trabalhadores que habitavam o local: as peças de teatro encenadas pelo grupo amador Servos de Thalma (composto por funcionários da fábrica de tecidos), a banda de música dos operários, os bailes de carnaval, o clube de futebol, além de referências a algumas pessoas agraciadas pela simpatia dos redatores, consideradas como uma “elite paracambiense”¹⁰³. De grande popularidade entre os moradores da cidade, de acordo com a impressão de um correspondente da coluna operária desse jornal¹⁰⁴, *A Época* trouxe para suas páginas tanto o cotidiano local, quanto os momentos de suspensão do mundo do trabalho, que se desenrolavam em eventos organizados pela população e à sombra e sob a tutela da grande fábrica de tecidos, a Companhia Brasil Industrial. A riqueza de detalhes, característica das reportagens da coluna, é expressa pela quantidade de nomes citados ao longo dos anos de sua publicação – a maioria, quase sem exceção, de operários da grande fábrica ou pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

As notícias e os relatos de eventos ocorridos nessa “esplêndida localidade” parecem dar conta de uma realidade muito mais idealizada, e por que não dizer

¹⁰² MIYASAKA, Cristiane. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

¹⁰³ *A Época*. Rio de Janeiro, 14 de Julho de 1914; Idem. Rio de Janeiro, 10 de Maio de 1915.

¹⁰⁴ *A Época*. Rio de Janeiro, 23 de junho de 1914. p. 4: “Os jornais do Rio são bastante lidos ali, especialmente *A Época* e o *Correio da Manhã*. De Niterói, apenas o *Diário Fluminense* é que conhecem”. Importa esclarecer que o jornal *A Época* (1912-1919) não figurava entre os jornais com maior tiragem da capital federal¹⁰⁴. Entretanto, possui a maior documentação encontrada sobre o vilarejo de Paracambi, com crônicas extensas e ricamente descritas sobre a cidade e o modo de vida dos habitantes, desse quase subúrbio carioca, localizado no pé da Serra do Mar, no Vale do Paraíba fluminense. Cf. MIYASAKA, Cristiane Regina. “A questão social e o jornal *A Época* (1912-1919)”. In: *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SP-UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. CD-ROM

encantada, do que do cenário de uma cidade desse início de século XX, com seus prováveis atritos e choques, comuns à experiência citadina desse período. O ideal de objetividade próprio das narrativas jornalísticas, que visavam ao máximo à impressão de veracidade, nos aponta aqui a representação de um vilarejo em constante paz e harmonia. Se partirmos do princípio de que essas narrativas prestam-se a descrever a realidade tal como observadas e vivenciadas, chegamos à elaboração de um mundo em plena ordem. Os artigos relacionados aos eventos na cidade de Paracambi, da sessão “Nos Subúrbios”, desse modo, apesar de demarcados pelo aspecto documental que rege a narrativa jornalística, parecem fundar uma realidade “fantasiada” dessa localidade. Como resultado, o que aparece na coluna são imagens de um povo trabalhador e satisfeito, que habitava casas confortáveis, com serviço médico, um clube para os encontros de teatro, bailes, e outras atividades oferecidas pela Companhia Brasil Industrial. Trata-se, portanto, de uma descrição idealizada da vida de Paracambi, permeada pelo ideal próprio ao paternalismo fabril, no qual se configura a imagem de uma sociedade harmônica e sem antagonismos, como descrita no jornal.

Ao lançar-se a público em 31 de julho de 1912, *A Época* apresentava-se como “um jornal moderno”, que se propunha a ser diferente das folhas repletas de narrativas jornalísticas intermináveis, onde jovens redatores procurariam “encartar as suas tiradas de literatura sentimental e ridícula”. Com a determinação de dar maior objetividade às suas notícias e colunas, e enriquecê-las com fotografias de “boa qualidade”, seus redatores pretendiam se diferenciar dos jornais correntes na capital da República. Denominando-se um jornal independente, sem subordinação a partidos políticos, esse novo jornal descreve seu programa, ou pontos norteadores como prefere o editorial, em “duas aspirações essenciais”: “a independência do Brasil na política externa; a manutenção da ordem material e jurídica dentro de nossas fronteiras”¹⁰⁵. Essa afirmação evidencia uma preocupação em se firmar como um jornal sério, parte da boa imprensa, que não se misturaria com a imprensa operária revolucionária. Entretanto, o jornal também destaca a liberdade de seus colaboradores na apresentação destas ideias até mesmo divergentes das expostas por seus editores¹⁰⁶.

¹⁰⁵ *A Época*. Rio de Janeiro, 31 de Julho de 1912. p.1.

¹⁰⁶ Idem. Ibidem.

O editorial de *A Época* traz características marcantes do contexto histórico da recente república brasileira, sua temática envolve as discussões em torno do Progresso, ordem, modernidade e conservadorismo, conceitos que delimitam os discursos, projetos e os horizontes de expectativas¹⁰⁷ dos homens e mulheres das primeiras décadas da República brasileira.

O que emerge da coluna “Nos Subúrbios” é, assim, uma imagem idealizada de Paracambi, descrita como um lugarejo suburbano “agradabilíssimo”, onde tudo ocorre “na melhor ordem”¹⁰⁸. Encontramos pouquíssimas referências à falta de estrutura da cidade, limitando-se em geral às críticas ao tratar do serviço de trens e seus atrasos constantes¹⁰⁹. A fábrica aparece como pano de fundo de eventos bem organizados, como um castelo encantado, ou o “grande templo da indústria e do trabalho”¹¹⁰ – tal como descrito por outro jornal, ainda no século XIX. Para “desencantar” esse lugar, e conseguirmos ler através dos silêncios das notícias, “além do texto” como propõe Robert Darnton¹¹¹, é necessária uma leitura cuidadosa para identificarmos o sentido político da construção de um subúrbio idealizado e os indícios da experiência operária. Imagens aparentemente de harmonia semelhantes àquelas que compunham o noticiário do jornal aparecem em um livro intitulado *História de Paracambi de 1800 a 1987*¹¹², escrito por Clélia Natal e Gilson Natal. Trata-se de um antigo casal da cidade, cujo matrimônio, à época da publicação da obra, já durava 44 anos. Escrito sem preocupações acadêmicas, o livro mistura às antigas lembranças dos moradores e documentos variados, na maioria das vezes não citados – articulando uma narrativa baseada no “ver” e “ouvir”¹¹³, sobre o qual se apoia a legitimidade do testemunho. O livro aparece com funções bem delimitadas de seus autores, a Gilson Natal ficara a pesquisa dos documentos e o recolhimento das memórias, à Clélia fora dada a tarefa de redigir, “juntei e dei vida aos fatos”¹¹⁴ como a autora expõe. A intenção do livro aparece clara, um livro feito para posteridade que “abre

¹⁰⁷ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

¹⁰⁸ *A Época*. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1913.

¹⁰⁹ *A Época*. Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1913.

¹¹⁰ *A Reforma*, Rio de Janeiro, 9 de junho de 1874, p.2

¹¹¹ Cf. DARTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

¹¹² NATAL, Clélia R. N.; NATAL, Gilson. *História de Paracambi 1800 a 1987*. Rio de Janeiro: Guavira Editores, [1987?].

¹¹³ Cf. HARTOG, F. *O Espelho de Heródoto*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 1999.

¹¹⁴ NATAL & NATAL, op.cit.p.10

precedente para que outro estudioso em pesquisa complete a história de Paracambi”¹¹⁵. Trata-se de um relato que nos dá indícios preciosos sobre a vida dos moradores locais, mas cujos marcos acabam por monumentalizar memórias da comunidade e de pessoas escolhidas como fundamentais na formação do município de Paracambi.

As memórias trazidas pelo livro da história da cidade parecem evidenciar um senso de comunidade, uma identificação criada entre os diferentes homens e mulheres que formaram a população daquele vilarejo desde o século XIX. Porém, o constrói, assim como observamos nos jornais acima citados, como um lugar onde reina aparentemente a mais profunda harmonia, e que se não fosse pela bondosa iniciativa dos diretores da Brasil Industrial não teria sido um sinônimo de progresso do país¹¹⁶. A lógica da dádiva paternalista que configurou as relações de trabalho da Companhia transborda na construção da memória de toda população. A “pacata Paracambi” faz a devoção aos ilustres senhores diretores da Brasil Industrial, “que muito contribuíram para o engrandecimento não só da Companhia Brasil Industrial, como também de toda a localidade”¹¹⁷.

Interessante, nesse sentido, relacionar os testemunhos contidos no livro *História de Paracambi* com outros relatos de memória de antigos moradores apresentadas pela pesquisa de Paulo Keller (1997) sobre o cotidiano das fábricas da localidade de Paracambi, incorporados também na publicação de Maria Ciavatta (2007), *Memória e Temporalidades do Trabalho e da Educação*. Paulo Keller trabalha com alguns relatórios da Companhia Brasil Industrial além de trazer relatos de antigos moradores para reconstituir o cotidiano das vilas operárias em Paracambi. A pesquisa desses dois autores trazem relatos de memórias dos antigos moradores da cidade, entretanto, de forma diferente esses relatos não estão idealizados como no livro da Cidade de Paracambi, mas muitas vezes confrontados com iconografias da época, o que nos permite perceber o que Michael Pollack chamou de memórias subterrâneas¹¹⁸.

O cruzamento das histórias e informações narradas no livro da cidade, com os relatos recolhidos por essas produções acadêmicas, juntamente com as crônicas

¹¹⁵ Idem. Ibidem. p.123.

¹¹⁶ Idem. Ibidem. p.36.

¹¹⁷ Idem. Ibidem. p.47.

¹¹⁸ POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: *Estudos Históricos n.3*. Rio de Janeiro: 1989.pp.3-15.

de *A Época*, parecem ser um interessante caminho que pode nos ajudar a analisar o festejo de Nossa Senhora da Conceição.

A religiosidade de Paracambi começou a ser fixada com a construção da capela Nossa Senhora da Conceição, santa patrona da grande fábrica de tecidos. O projeto foi apresentado pelos diretores ainda no primeiro relatório, quando foi apresentado o desejo de se construir uma igreja, “em futuro talvez não remoto”¹¹⁹, para facilitar o aluguel de terrenos e a vinda de pessoas para a fábrica. No Nono Relatório aos Acionistas¹²⁰ constam ainda despesas da construção da capela que teria ocorrido dois anos antes, em 1880. No livro *A História de Paracambi*¹²¹ essa data consta como o ano de fundação da capela Nossa Senhora da Conceição, com o acréscimo de que

Gerente e operários promoveram uma subscrição para angariar donativos para a construção de uma capela, que receberia como padroeira Nossa Senhora da Conceição. A área de terra foi doada pela Companhia Brasil Industrial, colaborando ainda com grande quantidade de material e mão de obra doada pelos operários, trabalhando aos sábados e domingos. Ficando pronta, a capela foi inaugurada no dia 6 de maio de 1880, aproveitando os fiéis para elevarem suas preces a Deus, rogando por Ele pelos bons serviços e pela colaboração de Sr. João Batista Viana Drumond¹²².

A iniciativa descrita no livro de Clélia Natal expõe questões cruciais sobre a formação das relações de trabalho naquela fábrica, ainda no século XIX. O Primeiro Relatório aos Acionistas (1874) já havia apontado o desejo dos dirigentes pela construção da capela, mas foi com a colaboração do operariado que o projeto se concretizou. À primeira vista, essa união pode parecer apenas expressão do desejo comum entre diretores e operários em se construir um lugar para suas práticas religiosas. Entretanto, se atentarmos para a forma como isso aconteceu, a situação parece se modificar. A Companhia “doa” as terras para a construção da igreja, e este nos parece ser um aspecto relevante para entendermos o lugar ocupado pela construção da capelinha naquele contexto: uma dádiva da fábrica aos seus bons operários.

¹¹⁹ COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL. *Primeiro Relatório aos Acionistas* em 30 de Janeiro de 1874.

¹²⁰ Idem. *Nono Relatório aos Acionistas* em 6 de setembro de 1882.

¹²¹ NATAL & NATAL, op.cit., p.18.

¹²² Idem. p.38.

Ademais, Clélia Natal afirma que a Companhia teria “colaborado ainda com grande quantidade de material e a mão de obra doada pelos operários”¹²³. Ao atentarmos para essa referida citação, observamos que a mão de obra insere-se na colaboração da Companhia para a construção da capela, parecendo destituir os operários daquilo que poderia ser seu único bem: a própria força de trabalho. Os donos da Brasil Industrial aparecem, assim, como doadores da mão de obra, o que indica que a permissão para que seus operários trabalhassem na construção da capela, aos sábados e domingos, também teria sido uma dádiva, um presente. Esse fato demonstra uma continuidade com as formas escravistas do século XIX, na relação que a Companhia faz com a mão de obra que é compreendida como sua propriedade¹²⁴.

O ato de inauguração da capela teve outro ponto marcante, segundo os memorialistas, quando todos os fiéis aproveitaram o momento para “elevarem suas preces a Deus, rogando por Ele pelos bons serviços e pela colaboração de Sr. João Batista Viana Drumond”¹²⁵. O aspecto da dádiva, na qual se inscreve a construção da capela, aparece nessa passagem que apresenta os fiéis ali reunidos em oração pelo Sr. João Batista Viana Drumond, um dos fundadores da fábrica, pela sua colaboração. Essa ação parece demonstrar a devoção pretendida pela direção em relação aos seus subalternos. Os operários deveriam elevar as suas preces a Deus e agradecer pela graça de estarem sob o cuidado de homens tão bons, que se preocupavam com toda sua formação, inclusive religiosa. Novamente a semelhança com a lógica de domínio senhorial transparece em tal relato, tornando manifesta a religião como mais um mecanismo de controle¹²⁶. A ideologia paternalista do XIX transborda sobre as relações que se constroem no espaço da fábrica de Paracambi e se reproduzem na relação de doação e devoção que foram adaptadas ao espaço fabril.

Interessante o fato de um relato trazido por Maria Ciavatta¹²⁷, que dá voz a uma antiga moradora da fábrica, Dona Zanella, recolhido em 2007, trazer uma versão diferente dessa construção. No relato que ela faz sobre a fundação da

¹²³ Idem. Ibidem.

¹²⁴ Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

¹²⁵ Idem. Ibidem.

¹²⁶ STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba: com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961. p.162.

¹²⁷ CIAVATTA, op. cit.

capela Nossa Senhora da Conceição, acrescenta que teria sido construída por iniciativa da esposa do diretor Dominique Level,

A fábrica Brasil Industrial foi construída por um grupo de franceses e ingleses. E Dominique Level permaneceu mais aqui em Paracambi, morou aqui muitos anos. A esposa dele era muito católica, foi ela quem pediu que fizesse a igreja. Ela tocava órgão. Ela ensinou minha mãe a tocar órgão. E cantava no coro¹²⁸.

A memória de Dona Zanella nos põe diante de uma mistura de temporalidades, uma vez que consta no relatório aos acionistas¹²⁹, assim como no livro da cidade¹³⁰ a fundação da capela datada de 1880. O senhor Dominique Level ocupou o cargo de diretor da Brasil Industrial em 1889¹³¹, ou seja, quase uma década depois da construção da pequena capela. Ao apontar a iniciativa do diretor para a realização desse empreendimento, a lembrança de Dona Zanella, independente da confusão temporal, parece ter apagado a participação dos operários, que encontramos descrita no relato de Clélia Natal, e a registra como ato de doação do diretor fábrica. A memória de Dona Zanella parece se construir a partir da própria lógica patriarcal a que estavam submetidos os operários fabris da Brasil Industrial. Ao ressaltar em sua memória a construção da capela como iniciativa do diretor da fábrica, a antiga operária, parece ter reconstruído os relatos que ouvira, a partir da lógica paternalista que comandava as relações locais atribuindo apenas à dádiva dos diretores a existência da capelinha. Outro relato, dessa vez reproduzido por Paulo Keller¹³², é dado por um antigo operário, não nomeado, que afirma ter sido a construção da capela feita com a colaboração de escravos. Temos fortes indícios de trabalho escravo no início da Brasil Industrial, como já foi exposto, inclusive segundo relatórios aos acionistas¹³³. Se escravos realmente trabalharam diretamente ou não na construção da capela, essa não é a única questão que pode ser retirada desse relato. O que parece emergir da construção da memória desse operário anônimo são fragmentos de antigas

¹²⁸ Idem. Ibidem.p.49

¹²⁹ COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL. *Nono Relatório aos Acionistas* em 6 de Setembro de 1882.

¹³⁰ NATAL & NATAL, *op.cit.*, p.38

¹³¹ KELLER, Paulo Fernandes. *Fábrica e vila operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi/RJ*. Engenheiro Paulo de Frontin: Solon Ribeiro, 1997.p.30

¹³² Idem.Ibidem.p.74

¹³³ COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL. *Primeiro Relatório aos Acionistas* em 30 de Janeiro de 1874.p.15.

lembranças da convivência do trabalho livre e escravo que permaneceram nas histórias dos mais antigos moradores locais.

A capela foi construída numa pequena elevação logo à direita do portão de entrada que separava a fábrica da vila operária¹³⁴. A sua entrada, assim como o caminho que levava ao edifício da fábrica, ficava a poucos metros do casarão do diretor-gerente, permitindo-lhe uma ampla visualização. Com uma vista privilegiada da área livre, o imponente casarão parecia estrategicamente colocado na colina onde poderia se observar com clareza aqueles que entravam e saíam do edifício da fábrica. A casa do diretor parece poder controlar os passos de todos os que circulavam pelo local.

O grande olho da casa grande alcançava também a construção da pequena capela, localizada a poucos metros do jardim da casa do diretor, parecendo apontar a ação de observação da disciplina, desta vez do mundo religioso. O lugar ocupado pela capela aparece como central no complexo da Brasil Industrial, construída no coração da fábrica, era um espaço marcado pela convivência de patrões e empregados, em que é possível a visualização da disciplina e do comportamento religioso. Uma forma de controle que se assemelha à ideia do “panoptismo” expressa por Foucault em *Vigiar e punir*¹³⁵ e diante da qual, seus fiéis sentem-se constantemente vigiados pela autoridade do diretor, que transborda sobre o local de convivência religiosa.

A capela de Nossa Senhora da Conceição, no entanto, era o lugar onde Dona Zanella cantava no coral¹³⁶; onde sua mãe aprendeu com Dona Leopoldina Level, esposa do diretor, a tocar órgão¹³⁷; em que eram realizados os casamentos, batismos, missas de Natal¹³⁸; e também onde os operários rezavam por proteção à “mãe dos aflitos”¹³⁹, diante dos perigos do trabalho do dia a dia – riscos de acidentes que muitas vezes matavam ou amputavam seus filhos, maridos e esposas –¹⁴⁰. Era ainda o lugar em que todo o ano se iniciava a grande festa em

¹³⁴ Existem diversas fotos da fábrica e da capela de Nossa Senhora da Conceição no escritório onde hoje funciona a Secretaria de Turismo de Paracambi.

¹³⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 33ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

¹³⁶ CIAVATTA, *op. cit.* p.49

¹³⁷ Idem. *Ibidem*.

¹³⁸ *A Época*. Rio de Janeiro, 1912 – 1915.

¹³⁹ *A Época*. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1913.

¹⁴⁰ COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL. *Décimo Oitavo Relatório aos Acionistas* em 5 de Novembro de 1891.

devoção a Nossa Senhora da Conceição e o patriarca São José. As relações dos operários com o espaço sagrado representado pela pequena capela estão demarcadas entre o domínio fabril e a devoção e fé dos operários.

A festa religiosa da Brasil Industrial era, segundo as memórias recolhidas “muito concorrida e animada, com a presença de toda a população”¹⁴¹. As festas sugerem uma experiência do tempo e do espaço diferenciadas da vida cotidiana. Sua relevância e utilidade são constituídas por um valor atemporal: modificam a vida diária e a perspectiva do espaço em que acontece. São experiências extraordinárias que transformam a rotina e a percepção dos que estão nelas inseridos, momentos em que o tempo disciplinado do trabalho se extingue, dando lugar a outra representação e experiência que tanto reproduz como constrói a realidade.

A notícia de 4 de junho de 1913¹⁴² é a primeira de *A Época* a descrever a festa de Nossa Senhora da Conceição, importante festejo da localidade, que encontra um lugar muito especial na memória dos moradores de Paracambi até os dias de hoje.

A festa da padroeira da Brasil Industrial era cuidadosamente organizada por seu diretor, Dominique Level¹⁴³, descrito pelos jornais cariocas como presidente, diretor, comendador ou coronel, Level é geralmente citado com respeito e distinção, tendo seu prestígio junto ao operariado e à população em geral sempre enfatizado¹⁴⁴.

Diretor da Companhia Brasil Industrial, o senhor Dominique Level ocupou esse cargo de três de setembro de 1889 até sua morte em 1917¹⁴⁵. Durante estes quase trinta anos esteve à frente da Companhia, ajudando na construção do espaço físico e simbólico que constituiu o universo fábrica/vila operária idealizado desde 1871, quando se iniciou a edificação efetiva da Brasil Industrial. As marcas de sua história em Paracambi permanecem ainda hoje na cidade, onde é nome de rua importante e permanece assim no mapa simbólico da cidade.

Os títulos atribuídos ao diretor da fábrica pelos jornais conferem uma áurea paternal e, simultaneamente, a legitimidade da autoridade de um diretor da Brasil

¹⁴¹ NATAL & NATAL, *op.cit.*, p.47.

¹⁴² *A Época*. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1913.

¹⁴³ Idem. *Ibidem*.

¹⁴⁴ Cf. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1895. *A Época*. Rio de Janeiro, 1912-1919.

¹⁴⁵ KELLER, *op. cit.*, p. 33.

Industrial. O trecho inicial da notícia da festa, exposto ainda no início desse capítulo, serve para analisarmos algumas questões referentes a esses contrastes.

Com verdadeiro entusiasmo, vamos descrever a belíssima festa realizada nesta localidade, em louvor à gloriosa Virgem S. da Conceição ao Patriarca São José.

A piedade cristã dos dignos e importantes industriais diretores da fábrica renova todos os anos essa magnífica festa, talvez a mais deslumbrante que temos visto¹⁴⁶.

A louvação do espírito piedoso “dos dignos e importantes industriais diretores da fábrica” salta aos olhos logo no início do relato, ao destacar o forte aspecto de doação que envolve a festa. O papel central da diretoria na realização do festejo é trazido pelo jornal evocando a bondade e caridade cristã dos industriais que aparecem como presenteando o operariado com a deslumbrante festa para Nossa Senhora.

Dominique Level tem um papel central na relação entre a fábrica e os operários, tanto pelo tempo que permanece na direção, como por ser o primeiro diretor cuja memória dos operários mais antigos, como Dona Zanella, alcança como marco inicial desse contexto de trabalho. Esse senhor exerceu o cargo até 1917 e os relatos orais aqui utilizados para a descrição da festa foram, em sua maioria, colhidos em 1997¹⁴⁷, oitenta anos após sua saída. Ainda assim, as marcas das relações estabelecidas estão presentes nas palavras dos filhos e netos de seus subalternos que viveram essa relação em suas experiências quando crianças, e muitas vezes como espectadores ou ouvintes de seus pais e avós.

Os jornais o descrevem como coronel Level, presidente da fábrica, comendador, entre outros atributos. Essas diversas nomeações que lhe são atribuídas compreendem uma forma de distinção social muito bem definida, além de serem imbuídas de aspecto tanto pessoal, quanto profissional. Curioso, ainda, é o fato de referirem-se ao diretor como coronel, em plena constituição da Primeira República, conhecida nas páginas da historiografia como República dos Coronéis, onde esses últimos constituíam o “poder político de fato” da época¹⁴⁸. Portanto,

¹⁴⁶ *A Época*. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1913.

¹⁴⁷ Os relatos orais analisados são colhidos dos trabalhos de Keller (1997); Maria Ciavatta (2007), além de Clélia NATAL ([1987?])

¹⁴⁸ NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília A. N. (orgs). *O Brasil*

não nos parece de pouca importância essa atribuição ao diretor da gigante Brasil Industrial, uma vez que o poder de fato, o poder para além das relações de trabalho que se estende ao mundo da religiosidade, se mostra evidenciado na relação desenvolvida entre a direção da fábrica e o operariado.

Convém ressaltar que, desde o início, a festa aparece como uma iniciativa da direção da fábrica. Clélia Natal aponta Dominique Level como o primeiro responsável por promover “grandes festas em louvor à padroeira Nossa Senhora da Conceição, no dia 8 de dezembro de cada ano”. Tratava-se, segundo o mesmo relato, de uma “festa muito concorrida e animada, com a presença de toda a população”¹⁴⁹. Como tal, coube a ele fomentar não apenas a festa da padroeira, mas também os outros festejos da região – pois, conforme diferente relato, também “quando chegava o dia da festa do Rei Momo em Paracambi, o primeiro folião era do Dr. Level”¹⁵⁰.

À primeira vista, tais relatos e crônicas do jornal nos deixam ver um padrão de relação entre a direção e os operários comum a várias outras fábricas de tecidos do período – como sugere a análise de Leonardo Pereira sobre o caso de Bangu¹⁵¹. Foi por meio de concessões paternalistas que os diretores tentavam controlar e harmonizar os trabalhadores locais, de modo a evitar conflitos. Como em outros casos, a ideia de doação se fez presente, trazendo o paternalismo para a construção das relações entre a fábrica e o operariado. O testemunho de que a festa em homenagem a Nossa Senhora da Conceição era “muito concorrida e animada, com a presença de toda a população”, nos dá indício da importância que ela assumiu para os operários e outros moradores da freguesia de Macacos e dos arredores.

De fato, os jornais da época nos deixam ver que as festas da região eram anunciadas nos jornais locais com até um mês de antecedência – em anúncios que divulgavam suas atrações, como a recitação de *Te Deum*, a procissão e o arraial, com banda de música, sorteios de rifas, barracas de comidas e bebidas¹⁵². Em 14 de maio de 1913 temos o primeiro anúncio da festa daquele ano, em *A Época*:

republicano. O tempo do Liberalismo excludente: da Proclamação da república à Revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.23.

¹⁴⁹ NATAL & NATAL, *op. cit.* p. 47.

¹⁵⁰ Idem. *Ibidem*.

¹⁵¹ PEREIRA, Leonardo A. M. “A Flor da União: Festa e Identidade nos clubes carnavalescos do Rio de Janeiro.” *Terceira Margem*. 14:169-179. Jan.-jun. 2006.

¹⁵² Entre 1908 a 1912, o jornal *O Município*, jornal semanal de Vassouras, publicou diversas notícias sobre festas religiosas nas freguesias de Vassouras, sempre atestando a intensa

A festa que anualmente se faz nesta localidade, em louvor da padroeira Virgem Maria, está marcada para o dia 1º de junho próximo.

Celebrizada pela ordem e respeito que sempre se tem notado todos os anos, é de esperar grande concorrência das famílias e rapazes da capital e subúrbios¹⁵³.

A ênfase sobre a ordem e respeito parece ser um atrativo a estimular a grande afluência de famílias e rapazes da capital e subúrbios. O noticiário de *A Época* do ano de 1913 chega a mencionar a presença de cerca de quatro mil pessoas no arraial de Nossa Senhora da Conceição: “Dissolvida a procissão relanceamos o olhar pelo arraial e calculamos em cerca de quatro mil pessoas a multidão que espremia satisfeita”¹⁵⁴. Para termos noção da grandiosidade da festa, eram disponibilizados carros especiais da Estrada de Ferro Dom Pedro II para levar, ao final dos festejos, moradores de outras localidades, e até da capital. de volta aos seus lares, conforme o anúncio da véspera da festa: “Às 2 horas da manhã, depois de queimado os fogos, partirá de Paracambi para a capital um trem especial, parando em todas as estações intermediárias”¹⁵⁵.

Nessa época a festa já era tradicional na localidade. Encontramos na notícia do periódico *O Paiz*, datada ainda do final do XIX, o relato de que havia sido organizada uma caravana de Bangu pra visitar a localidade na ocasião da festa de Nossa Senhora da Conceição:

Progresso e Confiança fará um saída domingo 2 de junho para o lugar acima, onde se realizará uma brilhante festa.
Previno aos cidadãos, sócios que só terão ingresso no carro da banda aqueles que tiverem cartões assinados pela comissão
Villa Isabel, 28 de maio de 1895. – O secretário, A. Lima¹⁵⁶.

A ida de trabalhadores de outras fábricas à Brasil Industrial, além de demonstrar a importância do festejo, informa uma movimentação e compartilhamento de momentos em comum nessa festa representativa do projeto da diretoria da Brasil Industrial.

participação dos trabalhadores e população em geral. Essas notícias começavam a aparecer cerca de um mês antes da festa. Ver *O Município*. Vassouras.01/1908-12/1912.

¹⁵³ *A Época*. Rio de Janeiro, 14 de maio de 1913.

¹⁵⁴ Idem. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1913.

¹⁵⁵ Idem. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1913.

¹⁵⁶ *O paiz*. Rio de Janeiro, 1 de junho de 1895.p.4

Realmente se tratava de uma grande celebração que começava com o toque de Alvorada, às cinco da manhã, e terminava com o trem especial às duas da manhã do dia seguinte. Assim é descrito o programa da festa de 1913:

O programa da festa será o seguinte:

Às 11 horas da manhã, haverá missa solene, oficiando o reverendo vigário de Mendes, cônego João Fernandes; ao evangelho, ocupará a tribuna sagrada o reverendo, vigário se São Cristovão, padre Ricardino Seve.

À tarde sairá a procissão que percorrerá a vila operária. A noite, haverá leilão de belas prendas, e serão exibidas escolhidas fitas cinematográficas, sendo queimado à – hora da manhã um vistoso fogo de artifício.

A banda de música de Club União Operária tocará em todos os atos escolhidas peças do seu variado repertório.

Às 2 horas da manhã, depois de queimado os fogos, partirá de Paracambi capital um trem especial, parando em todas as estações intermediárias.

A distintíssima população de Paracambi vai ter um domingo magnífico.

Lá estaremos em meio das alegrias dessa ilustre população

Os festejos externos começarão como o toque da alvorada às 5 horas da manhã, pela afinadíssima banda musical dos laboriosos operários da Fábrica Brasil Industrial, que tocará ainda excelentes peças de seu repertório à chegada do trem das 10 e 30 da manhã¹⁵⁷.

O programa anunciado contava com dois párocos, o vigário de Mendes e outro convidado especialmente para a celebração do evangelho. Em uma localidade onde não havia um pároco fixo era provavelmente uma grande honra a vinda de dois sacerdotes para a festa da Virgem Maria. Com missa solene, procissão, arraial com prendas e exibições de filmes, queima de fogos, tudo embalado pela banda de música dos operários da Brasil Industrial¹⁵⁸.

A presença da população em massa, noticiada por *A Época*, nos mostra que aquela festa, deveria ser uma ocasião realmente especial: em um lugarejo que contava com cerca de “duas mil almas”¹⁵⁹, notamos o afluxo de provavelmente o dobro de pessoas. É possível imaginar a ansiedade das moças ao serem acordadas com a banda de música, ainda na alvorada do dia, ao se arrumarem para esperar o trem das dez e meia que chegava lotado de rapazes e famílias de outras localidades, recebidos com as boas vindas da banda de música, um momento

¹⁵⁷ *A Época*. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1913.

¹⁵⁸ Idem. Ibidem.

¹⁵⁹ *A Época*. Rio de Janeiro. 23 de junho 1914.p.4

memorável. Um dia que os retirava da rotina, do amanhecer para o trabalho, da dura vida cotidiana que contava com dez, doze horas de trabalho diário. O dia de louvor a Nossa Senhora era diferente, pois aquelas pessoas amanheciam aos sons dos queridos dobrados da banda de música formada por seus colegas, pais, irmãos, chefes, e que, naquele momento, significava apenas música e festa.

É preciso frisar que festas são situações fora do comum, e como diz Natalie Zamon Davis “discutir festas é necessariamente discutir rituais”¹⁶⁰ – ou seja, “o uso da ação para expressar significados em oposição às ações mais utilitárias e também à expressão de significados através de palavras ou imagens”¹⁶¹. Os rituais podem ser simples, mais próximos do cotidiano, como as missas, ou mais elaborados, para o qual existem as ocasiões especiais. Esse era o caso da festa de Nossa Senhora da Conceição da Brasil Industrial, extremamente ritualizada, com representações sociais que traduzem formas de organização e hierarquias.

Nas notícias do jornal *A Época* temos fragmentos de como se organizavam alguns trabalhadores. Os nomes daqueles que exerciam funções importantes no festejo não são selecionados ao acaso, nem pelo colunista, nem pelos organizadores da festa. Serão repetidos durante os sete anos da coluna “Nos Subúrbios”, possibilitando por meio desses fragmentos perceber determinados cargos e funções exercidas por alguns dos operários da Brasil Industrial. Dentre esses nomes destacam-se: o sempre elogiado iluminador dos eventos e eletricitista da fábrica, “um verdadeiro artista”, Achilles José Ribeiro; o “estimado” e “impecável” maestro da banda de música dos operários, João Francisco de Almeida; a professora da escola noturna, Dona Virgínia Carlos; a “religiosa” e “bondosa” esposa do diretor Level, Leopoldina Level; o “estimado” mestre Alberto Siqueira; o correspondente do jornal *A Época*, o “amigo” Francisco Tupassinunga; ou as belas moças, senhoritas e senhoras que têm nas páginas dos jornais seus nomes impressos e destacados por sua beleza, graciosidade e, sem dúvida, pelas “laboriosas famílias” a que pertencem – de operários, técnicos, burocratas, funções exercidas também por elas, porém não destacadas no periódico. Nomes e sobrenomes que ganham contornos de notoriedade na

¹⁶⁰ DAVIS, Natalie Zemon. “Mundo do carnaval”. In: *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.204.

¹⁶¹ Idem. *Ibidem*.

descrição minuciosa descritas da coluna mais lida da cidade, uma forma de distinção social que contrasta com as massas anônimas, que participavam do festejo.

Na chegada dos redatores de *A Época* ao vilarejo, quando descrevem a capela lotada de fiéis e o culto que ali se propagou, é possível ter uma primeira imagem do início das solenidades festivas.

Depois de curtos instantes de repouso na encantadora residência do amável Tupacinunga, subimos a aprazível ladeira em direção ao Santuário da Virgem Santíssima, onde já encontramos, no púlpito, o ilustrado pregador padre Dr. Ricardino Séve, que verdadeiramente inspirado, em frases tocantes, fazia o panegírico da Virgem Santíssima.

O sermão, cheio de imagens de finíssimo valor literário, agradou imensamente, pois o eminente orador soube desenvolver teses de grande alcance e proveito na atualidade.

O pequenino templo estava repleto de fiéis e pelas paredes, muito alvas, debuchavam-se riquíssimos e lindos festões de rosas e outras flores artificiais.

Ao fundo, fulgurante de beleza e esplendor, cercada de anjos, emergia entre nuvens, a imagem da Senhora da Conceição na doce atitude de mãe consoladora dos aflitos.

No coro, vibravam, com piedosa harmonia as delicadas vozes da veneranda sra. D. Leopoldina Level, acompanhada ao órgão pela gentelíssima sra. Argentina Marinho da Silva, com os coros feitos pelas distinta senhoritas Angelina de Almeida, Jovita Soares, Candida Soares, Cypriana Soares e Maria Francisca de Almeida.

Ainda se faziam ouvir, no coro, o ilustre cavalheiro Sr. Valentim Marques e o estimado maestro João Francisco de Almeida

Cantou-se, com admirável correção, a missa de Battamann¹⁶².

As senhoras cantavam a missa de Battamann, uma forma erudita e extremamente ritualizada que demarcava a celebração da eucaristia católica¹⁶³. Sob a direção de Dona Leopoldina Level, e assim tuteladas pela supervisão e o gosto da esposa do diretor, entoavam belos cânticos à Maria, mãe de Deus, na pequena capela “belissimamente enfeitada com rosas e outras flores artificiais”, onde esplendorosamente emergia entre nuvens, na atitude de mãe dos aflitos, Nossa Senhora da Conceição. As palavras do pároco ecoavam pela pequena capela na tentativa de alcançar a atualidade da vida dos operários e compunham através de quadros de “rico valor literário” a vida de Nossa Senhora. As imagens

¹⁶² *A Época*. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1913.

¹⁶³ SADIE, Stanley. *Dicionário Grove de Música*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

que aparecem na descrição de “Nos Subúrbios” estão as escolhas dos valores e gostos da esposa do diretor, que além de reger também canta no coral. Por meio do belíssimo cenário da capela podemos perceber o aspecto solene e imponente que era dado à festividade, com todos os cuidados e requintes dignos da festa da padroeira de um importante estabelecimento industrial. Esse cenário luxuoso elaborado para a festa de Nossa Senhora demonstra a imponência que a direção da fábrica queria imprimir à festa, que sem a bondade e “a piedade cristã dos dignos diretores da Brasil Industrial” não poderia acontecer.

O ápice desse primeiro ato parece estar na mistura de solenidade e evocação de um projeto nacional, incorporado pela Companhia, reproduzido na festa de sua patrona, e expresso na imagem simbólica de tal ação: “Ao levantar-se a sagrada hóstia, a brilhante banda de música da fábrica executou o hino nacional”¹⁶⁴. Estamos aqui diante da tradição barroca das festas católicas dotadas de sentido cívico, patriótico, que representam a idealização do projeto da Brasil Industrial desde o Império. No ato de erguer a hóstia ao som do hino nacional está presente a íntima relação entre e a criação de uma determinada nacionalidade ou expressão de um caráter nacional pretendido pela elite política e intelectual do país¹⁶⁵. Aqui, no entanto, traduzidas para as festas fabris, numa relação de continuidade dos elementos desde o antigo Império brasileiro, reelaborados para o trabalho industrial e a jovem República. Portanto, trata-se de uma herança das festas barrocas católicas do século XIX associada a um novo contexto e novos elementos que reelaboram a prática.

O ato de erguer a hóstia ao som do hino nacional invade as fronteiras simbólicas próprias da religião e evidencia a tensão entre o laico e o sagrado que constituem uma ambiguidade da formação da República do Brasil. Na ação em que encena simbolicamente a sacralização do hino nacional, símbolo representativo do Estado, está o projeto da indústria e de Brasil pretendidos pelos industriais daquele momento. Na presença de toda a diretoria, o primeiro ato da festa “dirigida pelos honrados diretores da fábrica, coronel Dominique Level, presidente; dr. Joaquim Guedes de Moraes Sarmiento, diretor técnico, e

¹⁶⁴ A *Época*. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1913.

¹⁶⁵ ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830- 1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.

comendador Francisco Ingácio Botelho”¹⁶⁶, parece querer evocar a legitimidade de um projeto industrial, em que as disputas em torno do protecionismo da indústria nacional, correntes nas páginas dos jornais em sessões políticas e econômicas aparecem na realização projetada de um Brasil industrial e moderno, no qual o lema da ordem e progresso se evidencia pela conduta obediente e harmônica, emitida pela ação educativa que a disciplina exigida por esse trabalho acabaria por formar. O modelo industrial bem aplicado transformaria, assim, a massa perigosa e desordenada, em uma nação imaginada¹⁶⁷ pela elite, composta por cidadãos honrados, ordeiros e disciplinados, desejados pela pátria. Dessa maneira, vemos encenada na festa de Nossa Senhora da Conceição as ambições e projetos da classe industrial, em um ritual que sacraliza o templo da indústria e do trabalho e a missão da elite de “ensinar o povo a ser povo”¹⁶⁸. Ideias que parecem bastante semelhantes às expostas pelo edital de *A Época*¹⁶⁹, e as intenções da formação de uma determinada nação brasileira pelos letrados do início do século¹⁷⁰.

A fusão do mundo religioso com o mundo do trabalho evoca sentimentos que parecem também querer construir um ideal de pertencimento entre seus participantes. A reprodução da visão dos industriais e de seus diretores aparenta pretender que os participantes que estavam ali reunidos comunguem de um sentimento de pertencimento a uma comunidade determinada, a família da Brasil Industrial, cujos grandes pais são os próprios diretores da Companhia.

Terminado o primeiro ato da festa, um intervalo de quatro horas intercala o final da missa e a saída da procissão¹⁷¹. Interessante atentar para o movimento que a festa de Nossa Senhora da Conceição realiza, indicando os limites físicos da fábrica e a incursão do festejo no que seria o seu “fora”, a rua: a missa realizada na capela estava dentro do complexo fabril como já foi exposto, dentro dos portões que separavam a fábrica da vila operária. A procissão saíria desse limite,

¹⁶⁶ *A Época*. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1913.

¹⁶⁷ Cf. ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

¹⁶⁸ ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia*. Campinas: UNICAMP, 1999.

¹⁶⁹ *A Época*. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1912.

¹⁷⁰ PEREIRA, Leonardo A. M. *O carnaval das letras*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994; Ver também, ALBUQUERQUE, op. cit.

¹⁷¹ *A Época*. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1913.

pois iniciaria sua caminhada pela Avenida dos Operários onde estava a vila, até encontrar as ruas da cidade e o restante da população de Paracambi.

O segundo ato da festa se inicia com Dominique Level à frente da “imponente procissão”:

Cerca de 4 horas depois, saiu da formosa ermida a imponente procissão, na melhor ordem e sob a direção inteligente do venerado e honrado Sr. Dominique Level, um dos diretores da fábrica, auxiliado eficazmente pelos distintos cavalheiros, João da Costa Maciel, Francisco Tupacinunga, Pedro Gomes, José Alonso, Manoel Alonso, Pedro Soares, Candido Antonio da Silva, e Alberto Siqueira como o gentil concurso da ilustrada professora D. Virginia Carlos e suas ilustres auxiliares Alcinda Maciel e Dulce Barbosa¹⁷².

O fato do diretor da Companhia sair à frente do cortejo é significativo da ordem que começa a se estabelecer ali. Uma distinta hierarquia pode ser observada na forma de realização do ritual. Primeiro o “venerado e honrado” diretor, seguido por distintos cavalheiros, dentre os quais, Francisco Tupassinunga, que segundo o jornal exercia a função de auxiliar de escritório¹⁷³. Dos outros citados, temos informação de que Manoel Alonso e Alberto Siqueira seriam mestre e contramestre da Companhia¹⁷⁴, o que indica que muito provavelmente o cortejo era seguido pelos funcionários de altos cargos e continuado com a presença da professora da escola noturna dos menores, Dona Virginia Barros, e suas auxiliares. Dessa forma podemos observar a ordem hierárquica do cortejo, que começa com a diretoria, seguida por seus funcionários de mais alto cargo e em seguida aparecia a professora da escola noturna. A importância da educação parece ser evidenciada pela hierarquização proposta pela procissão, de certo que a preocupação com as escolas noturnas dos meninos e meninas é parte integrante do projeto da Companhia¹⁷⁵ desde seu início, e é encenado em cada parte da procissão com a participação em massa dos menores operários da Brasil Industrial compondo todas as alas da sagrada procissão. O

¹⁷² Idem.Ibidem.

¹⁷³ Idem. 24 de junho de 1914.

¹⁷⁴ Idem. 18 de maio de 1913.

¹⁷⁵ COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL *Primeiro Relatório Aos Acionistas* em 30 de Janeiro de 1874. O projeto da Brasil Industrial está intimamente vinculado com o trabalho infantil, desde 1871 há escola noturna para menores na Companhia Brasil Industrial.

futuro do Brasil industrial projetado pela Brasil Industrial ganhava destaque na encenação do cortejo religioso de Nossa Senhora da Conceição.

Em seguida, vinha o delicado estandarte da Escola Brasil Industrial, empunhando- o a formosa senhorita Julieta Alonso; acompanhava o estandarte uma longa fila de gárrulas meninas vestidas de branco com faixas verde e amarelo, seguia-se o andor de Nossa Senhora da Conceição, levado por um grupo formado das senhoritas Julia Alonso Mercedes Moura, Maria Monteiro dos Santos e Jovelina Alves Teixeira¹⁷⁶.

O estandarte da Escola Brasil Industrial era o primeiro a aparecer, logo atrás de sua professora, acompanhado de uma longa fila de meninas vestidas de branco com faixas verde e amarelo. Novamente o caráter cívico invade a festa religiosa da padroeira da fábrica, projetado, dessa vez, sobre as crianças vestindo faixas com as cores da bandeira brasileira, indicando a propriedade oficial do cortejo. A ala das crianças era seguida pela protagonista da festa, a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Por meio da lógica de organização hierárquica do cortejo é possível perceber a importância dada à Escola Brasil Industrial pelos organizadores da festa. A imagem do andor de Nossa Senhora caminhando logo atrás do estandarte da escola parece abençoar esta formação.

Em sequência ainda apareciam o andor de São José, Sagrado Coração de Jesus, São Sebastião, e o Santo Pálio que vinha seguido da Cruz de Jesus carregada pelo reverendíssimo Vigário de Mendes. Aparentemente, segundo o relato, o único elemento sagrado empunhado por rapazes era o Santo Pálio, símbolo da união das igrejas locais com a Igreja de Roma, cuja presença na festividade também mostrava solenidade e legitimidade, pois se tratava de um objeto sagrado e oficial da Igreja Católica, sendo entregue aos bispos das arquidioceses quando nomeados, o que demonstra a aceitação oficial da Igreja à festa de Nossa Senhora da Conceição. Todos os outros símbolos eram carregados por moças operárias, sempre acompanhados das crianças,

Todos os andores eram acompanhados por extraordinário número de meninas e meninos, além de muitas virgens e cavalheiros vestidos de opas.

Fechava a imponente procissão a numerosa e afinada banda musical dos laboriosos operários da fábrica Brazil Industrial¹⁷⁷.

¹⁷⁶ *A Época*. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1913.

¹⁷⁷ *Idem*. *Ibidem*.

O extraordinário número de crianças, virgens e cavalheiros vestidos de opas – vestimentas sem mangas, como capas, cujas cores provavelmente acompanhariam a do estandarte¹⁷⁸ – deixava clara a magnitude e ritualização da festa. Em uma fábrica cujo operariado chegava a 900 pessoas, é de se imaginar o esplendor de uma procissão desse tamanho, seguida pela massa da população que parecia desenhar uma cauda que fechava a devoção à Nossa Senhora como descreve o redator de *A Época*, “toda a população de Paracambi, acompanhou a magnífica procissão, formando uma esplêndida cauda, seguida da brilhante e afinada banda musical dos laboriosos operários¹⁷⁹”.

A procissão se encerrava com a banda de música que começava a dar o tom do restante da festa, que seguiria para o arraial, com prendas, danças, comidas e bebidas. Antes, porém, para fechar a solenidade, as senhoras do coro ainda entoavam, dessa vez para toda população, “comoventes” trechos da missa de Battamann¹⁸⁰.

Em prosseguimento às festividades, o crucifixo era, então, levado pelo vigário até um altar iluminado no canto do arraial, simbolizando a continuidade da festa sagrada, agora no ato de confraternização. Montado no terreno em frente ao grande prédio da fábrica, o espaço de divertimento se organizava com dois coretos, um com as prendas e outro com a execução da banda de música dos operários da Brasil industrial. Barracas de comidas e bebidas estavam dispostas em forma circular na vasta área livre, em frente à fachada do prédio da fábrica que fechava a paisagem ao fundo. O terceiro ato da festa se desenvolvia, então, no arraial, lugar da confraternização, da diversão, da música e dança, dos namoros, das brincadeiras das crianças, momento da informalidade da procissão. O movimento de retorno à fábrica acontecia após a procissão, quando a massa era convidada a entrar em seu perímetro para participar do festejo, no ato que parece estender aos convidados a dádiva da festa.

A iluminação encantou o colunista de *A Época* em sua descrição sobre o arraial. O Sr. Achilles Ribeiro, chamado pelo jornal de capitão e iluminador da

¹⁷⁸ Em outras crônicas e relatos, as opas são designadas com as cores do estandarte, Nossa Senhora, azul, São Sebastião, vermelho e assim por diante. Cf. *A Época*. Rio de Janeiro, 5 de junho de 1914.

¹⁷⁹ *A Época*. Rio de Janeiro, 5 de junho de 1914.

¹⁸⁰ *Idem*. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1913.

Brasil Industrial, recebe os maiores elogios juntamente com o maestro, o Sr. João Francisco de Almeida, sempre mencionado pela precisão e maestria da banda dos operários da fábrica. Todos se encantavam pela profusão das luzes que eram ornamentadas, “Voltamos ao arraial; era um fulgor de luzes que deliciava o nosso espírito!”¹⁸¹. Não é de se admirar o encantamento causado pela luz elétrica, símbolo do progresso e modernidade, que enriquecia o arraial de Nossa Senhora da Conceição e causava um efeito admirável a todos que dele participavam.

Queremos falar dos magníficos arabescos em forma de cercaduras que lindamente enfeitavam uma pequena parte do terreno improvisado em salon de baile, ao ar livre. À noite, foi encantador e indescritível o efeito daqueles arabescos de madeira fartamente iluminados¹⁸².

Cuidadosamente montado, o arraial traduzia o espírito de modernidade, progresso e ordem que a direção da festa procurava encenar, e que se mostrava em pequenos detalhes, que chamaram atenção do colunista, como uma maquete do edifício da fábrica, feita em miniatura por um dos empregados, “extremamente talentoso”¹⁸³, o Sr. Valentim Marques, que havia participado do coro mais cedo durante a missa juntamente com o maestro da banda. A maquete iluminada pelo eletricitista da fábrica ornamentava o centro do arraial.

Durante a festa o colunista e seus auxiliares foram levados pelo Sr. Tupassununga e o Sr. Alberto Siqueira para um *tour* pelo complexo da Brasil Industrial. Visitaram algumas residências de operários, o teatro local, a escola noturna de aprendizes e o Cassino Club União Operária. Interessante observar a preocupação dos dois guias em mostrar a estrutura do complexo industrial, com o reconhecimento das casas da vila, descritas como “confortáveis residências operárias”, o teatro, detalhadamente descrito, as escolas dos meninos e meninas aprendizes, e o Cassino, lugar das festas exclusivas dos operários da Brasil Industrial. Sem dúvida, esses lugares eram considerados especiais pela memória do povoado. Frases como a de Dona Zanella, que perguntada sobre a importância do Cassino, diz: “Ah, isso aí significou tudo na vida do povo de Paracambi”¹⁸⁴, são demonstrativas desse sentimento e apropriação daquele espaço. Os dois

¹⁸¹ Idem. Ibidem.

¹⁸² Idem. Ibidem.

¹⁸³ Idem. Ibidem.

¹⁸⁴ CIAVATTA, *op. cit.* p. 46.

senhores que levaram o repórter para a pequena excursão são respectivamente o chefe de escritório do Sr. Dominique Level e um mestre da Brasil Industrial. É de se atentar para o fato de que se trata de funcionários designados para fazer o cortejo à imprensa e, portanto, estavam mostrando o modelo que a Brasil Industrial representava e suas benfeitorias para a população local, sem qualquer tipo de crítica ou tensão explicitada por parte deles, ou percebidas pela imprensa que ali estava. A visita à casa de Dominique Level parece evidenciar essa intenção.

Cerca de 8 horas da noite, tivemos a imensa ventura de visitar o venerado e honrado ancião coronel Dominique Level, que bondosamente nos acolheu, obsequiando-nos com um delicioso copo de cerveja e outras amabilidades que nos penhoraram em extremo¹⁸⁵.

A gentileza de serem recebidos pelo “venerado e honrado ancião coronel” o diretor da fábrica, que abre sua residência para receber a imprensa, parece significativo de algumas questões. Primeiramente o diretor faz questão de receber os repórteres que estão retratando “sua festa” nas páginas desse jornal pela primeira vez. Afinal, por mais que tivesse a colaboração e apropriação do operariado, a festa de Nossa Senhora da Conceição era idealizada e dirigida pessoalmente por Dominique Level, espaço tão bem delimitado pela propriedade do diretor em relação à festa, que em 1915 quando tem que se ausentar temporariamente da direção da fábrica por motivos de saúde, não é realizada a festa de Nossa Senhora, mas um festejo menor para São Sebastião¹⁸⁶.

Em segundo lugar, a característica de coronel evocada pela benção aos visitantes, que vão à casa do diretor e dono da festa, que os recebe gentilmente com um copo de cerveja em sua casa grande, em cima da pequena elevação, de onde é possível observar todo o arraial. Cena que reforça a imagem do “piedoso, honrado e venerado” diretor, percebido de forma acolhedora, hospitaleira e atenciosa pelos visitantes de sua fábrica. Mas que também evidencia as características das relações daquele espaço fabril, pois é por meio dessa figura, construída como paternal, cuidadosa e atenciosa, autoridade máxima do local, por meio dele e com

¹⁸⁵ *A Época*. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1913.

¹⁸⁶ *Idem*. Rio de Janeiro, 24 de março de 1915. A festa de Nossa Senhora da Conceição é adiada pelo estado de saúde do Senhor Dominique Level. É feito um festejo menor, realizado em homenagem a São José pelo substituto do diretor. A Festa acontecerá ainda nesse mesmo ano quando reestabelecida a saúde, o diretor Dominique Level retorna à direção da fábrica.

sua benção, que são resolvidos os problemas em torno do cotidiano das demandas operárias. Estimado e respeitado por toda população, Dominique Level está marcado nas memórias dos operários como um homem bom, festeiro, incentivador dos esportes e das festas comemorativas, que contribui para o engrandecimento não só da Companhia Brasil Industrial, como também da localidade. É o que se nota nas lembranças guardadas por Clélia Natal: “Dr. Domenique Level podia ser um homem sóbrio em seu gabinete, mas nem por isso era ranzinza”¹⁸⁷.

De volta ao arraial, a descrição de ordem e harmonia vem através do elogio à segurança do local,

Não podemos também deixar de mencionar o correto serviço policial que esteve a cargo do sub-delegado capitão Carlos Leão de Barros, auxiliado pelos srs. Julio F. da Silva, José Caldeira de Macedo, Honório Jose da Silva e uma turma de guardas à paisana que desempenharam a espinhosa missão sem registro de nenhum lamentável incidente¹⁸⁸.

A ordem mantida, sem registro de qualquer incidente grave, é ressaltada diversas vezes na descrição da festa – que se preocupa em frisar que a população sabia comportar-se em situações solenes, como a missa e a procissão, assim como diante do divertimento, música, dança, e barracas de bebidas. Ainda assim, diante da população ordeira de Paracambi, uma forte segurança foi montada no arraial, contando com o subdelegado¹⁸⁹, dois auxiliares, e guardas a paisana, para garantir a manutenção da ordem durante o festejo.

A festa era encerrada com outra atração muito estimada na época: a queima de fogos. Após esse encerramento, todos os visitantes podiam pegar o trem especial de retorno aos seus lares, por volta de duas da manhã, no expresse com destino à capital, com parada em todas as estações intermediárias. Nesse momento, é quando o trecho inicial desse capítulo fecha o relato de 1913, com um brado de afeto e respeitosa admiração do colunista de *A Época*, que saúda: Viva Paracambi!¹⁹⁰

¹⁸⁷ NATAL & NATAL, op. cit. p.46.

¹⁸⁸ *A Época*. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1913.

¹⁸⁹ A segurança de Paracambi era subordinada à Nova Iguaçu, não tendo um delegado a localidade. Cf. *A Época*. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1914.

¹⁹⁰ Idem. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1913.

Poucas foram as modificações nos anos seguintes na forma como foi realizada a festa da padroeira da fábrica de tecidos. Talvez a mais notável seja a inclusão de uma brincadeira na qual eram distribuídos níqueis às crianças que trocavam imediatamente por doces, o que reforça, uma vez mais, a relação direta da forma do festejo com as crianças da localidade, e a relação da dádiva encenada de forma simbólica na festa. A importância atribuída às crianças do local nos relatórios da fábrica indica uma congruência de sentido, onde o investimento nos menores, como a escola e o trabalho, aponta para um projeto de operário moldado pelo sistema fabril desde cedo. A brincadeira que passa a acontecer na festa de 1914, que consiste em dar dinheiro às crianças, parece reforçar os laços de trabalho pretendidos pelo projeto fabril para esses menores.

Ainda nos anos seguintes algumas imagens parecem tornar-se mais sólidas. Na saída da procissão não era mais apenas o idealizador da festa, o diretor, que se posicionava à frente, mas toda a diretoria da fábrica encontrava-se ali postada, diante do cortejo, uma representação consolidada da hierarquia fabril, composta por Dominique Level, diretor, Joaquim Sarmiento, apontado como secretário, Francisco Botelho, tesoureiro, e o médico da Companhia Brasil Industrial o Sr. Humberto Martins Vieira. A presença desses senhores nas descrições dos anos que se seguiram parecem intensificar a representação do poder fabril na localidade encenado na procissão. A presença do médico da fábrica, não simboliza apenas uma distinção ao profissional, mas a ênfase dada aos serviços de saúde e higiene pelo projeto fabril da Companhia Brasil Industrial.

O festejo de Nossa Senhora da Conceição encenava um projeto industrial e nacional idealizado pela direção da fábrica. Ao misturar elementos pertencentes ao universo das festas religiosas barrocas, ao progresso, à ordem das luzes e da indústria, a festa dramatizava a sociedade pretendida pelos industriais da Companhia, e procurava representar uma suposta aliança construída entre a direção e o operariado.

As festas organizadas em torno da padroeira da fábrica trazem a possibilidade de um olhar sobre essa construção. A organização pelo diretor da fábrica reproduz a marca paternalista das relações que ali se estabelecera. Os significados e intenções podem ser diferenciados e constituírem possibilidades outras de apropriação, mas no auge da festa da padroeira, como essa descrita em 1913 pelo relato de *A Época*, parece trazer para essa arena cultural a representação

da harmonia e do consenso, mascaradas pela lógica paternalista que dominava as relações entre diretores e trabalhadores da fábrica.

Os anos seguintes à festa descrita parecem ser elucidativos dessa questão. Até 1916 a festa é noticiada anualmente pelo periódico *A Época*¹⁹¹, sempre no tom exposto pela análise do texto, celebrada com entusiasmo pelo colunista. Não apenas a festa da padroeira, mas outras atividades como, teatro, futebol, a celebração do Primeiro de Maio, Natal, são descritos com os detalhes característicos do relato aqui apresentado. Entretanto, posteriormente a 1916, as notícias sobre Paracambi começam a ficar cada vez mais escassas na coluna “Nos Subúrbios” e o nome do município passa a estar cada vez mais presente em outra sessão desse mesmo jornal, a “Coluna Operária”. O movimento nas páginas do jornal é bastante interessante: quanto menos vemos figurar o nome da “pacata e futura” cidade no encantamento característico de “Nos Subúrbios”, percebemos o deslocamento de seu protagonismo para outras páginas, dessa vez, ligadas ao movimento operário. Chamadas para comícios, na localidade e em outras, tornam-se cada vez mais constantes na “Coluna Operária” de *A Época*¹⁹².

A tensão que podemos observar no movimento progressivo dos jornais eclode com uma greve, que contou com duas paralisações em 1918¹⁹³. Após esse evento a festa de Nossa Senhora da Conceição foi interrompida pela direção da fábrica¹⁹⁴. Ato que pode ser interpretado como punitivo, mas também como a quebra da suposta aliança que mantinha o sistema fabril e estava simbolizado pela própria festa da padroeira. Alguns anos mais tarde, entretanto, os festejos em devoção a Nossa Senhora parecem ser retomados por iniciativa do próprio operariado. Nas palavras atribuídas a um funcionário da Companhia Brasil Industrial¹⁹⁵ está a sugestão de uma nova festa em homenagem a Nossa Senhora: “Tem tanto devoto de Nossa Senhora aqui, porque não fazemos mais festa pra ela? Vamos fazer uma festa pra Nossa Senhora da Glória então”¹⁹⁶.

O depoimento do funcionário parece demonstrar a importância da festa para os trabalhadores locais, e nos dá indícios de uma retomada da festa pelas mãos dos operários, que parecem então reelaborar a festa da padroeira da

¹⁹¹ Idem. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1916.

¹⁹² Idem. Rio de Janeiro, 1917-1918.

¹⁹³ NATAL & NATAL, op. cit.; Ver também KELLER, op. cit.

¹⁹⁴ KELLER, op. Cit., p.74

¹⁹⁵ Idem. Ibidem.

¹⁹⁶ Idem. Ibidem.

fábrica em outra festa para Nossa Senhora. A possibilidade da festa para Nossa Senhora da Glória, que de forma significativa não era a padroeira da fábrica de tecidos, parece demonstrar a movimentação dos trabalhadores de Paracambi dentro do mundo do trabalho ali criado. Ainda que não tenhamos documentações sobre esse festejo realizado pelos operários, e apenas indícios a partir dos testemunhos colhidos por Paulo Keller, de que alguns anos após a greve se realizou por iniciativa dos operários uma festa em homenagem a Nossa Senhora da Glória no dia 15 de agosto¹⁹⁷, a simples possibilidade do operariado realizar o festejo pra Nossa Senhora por conta própria é significativo de sua organização e união.

O festejo de Nossa Senhora da Conceição aparece também nas memórias colhidas por Paulo Keller como retomado pela direção da fábrica alguns anos mais tarde. O controle novamente da festa por parte da direção já não deixaria mais que nenhuma dimensão de sua organização fosse assumida pelo operariado. A secretária do novo diretor, o senhor Junqueira, relata as mudanças na organização da festa ocorridas por volta de 1922:

Tudo pela fábrica, não tinha, não gostava que saísse lista pro operário assinar, era tudo pela companhia. Ele achava que tinha por obrigação fazer uma festa pra ela. Isso eu ouvia muito ele dizer, não queria lista. A única coisa que ele pedia era uma prenda, que ele achava que o operário devia dar um voto pra Nossa Senhora, então dar uma prenda que quiser¹⁹⁸.

O processo parece deixar claro que o levante de parte do operariado em 1918 significou a quebra da aliança proposta pela lógica que estava encenada na festa de Nossa Senhora da Conceição, aliança que não seria refeita tão facilmente. Afinal, o processo tinha desembocado em possibilidades não imaginadas pela direção, e com o pior dos pesadelos para o mundo industrial, a greve, indisciplina, desorganização de um plano de harmonia social que poderia ser o exemplo da própria nação brasileira. O ato de retirar a participação do operariado na organização da festa parece deixar claras as contradições que sempre existiram no sistema paternalista: o ideal de harmonia e devoção inscrito no primeiro movimento em torno da religiosidade no complexo industrial através da

¹⁹⁷ Idem. Ibidem.

¹⁹⁸ Keller, Paulo F. *Cotidiano operário & Complexo fabril: Fábrica com vila operária em Paracambi-RJ*. Enfoques (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 1-14, 2006.p.7.

ressignificação da associação e articulação dos elementos que constituíram aquela tradição. A questão é que o processo criado pela fábrica possibilitou uma solidariedade surgida também pelos laços religiosos, que não fora imaginada, e resultou em disputas do mundo simbólico e para além dele.

As lutas em torno do campo cultural emergiram durante o processo analisado da organização e encenação da festa da padroeira da Companhia Brasil Industrial sob formas complexas: incorporação, distorção, resistência, negociação, como propõe Stuart Hall¹⁹⁹. Vimos a construção das relações de um mundo do trabalho em torno da elaboração dos signos que compunham o mundo cultural daquele lugar. A festa de Nossa Senhora organizada em um primeiro momento pela fábrica, encenava a idealização de seu projeto industrial. Com a participação ativa e dedicada do operariado, este conferia legitimidade à ordem industrial ali estabelecida, em uma relação consensual construída em torno deste festejo. A aliança entre a direção e o operariado, simbolizada pela festa, dá o espaço da dialética que envolve a querela em torno do consentimento e resistência. Entretanto, quando o consenso do mundo do trabalho é quebrado pela articulação grevista de 1918, se torna possível vislumbrar o embate em torno dos símbolos que compõem a religiosidade local. Diante dos indícios da retomada de sua organização pelo operariado, é possível perceber o significado que a festa ganhou para os homens, mulheres e crianças da localidade – em disputa que nos deixa perceber como se configurava, em torno da fábrica, uma reatualização da lógica paternalista, da qual participavam tanto os diretores da Companhia quanto os trabalhadores locais.

¹⁹⁹ HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Liv Sovik (org); trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p.242.

4

Nas teias do lazer: o paternalismo na perspectiva dos trabalhadores

Em um modo geral, hoje falamos em greve, com medo, como se isso fosse criado pelo povo atual. A quantas eu mesmo assisti ficando apavorada com as consequências, no entanto, a Cia. Brasil Industrial em 1918, pasmem os leitores, ficou parada por duas vezes... e porque? Greve, indisciplina: a 1ª em março.

A segunda em 02 de junho, perdurando 36 dias úteis. Os ânimos foram serenados naturalmente com acordo entre patrões e empregados.

O Brasil não pode parar, é o slogan de hoje.

Em 1919, a Cia. Brasil Industrial já usava esse slogan, e assim sendo já se fazia sentir com força total²⁰⁰.

“Pasmem, os leitores!”, diz Clélia Natal ao se deparar com a greve que paralisou por duas vezes a Companhia Brasil Industrial em 1918²⁰¹. O espanto da escritora revela sua surpresa diante do evento ocorrido no passado da cidade e da grande fábrica. O motivo do assombro parece estar na afirmação de que as greves parecem algo “criado pelo povo atual”, não pertencentes ao passado do país, da cidade, e muito menos da fábrica de Paracambi. Entretanto, a passagem escrita pela autora das memórias da cidade se localiza em meio ao processo de abertura política e após o período militar, o que pode ajudar a entender a referência cuidadosa que faz a greve. A fala de Clélia Natal parece trazer a percepção de que o fenômeno grevista era mais antigo do que ela mesmo acreditava e fez parte do passado daquela cidade fabril.

De fato, como mostra a autora, as greves de 1918 paralisaram a grande fábrica de tecidos por duas vezes em um único semestre. Paulo Fernandes Keller afirma que a greve da Paracambi teve a influência anarco-sindicalista da U.O.F.T (União Operária em Fábrica de Tecido), e que a paralisação se inseriu no contexto da luta pela jornada de oito horas de trabalho do operariado, no final da década de

²⁰⁰ NATAL, Clélia R. N.; NATAL, Gilson. *História de Paracambi 1800 a 1987*. Rio de Janeiro: Guavira Editores, [1987?]. p. 40.

²⁰¹ Clélia Natal, antiga moradora e responsável, junto com seu marido, Gilson Natal, pelo livro *A História de Paracambi*, que reúne documentos, testemunhos e memórias para narrar a história do povoado e seus personagens “principais”. Citaremos daqui para frente, no corpo do texto, apenas o nome da autora, uma vez que afirma ser a única responsável pela redação do livro, enquanto Gilson Natal teria ficado responsável pela pesquisa e coleta de dados.

1910²⁰². O movimento de aproximação dos anarco-sindicalistas da Federação Operária, que resultou na greve, começou a ser percebido nos jornais a partir de 1917, por meio das chamadas de comícios e reuniões que se inseriram na campanha da “Carestia da Vida”, organizadas pela Federação Operária²⁰³. Em 18 de março de 1917 três grandes comícios foram realizados pelo movimento: aconteceram em Laranjeiras, Ramos e Paracambi²⁰⁴. Os eventos são descritos pelo periódico *Correio de Manhã*, no qual aparece um breve relato sobre o acontecido em Paracambi.

Com uma assistência bem regular, na estação de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro, realizou-se o *meeting*, que há muito vinha sendo anunciado pela Federação Operária. Assistiram-no cerca de trezentas pessoas em sua maioria operários de uma grande fábrica de tecidos ali existente. A tribuna foi ocupada por vários oradores. O comício correu sem a menor anormalidade²⁰⁵.

O comício consegue juntar cerca de 300 pessoas, o que é um número significativo para uma fábrica na qual trabalhavam entre 900 e 1200 operários²⁰⁶. A realização desse evento na cidade mostra que a mobilização do movimento organizado pela Federação Operária se fazia notar em Paracambi pelo menos um ano antes da deflagração da greve de 1918.

Não se trata, é claro, de um caso isolado. A força do movimento sindical se mostrava então, de forma avassaladora, nas greves que ocorreram no Rio de Janeiro e em São Paulo entre os anos de 1917 e 1918²⁰⁷. É curioso, porém, o fato de que tal pregação política tenha encontrado terreno fértil em localidades como Paracambi, supostamente marcadas por uma ordem e harmonia expressas na boa relação entre a direção da fábrica e os seus operários²⁰⁸.

²⁰² KELLER, Paulo Fernandes. *Fábrica e Vila Operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi/RJ*. Engenheiro Paulo de Frontin: Solon Ribeiro, 1997.

²⁰³ *Correio da Manhã*. 1917 -1918; *A Época*. 1917- 1918.

²⁰⁴ Idem. 19 de março de 1917.p.3

²⁰⁵ Idem. Ibidem.

²⁰⁶ As informações dos números de funcionários variam entre 986 e 1220 no total, nos anos compreendidos entre 1891 e 1925. Cf. COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL. *Décimo Oitavo Relatório aos Acionistas* em 5 de novembro de 1891; *Vigésimo Quarto Relatório aos Acionistas* em 22 de setembro de 1897; *Trigésimo Terceiro Relatório aos Acionistas* em 19 de setembro de 1906; *Quinquagésimo Segundo Relatório aos Acionistas* em 4 de março de 1925.

²⁰⁷ GOMES. Ângela de Castro. *Ministério do trabalho: uma história vivida e contada*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.

²⁰⁸ O mesmo foi notado por Leonardo Pereira ao analisar o caso de Bangu, descrito pelos jornais anos anteriores às greves que pararam a “Progresso Brasil Industrial” como “um lugar em que

A comprovação de tal harmonia era feita, na imprensa, não só por meio de descrições de festas religiosas como a de Nossa Senhora, mas também na cobertura dos vários eventos cotidianos que marcavam o lazer dos trabalhadores locais: bailes dançantes, formação e atuação de grupos de teatro, saraus e organização de clubes de futebol, todos eventos que lançavam sobre aqueles lugares o aspecto harmônico dos subúrbios fluminenses²⁰⁹. Esses operários, que pareciam desfrutar das mais refinadas e modernas possibilidades de lazer, oferecidas sempre pelos bondosos diretores das fábricas de tecidos locais, não poderiam querer destruir a paz e a ordem em que viviam para instaurar o “terror e a anarquia”, atribuídos às greves pelos jornais²¹⁰.

As imagens harmônicas mostradas pelos periódicos sobre esses lugares, assim como a perplexidade de Clélia Natal diante da greve de 1918, nos dão a entrever um ponto em comum: a não compreensão dos motivos que levaram às ações desses operários para um confronto contra seus grandes benfeitores, que apenas lhes queriam proporcionar uma vida digna de labor, com boas condições de higiene e uma vasta rede de lazer. O sentido desse ato, a partir de tal lógica, só poderia ser explicado por um fator externo à experiência dos trabalhadores locais, que confrontaria sua harmonia cotidiana: a indisciplina de alguns poucos, que segundo os jornais levavam “terror e anarquia” para uma localidade naturalmente marcada pela paz e pela ordem²¹¹.

Entretanto, é sob os ideais de harmonia, ordem e felicidade, inscritos nesses discursos, que se encontram as estratégias de dominação daqueles mundos do trabalho. O passado harmonioso das memórias dos antigos e o ideal de ordem e harmonia suburbano retratado nos periódicos refletem o apagamento dos antagonismos e tensões sociais daquelas localidades. Por traz da harmonia reinante e da “piedade dos diretores”²¹² das fábricas está uma lógica de dominação, que por meio do controle sobre o trabalho e todos os serviços existentes naquele espaço – casas, serviço médico e a rede de lazer – impõe a vontade e julgamento dos diretores sob o que é melhor para o operariado. Nesse

reinava a harmonia e paz entre operários e patrões”. PEREIRA, Leonardo A. M. “A Flor da União: festa e identidade nos clubes carnavalescos do Rio de Janeiro”. In: *Terceira Margem*. Ano X, n. 14, jan-jun 2006.

²⁰⁹ Cf. *A Época*. Rio de Janeiro, 1912-1919.

²¹⁰ *Correio da manhã*. Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1918.

²¹¹ Idem. *Ibidem*.

²¹² *A Época*. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1913.

sentido, o armazém torna-se um instrumento de distribuição das bonificações oferecidas pelos diretores ao operariado como mostra o relatório de 1906.

Essa útil instituição continua a prestar relevantes serviços a todo pessoal.

A diretoria já teve ocasião de dizer-vos que a metade dos lucros líquidos desse estabelecimento, reverte em benefício dos próprios operários a título de bonificação²¹³.

A bonificação dos operários por meio do lucro obtido pelo armazém evidencia uma estratégia dos diretores de afirmarem sua bondade e generosidade diante dos trabalhadores locais. Por meio do controle desses bens de serviço era possível dar como bonificações aos funcionários metade dos lucros líquidos do armazém em que eles mesmos compravam. A distribuição desse tipo de bônus possibilita a afirmação da bondade e generosidade dos diretores da Brasil Industrial com o seu operariado disciplinado, ordeiro e dedicado ao trabalho.

Os serviços distribuídos aos subalternos como dádivas, benfeitorias e bondade de seus diretores, constroem a lógica de controle e subordinação que caracterizam o paternalismo fabril, que se torna em mecanismo eficaz por inspirar em sentimentos de gratidão, devoção e dependência.

O suposto sucesso dessa lógica paternalista, que parece ser apresentado pela harmonia exposta nas memórias e nos jornais, torna ainda mais difícil a tarefa de compreender o fenômeno grevista de 1918. Submetidos ao sistema de controle fabril, esses operários se mostravam, à primeira vista, gratos aos diretores da fábrica por tudo o que lhes proporcionavam. Uma correspondência escrita por João Antonio Manuel da Costa, responsável por esse mesmo armazém, nos permite ver a gratidão em que estão inscritas as relações estabelecidas entre os funcionários e os diretores fabris.

Eu abaixo- assinado venho, por meio deste agradecer a todos os meus amigos e fregueses que me ajudaram há 22 anos, e até esta data me deram sempre preferência, me auxiliando para viver e criar meus filhos, não sei como agradecer estes nobres diretores e operários da Cia. Brasil Industrial e todos, que tem-me ajudado até esta data²¹⁴.

²¹³ COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL. *Trigésimo Terceiro Relatório Aos Acionistas* em 19 de Setembro de 1906.

²¹⁴ *A Época*. 16 de fevereiro de 1915.

A pequena nota de agradecimento foi escrita pelo responsável do armazém da fábrica, e publicada no jornal *A Época* em 1915. Suas palavras de agradecimento demonstram o reconhecimento da bondade dos nobres diretores da Companhia Brasil Industrial, os quais o permitiram “viver e criar seus filhos”. A devoção e gratidão do funcionário nos permite vislumbrar as fortes relações paternalistas que se constituíram na cidade operária de Paracambi.

Dentro de tal lógica, a harmonia na fábrica seria o fruto de uma relação de dependência entre os trabalhadores e seus benfeitores, que resultaria na impossibilidade de qualquer articulação entre eles, que não passasse pela tutela de seus diretores. A esses homens seria dada a identidade de pertencimento à grande família da fábrica²¹⁵, a partir da qual estariam protegidos da miséria e indignidade por seus tutores e compreenderiam o mundo a partir dos valores ou significados sociais impostos pela direção fabril²¹⁶. Submetidos a esse tipo de controle, esses sujeitos seriam completamente incapazes de uma articulação autônoma, com condição de reunir e mobilizar homens e mulheres de origens diferentes em torno de um ideal comum. Nessa perspectiva, o que poderia tornar possível a eclosão, em Paracambi, de uma greve como a de 1918?

Aparentemente, a única resposta seria aquela dada então pela imprensa e pelo próprio movimento operário: tratava-se da influência exercida, naquele momento, pelos militantes operários, em especial anarquistas – que levavam desarmonia para uma localidade onde ela não existiria. Trata-se, porém, de uma resposta que parte da crença da completa incapacidade de ação e escolha autônoma por parte dos trabalhadores locais. Se a pregação anarquista teve ecos em Paracambi naquele momento, resta tentar entender em que solo esta semente pode ter florescido – ou seja, que tipo de experiência pode ter sido por ela mobilizada para explicar a ação e as opções dos trabalhadores locais naquele contexto.

Um meio de buscarmos pistas que nos ajudem a responder a tal questão, fugindo da lógica lançada pelos patrões (e pelos militantes), é seguir as sugestões de E. P. Thompson em seus estudos sobre o processo de formação de uma

²¹⁵ Cf. CIAVATTA, Maria. “Do Espaço da Fábrica para o Espaço da Escola (I): Introdução a uma história fotográfica”. In: CIAVATTA, Maria. (coord.); DUARTE, Elisa Tavares [et al.]. *Memória e Temporalidades do Trabalho e da Educação*. Rio de Janeiro: Faperj, 2007. pp. 19-40.

²¹⁶ Para uma descrição da ideologia paternalista feita em tais termos, ver CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

identidade entre os trabalhadores na Inglaterra pré-industrial. Segundo Thompson, é a partir do compartilhamento de pequenos *costumes* cotidianos que se viabilizaria tal processo – como rituais carnavalescos, modos de vivência do tempo ou formas de relações conjugais²¹⁷. Se tais costumes, por serem comuns a todo o grupo em questão, seriam em geral incapazes de fomentar qualquer processo de identificação mais amplo, em contextos de enfrentamento social eles se tornariam a base sobre a qual se tornaria possível articular identidades de classe entre os trabalhadores. Cabe, assim, buscar, em práticas culturais cotidianas, a lógica de compartilhamento de costumes que poderia explicar o sucesso, em Paracambi, do movimento de 1918.

Tal esforço nos leva, no caso em questão, a atentar para aquelas que eram, no período, os principais elementos do lazer dos trabalhadores locais – como a prática do futebol no Paracambi Esporte Clube, os bailes carnavalescos promovidos no Cassino Clube União Operária, o grupo de teatro amador Servos de Thalma, a festa de Natal da fábrica ou mesmo as pequenas *soirées* e saraus realizados na casa desses trabalhadores, dentro da vila operária. Por mais que todas essas diversões acontecessem por dentro do âmbito da ideologia paternalista, a compreensão de sua lógica pode nos ajudar a perceber as fendas na sua própria estrutura, capazes de fomentar redes de solidariedades que permitiram aos trabalhadores articular sua identidade.

As ambiguidades das relações de dominação, características desse mundo do trabalho, podem ser observadas pela movimentação que a banda de música consegue fazer pelos espaços que escapam, mesmo que ligeiramente, desse rígido controle. A banda da Companhia Brasil Industrial foi formada por iniciativa do operariado ainda no século XIX, e reformulada pelo Diretor Dominique Level alguns anos depois, quando este “cede um maestro de reconhecida idoneidade” para liderar e desenvolver os operários participantes – ato que envolve controle, tutela e doação, por parte da direção, que resignifica a atitude autônoma do operariado ao reorganizar o grupo musical²¹⁸. Em geral vistas pelos militantes anarquistas como símbolo da sujeição dos trabalhadores às obrigações autoritárias

²¹⁷ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²¹⁸ As informações estão tanto no primeiro cap. 1 e cap. 2 dessa dissertação.

ditadas pelos donos das companhias²¹⁹, a participação dos trabalhadores em tais bandas acontecia, ao menos no caso de Paracambi, de forma espontânea. É certo que a banda tinha obrigações com a fábrica e se apresentava em todas as ocasiões promovidas pela direção, como as festas religiosas²²⁰, os bailes de carnaval²²¹, as apresentações do teatro²²², e as festas de Natal²²³. Entretanto, havia também reuniões espontâneas do grupo, ou parte dele, que são percebidas em aniversários e *soirées*, e não passam pelo consentimento, organização ou mesmo conhecimento da diretoria. É o que se percebe, por exemplo, por ocasião do aniversário do Sr. Jacintho, “estimado operário da fábrica e querido por toda a população”²²⁴ – que foi surpreendido por seus colegas e com a reunião de parte do grupo musical

Fez anos ante ontem o modesto e honrado operário Sr. Jacintho de Araújo que teve ocasião de receber dos seus companheiros, exuberantes provas do quanto é estimado nesta localidade.

Por esse motivo afluiu a sua residência grande número de amigos e famílias que lhe foram testemunhar o grau de estima em que os tem.

O Sr. Jacintho prodigalizou a todos gentilezas de que o seu coração magnânimo é capaz.

Tarde já era quando circulou a faustosa notícia do seu aniversário e, não obstante, um grupo de músicos da Fabrika Brasil Industrial, lá compareceu, para abrilhantar a festa, que tomou então um caráter agradável²²⁵.

A reunião de amigos e vizinhos de forma espontânea na residência do colega demonstra o carinho e estima desse antigo funcionário e evidencia laços de afeto e solidariedade construídos entre os operários no cotidiano fabril. Entretanto, o aniversário do estimado operário nos permite perceber a movimentação da banda de música da fábrica por espaços que passam pela escolha e autonomia de seus integrantes e não apenas em suas obrigatórias apresentações nos festejos promovidos pela direção.

As notícias sobre festas nas casas dos operários são constantes em *A Época*, que descreve ocasiões festivas, permeadas por danças e música, que duravam

²¹⁹ PEREIRA, Leonardo A. M. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 258.

²²⁰ Cf. *A Época*. 4 de junho de 1913; 5 de junho de 1914; 24 de março de 1915; 1 de junho de 1915.

²²¹ Cf. *A Época*. 21 de Janeiro de 1913; 4 de fevereiro de 1913; 8 de fevereiro de 1914.

²²² Cf. *A Época*. 4 de março de 1913; 14 de outubro de 1913; 29 de maio de 1914; 22 de junho de 1914; 4 de agosto de 1914.

²²³ Cf. *A Época*. 29 de dezembro de 1913.

²²⁴ *A Época*. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1913.

²²⁵ *Idem*. *Ibidem*.

muitas vezes “até alta madrugada”²²⁶, um padrão que extrapola as relações de domínio idealizadas pela estrutura das vilas. É possível encontrarmos explicações para tal fato no afrouxamento do controle exercido pelo diretor e gerente da fábrica, o que constituiria, assim, uma benevolência com o operariado; ou, ainda, a partir de uma relação de cumplicidade por parte do operariado e a fiscalização desses espaços. De um modo ou de outro, essas festas caracterizam a abertura de um espaço relativamente “privado”, marcado por certa autonomia, mais arejado do que em outros ambientes da fábrica, como o Cassino, e as festas ao ar livre, que contam com a presença e controle da diretoria e a fiscalização da ordem por parte de seus encarregados²²⁷.

Claro que essa determinada autonomia é circunstancial, ou seja, pode mudar com a chegada de outro diretor, ou mesmo em decorrência da notícia de algum distúrbio ocorrido. De qualquer maneira, na década de 1910, pelo menos até a morte de Level, em 1917 – ou seja, no período anterior à greve – parece ser possível verificar uma movimentação mais livre do operariado no espaço doméstico.

Outro momento em que podemos visualizar uma movimentação semelhante, envolvendo esses espaços, refere-se às festas de Natal da fábrica, entre 1913 e 1914, relatadas na coluna de *A Época*. Como sempre, ao noticiá-las, o colunista começa por fazer as devidas reverências à direção da fábrica, que a patrocinava.

O natal dos operários. – os importantes, dignos e honrados diretores da fábrica, tão bons amigos dos operários, mais uma vez, dispensam aos seus cooperadores um lindo natal, que será festejado com imponente missa do Galo²²⁸.

Do ponto de vista da notícia, era, assim, aos diretores que cabia a dádiva da festa, que comprovaria seus laços de “amizade” com os trabalhadores locais. Da dádiva desses diretores, resultava o festejo descrito semanas depois nas páginas do mesmo jornal.

²²⁶ *A Época*. Rio de Janeiro, 7 de março de 1913.

²²⁷ Cf cap. 2 sobre a festa religiosa e a presença do subdelegado e outros a paisana para manter a ordem.

²²⁸ *A Época*. Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1913.

Realizaram-se à dia 24 do corrente, nesta localidade, os festejos do Natal, em louvor ao Menino Deus.

Esses festejos revestiram-se de toda a solenidade.

Às 7 horas teve lugar a costumada ladainha na capela local.

Terminada esta e enquanto no artístico coreto a banda de música, composta de operários e sob a regência do maestro João Francisco de Almeida, executava várias peças de seu repertório, exibiram-se ao ar livre, perante centenas de expectadores, lindas fitas cinematográficas, exibição esta que se prolongou até a hora em que se iluminou o altar improvisado a um lado do coreto e onde o Reverendo Padre Antonio Fernandes celebrou a tradicional missa do Galo²²⁹.

O Natal dos operários organizado ao ar livre, como as festas religiosas promovidas pela Companhia, foi iniciado de forma solene pela entoação da “ladainha”, oração típica das festas católicas, seguida por música, executada pela banda que ocupava o coreto localizado em frente ao imponente prédio da fábrica, e dança. A presença descrita de centenas de espectadores demonstra a participação e presença do operariado na festa de Natal. Uma curiosidade, ainda, foi a exibição de “lindas fitas cinematográficas”²³⁰, que fez parte da programação e entretenimento da festa e que se prolongou até o início da missa do galo. A festa de Natal, assim como outras festas religiosas oferecidas pelos diretores aos trabalhadores da fábrica, mistura a religiosidade católica dos diretores, e de grande parte dos operários, com atrativos de diversão, como música, dança, cinema, comidas e bebidas que fortalecem o aspecto da dádiva da direção por todos os campos da vida desses operários, desde sua religião a seus momentos de lazer.

A iluminação do altar, para a celebração da missa, ficou sob responsabilidade do eletricitista da fábrica, e iluminador do grupo de teatro, Sr. Achilles José Ribeiro, e seus auxiliares. As luzes elétricas são um acontecimento por si só, e parecem sempre encantar os colunistas de *A Época*, que colocam em evidência, sempre que possível, a “magnífica iluminação” desses eventos organizados pela fábrica. .

As comidas e bebidas ficaram por conta de um “Buffet, bem organizado, dirigido pelos Srs. Manoel Teixeira, e Manoel Leite, que se multiplicavam para poder atender a todos”²³¹. A presença do *buffet* representa um indício de que esta fora uma festa restrita aos operários, vedada ao restante da população da cidade, já

²²⁹ Idem. Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1913.

²³⁰ Idem. Ibidem.

²³¹ Idem. Ibidem.

que não há notícias de barracas para venda de comida, como na festa de Nossa Senhora da Conceição²³², e também pela problemática que teriam esses dois senhores em atender um grande contingente de convidados.

Importa destacar que, para os operários, os festejos de Natal não se restringiam à festa organizada pela fábrica. Um dos aspectos mais interessantes, colhido no artigo citado, refere-se ao seu término, quando os operários “ordeiramente” iam procurar por bailes que ocorriam nas casas e duravam até o dia clarear: “Às 2 horas da manhã terminou a festa e o povo dispersou na melhor ordem, em busca de divertimentos em casas operárias, onde havia bailes que se prolongaram até o dia seguinte”²³³. Interessante observar o movimento feito pelo “povo”, descrito pelo colunista, que “dispersa na melhor ordem” e segue sua noite natalina “em busca de divertimentos em casas operárias”. Novamente o ambiente da casa parece permitir uma individualidade, privacidade e autonomia na apropriação dos espaços disponibilizados pelos patrões, ultrapassando os festejos fabris, com seus “bailes que se prolongam até o dia seguinte”. Nesse sentido, pode-se considerar que o operariado encontra no interior das casas, dispostas na vila operária, o prolongamento de sua noite de Natal, para além da tutela da fábrica. Os festejos promovidos pela direção parecem significar apenas o começo da celebração do Natal dos operários, que buscavam no universo privado dos bailes a continuação da festa.

Era nas festas de carnaval, no entanto, que as adaptações e apropriações das festas promovidas pela fábrica se mostrariam de forma mais clara. O livro *A História de Paracambi* mostra fragmentos do carnaval na cidade e traz em seu relato a descrição da figura de Dominique Level, como o grande promotor das festas e recreações de Paracambi.

Domenique Level, podia ser um homem sóbrio em seu gabinete de serviço, mas nem por isso era ranzinza.

Em suas horas de lazer, juntava-se ao povo, passando a ser o homem social...

Dr. Level, como já disse, era muito social e fã incondicional do carnaval.

Sempre ouvi meu sogro Benjamin Natal contar, e isso serve para mim como documento, que quando chegava o dia da festa do Rei Momo em Paracambi, o primeiro folião era o Dr. Level.

²³² *A Época*. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1913; 29 de maio de 1914; 1 de junho de 1915.

²³³ Idem. Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1913.

Logo cedo, mandava encilhar seu lindo e fogoso cavalo branco. Trajava-se de casaca e cartola, montava e saía à frente da Banda Musical e dos operários da fábrica.

Quando chegavam ao fim da Av. dos Operários, o bloco era engrossado pela população do centro e assim, percorriam toda Paracambi. Seu cavalo, sob o comando do bom cavalheiro, marchava ao som das músicas carnavalescas como verdadeiro folião²³⁴.

Essa passagem demarca não só a construção da imagem de Dominique Level como um homem que se juntava ao povo nas horas de diversão, mas que também comandava pessoalmente as entradas da festa do Rei Momo. A figura do coronel, diretor da fábrica de tecidos, “trajado de casaca e cartola” montado em um cavalo branco, e dirigindo sua tropa de foliões-operários ao encontro do restante da população para abrir os festejos de carnaval, parece reproduzir de forma adaptada o modelo de distinção que as grandes sociedades carnavalescas procuravam imprimir ao festejo²³⁵. A pompa e elegância que ressaltam os trajes de Level estão inseridas numa forma de reprodução do modelo de projeto civilizador pretendido como a forma ideal da festa, confinada aos elegantes bailes de salão e as grandes sociedades carnavalescas que se consolidaram no final do XIX²³⁶. Esses símbolos, no entanto, aparecem na imagem evocada pela memória do sogro de Clélia Natal, adaptados à realidade da cidade de Paracambi, da mesma maneira que o imponente cavalo branco montado pelo distinto cavalheiro também se assemelha aos utilizados nas aberturas dos desfiles das sociedades carnavalescas²³⁷. A adaptação dos elementos de esplendor e requinte do modelo de folia pretendido como “civilizado” afirma o caráter hierárquico que Level procurou imprimir sobre o festejo. Nesse sentido, entendemos que procurou transformar os operários em espectadores de seu desfile, ou apenas em seguidores de seu modelo de folia, adaptando à cidade de Paracambi os símbolos de distinção das grandes sociedades carnavalescas.

Dentro da lógica do carnaval civilizado pretendido pelo diretor da fábrica também aparecem os bailes do Cassino Club União Operária, que tomam a maior parte das notícias de *A Época* sobre o carnaval na cidade. A festa bem organizada

²³⁴ NATAL & Natal, op. cit., p. 47.

²³⁵ PEREIRA, Leonardo A. M. *O Carnaval das Letras: Literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1994.

²³⁶ Idem. *Ibidem*.

²³⁷ Idem. *Ibidem*.

e comportada se insere na adaptação feita pelos operários ao modelo de carnaval moderno e civilizado proposto pelos letrados do final do XIX e bem visto por Dominique Level.

A comissão encarregada do baile que se realizou no Club União Operária, a 1º do corrente, deve estar, hoje, orgulhosa pelo êxito brilhante que teve aquela festa.

Atendendo a gentileza do convite que nos fez, às 9 horas éramos ali recebidos pelas senhoritas: Isaura Buscacio, Alvina Alonso, Etelvina Soares, Zulmira Cordeiro e Sebastiana Rosa, que aguardavam a chegada dos convidados e, de braços, os levavam para o vasto salão que se achava artisticamente enfeitado.

Há essa mesma hora anunciava a banda da F.B. Industrial que seus músicos se achavam postos para o início do baile com um lindo dobrado, executando em seguida a quadrilha “Carnavalesca”, do maestro João Francisco de Almeida, escrita especialmente para esse dia²³⁸.

À primeira vista, o baile noticiado na nota tentava se inserir em um modelo de carnaval que representava, no período, um novo projeto civilizatório para a sociedade – a vitória de um modelo de carnaval, que “deve pautar-se pelo ‘espírito fino’,” de elegantes foliões diferenciando-se da “‘grosseria’ de muitos grupos que se acotovelavam pelas ruas”²³⁹. Ao formarem uma comissão de moças para receber os convidados, conduzindo-os de braços dados ao salão artisticamente enfeitado, os sócios do clube seguiam um ritual de refinamento capaz de distingui-lo socialmente, levando aos salões a marca da civilização – como mostra a continuidade da notícia:

Conquanto esse baile não fosse à fantasia viam-se, entretanto muitas senhoritas e rapazes trajando caprichosamente as cores das suas prediletas sociedades carnavalescas, notando-se grande maioria dos Democráticos.

Terminada qualquer contra-dança começava forte batalha de lança perfume entre os cavaleiros e damas, saindo estas sempre vitoriosas devido o grupo que formavam para atacar um dos provocantes muitas vezes auxiliadas pelos próprios adversários²⁴⁰.

²³⁸ *A Época*. Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1913.

²³⁹ PEREIRA, op. cit., 1994.

²⁴⁰ *A Época*. Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1913.

A presença de “rapazes trajando as cores das suas prediletas sociedades carnavalescas” ratifica a popularidade e força dessas agremiações no cotidiano da população local, e reafirma a apropriação de elementos pertencentes à forma da festa definida pelo projeto civilizador do carnaval. A alusão aos Democráticos, uma das três grandes sociedades carnavalescas, observada pelo colunista de *A Época*, reforça o lugar que o modelo criado para a festa ocupa na experiência dos operários, trabalhadores e camadas subalternas da população.

Quando inserido por esses sujeitos nas práticas festivas locais, em suas próprias formas, essa influência original é claramente adaptada aos costumes e interesses dos trabalhadores, que já não se confundem com a marca civilizadora da qual tentavam se beneficiar. Ao começar o baile, a banda de música da Companhia Brasil Industrial inicia tocando “um lindo dobrado”, seguido da marcha carnavalesca composta pelo maestro “especialmente” para o carnaval. O dobrado e a marcha que iniciavam o baile de carnaval dos operários aparecem como uma adaptação aos padrões de lazer próprios dessas localidades, pois são ritmos que se tornaram populares nos pequenos clubes recreativos, cujos bailes eram animados por bandas militares. A musicalidade, com a qual se divertiam os trabalhadores, deixava clara a peculiaridade daquela festa em relação ao modelo civilizado em que se baseou, e parecia ser valorizado, por seu diretor. É possível, assim, perceber como esses moradores dos subúrbios e cidadelas operárias, ao se apropriarem dos elementos de um modelo cultural proposto pela elite, acabavam por configurar práticas culturais próprias, beneficiadas pelo apoio decorrente desse verniz de civilização.

Há ainda o relato de outras práticas das festas do carnaval que podem ser percebidas como apropriadas e adaptadas pela população local a partir do modelo de folia desejado pela direção da fábrica. Em 1915 uma nota em *A Época* avisa a chegada do carnaval na cidade, que seria festejado com o “bloco cana-verde boa união com sede na Avenida Liberdade”²⁴¹ – um interessante nome para uma rua que ficava fora do perímetro fabril. A notícia afirma ser o bloco composto por “bons rapazes”, que teriam como distintivo as cores “dos gloriosos Fenianos”, e “vem percorrendo as ruas desta localidade fazendo vibrar o povo Paracambiense com suas músicas portuguesas, ao som da ‘cana verde’, uma bem afinada

²⁴¹ *A Época*. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1915; 16 de fevereiro de 1915.

orquestra”²⁴². O bloco a que se refere a notícia do jornal não pertence à fábrica de tecidos, sua sede está fora do perímetro do complexo fabril, e aparece como iniciativa da população local para comemorar os dias de folia.

Os “bons moços” do Cana-verde Boa União aparecem como uma organização baseada nos elegantes Fenianos, uma das três grandes sociedades carnavalescas e se inserem na discussão das novas práticas carnavalescas do início do século XX, que tomam conta do carnaval nas ruas da cidade²⁴³. Entre a aceitação e rejeição dessa forma de diversão está um intenso debate das elites nos primeiros anos da República, que veem nos pequenos grupos que se proliferam pela cidade uma desvirtuação da proposta modelo do carnaval das grandes sociedades²⁴⁴. A adaptação feita pelo Cana-verde Boa União parece demonstrar como este modelo fora apropriado pelos operários e serviram para afirmar identidades étnicas e nacionais entre eles, como a que une os portugueses da fábrica, os quais se juntaram para assegurar sua singularidade, incluindo na festa elementos de sua cultura – como a “cana verde”, uma dança tradicional da região do Minho, em Portugal²⁴⁵.

A incorporação de elementos das grandes sociedades utilizados pelos foliões do Cana-Verde Boa União, misturados à sua singularidade de identificação com nossa antiga metrópole de além-mar, apontam para as transformações do sentido hierárquico pretendido por Domenique Level ao levar os foliões-operários para brincar o carnaval a partir de seu desfile no cavalo branco de casaca e cartola. O mesmo modelo servia de base para os trabalhadores organizarem seus laços de solidariedade e diferença marcando assim sua própria festa sem confrontar a lógica pretendida por Level, numa adaptação, ou desvirtuação como preferem os letrados, do carnaval restrito ao modelo pedagógico das grandes sociedades²⁴⁶. A presença, em 1915, do bloco Cana-Verde União nas ruas de Paracambi, além de afirmar a presença de um carnaval de rua na cidade, permite vislumbrar possibilidades associativas dos operários fora do controle e tutela da fábrica de tecidos.

²⁴² Idem. Ibidem.

²⁴³ CUNHA, Maria C. P. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²⁴⁴ Idem. Ibidem.

²⁴⁵ LESSA, Carlos. *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p.472.

²⁴⁶ CUNHA, op. cit.

Pode-se considerar que esse bloco carnavalesco representa uma dessas possíveis teias de significação de diferentes identidades e origens, uma vez que Cana-verde é uma clara alusão à música de origem portuguesa²⁴⁷ e seus membros portugueses ou não, dançavam ao som da “orquestra cana-verde”. De qualquer maneira a questão proposta é que esses homens experienciavam e ressignificavam um elemento cultural daquela localidade, ao compartilhar no espaço, nesse caso fora da fábrica, e junto a toda população da cidade que era composta por membros de diferentes origens e tradições, as experiências de diversos costumes, que se tornavam *costumes comuns*²⁴⁸, do povo de Paracambi.

Outra dessas pequenas sociedades carnavalescas organizadas no período em Paracambi era o Suspiro das Morenas, cuja festa de troca da diretoria foi noticiada em *A Época*.

Mais uma festa encantadora! Paracambi, a terra das lindas moças, o doce recanto fluminense, engalanou-se. Houve um deslumbrante baile no dia 7, isto é, ontem.

A distinta diretoria do Grupo Suspiro das Morenas, terminando o seu mandato ofereceu este lindo sarau aos seus dignos associados.

Foi um soberbo e magnífico baile.

Que pena nossos múltiplos afazeres não nos permitir gozar de uma noite cheia de pompas. Assistindo pessoalmente a belíssima festa do Suspiro das Morenas.

Ali porém estivemos representados pelo nosso bom amigo o Sr. Alberto Siqueira²⁴⁹.

Mais uma vez, é seguindo o modelo das grandes sociedades carnavalescas cariocas em que um pequeno clube da cidade organiza suas atividades, como a troca de diretoria. O grupo ajuda a demarcar um perfil social diverso na cidade, quando, diferente do Cana Verde Boa União, que expressa uma origem portuguesa, o Suspiro das Morenas traz no seu título a referência clara às mulheres mestiças. As pequenas sociedades carnavalescas apontam para um espaço de possível movimentação dos operários da Brasil Industrial que mostra a festa do carnaval como um espaço em que esses trabalhadores organizavam seu mundo e suas diferenças, o que demonstra que estavam longe de assumir o papel passivo para eles definidos na lógica hierárquica de seu diretor Dominique Level.

²⁴⁷ Cf. PEREIRA, op. cit., 2006.

²⁴⁸ THOMPSON, op. cit.

²⁴⁹ *A Época*. Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1914.

Se o carnaval que permanece na memória do antigo morador da cidade parece circunscrever-se à imagem do diretor montado em seu cavalo, guiando os operários-foliões para as ruas da cidade ao encontro da festa, esses testemunhos sugerem as formas diversas pelas quais os trabalhadores locais lidavam com esta ideia. Por um lado, o caso do baile no Cassino Club União Operária mostrava que, ao incorporar essa imagem civilizada da folia, os trabalhadores o faziam a seu modo, por critérios próprios; por outro, a organização de grupos como o Canavere Boa União e o Suspiro das Morenas evidenciava como essa apropriação daquele modelo de folia valorizado pelo diretor da fábrica servia como meio dos trabalhadores organizarem sua própria experiência, quebrando a imagem coesa do operariado projetada pela direção da fábrica. Outro espaço de convivência desse operariado desenha mais uma possibilidade de relação, apropriação e controle dentro do complexo da Companhia Brasil Industrial: a praça de esportes onde se localizava o campo de futebol do *Paracambi Football Club*. A praça de recreação e esportes foi criada em 1912, por iniciativa de operários da fábrica, com a colaboração do diretor Dominique Level. É o que consta, mais uma vez, dos relatos de Clélia Natal.

Em 1912 foi criada a primeira praça de esporte no pátio da Cia. Brasil Industrial
Seus fundadores Clarence Hilbs, Frederic Jacques, John Stareck, Ernesto Bauer, Jersey Starck e Guilherme Gomes, todos operários da fábrica.
Tiveram substancial colaboração do Dr. Dominique Level que exercia a função de Diretor Presidente, desde setembro de 1889, da Brasil Industrial, que aproveitando a ideia dessa juventude, deu apoio total para o desenvolvimento do esporte amador, elevando o esporte de Paracambi não só ao conhecimento do Estado, como em todo Brasil²⁵⁰.

A criação da praça de esporte da Companhia dá início à abertura de outro espaço de lazer e divertimento dos operários no interior do complexo. A publicação de uma revista intitulada *Vida e Glória do Brasil Industrial Esporte Clube*²⁵¹, editada na ocasião da comemoração dos 60 anos do clube, em 1972, traz a sua história ressaltada por diferentes versões que ficaram na memória dos seus

²⁵⁰ NATAL & NATAL, op. cit., p.46.

²⁵¹ *Vida e glória do Brasil Industrial Esporte Clube*. Paracambi-RJ, 1972. Uma reprodução parcial da revista está disponível em: < http://www.portalparacambi.com/esportes_biec.htm>. Acesso em: 18 ago. 2011.

membros, e nos dá alguns outros detalhes de como ocorreu essa iniciativa. A história narrada pela revista atribui a iniciativa da criação do clube de futebol a seis rapazes vindos da fábrica Bangu, onde participaram da experiência pioneira do *Bangu Athletic Club*²⁵². Desses rapazes, cinco seriam de origem inglesa e um brasileiro.²⁵³ A origem inglesa dos fundadores do clube é um dado que nos mostra a mistura de nacionalidades nas fábricas brasileiras.

Já na data de sua fundação encontramos divergências nas memórias dos antigos membros, que lhe atribuem diferentes marcos: alguns a colocam significativamente em primeiro de maio de 1912, enquanto outros a situam em 16 de julho de 1912, quando foi colocado em vigor o estatuto de time. Entretanto, uma nota de *A Época* nos mostra que o clube já estava formado anteriormente.

Em assembleia geral reuniram-se, no dia 15 do corrente, no salão do Club União Operário, os sócios do Paracambi Football Club para a eleição da sua diretoria, que ficou assim constituída:

Presidente, Mario Torrentes; vice-presidente, Euzebio Cortes; 1º secretário, Luiz Baptista de Barros; 2º secretário, André Alves; tesoureiro, José Candido Cortes; 1º procurador, Adolpho Alonzo; e 2º procurador, João Evangelista Garcia²⁵⁴.

A notícia da eleição da primeira diretoria do clube, datada de 6 de fevereiro de 1912, é, portanto, anterior às datas mencionadas e guardadas pelo Clube como marcos iniciais. Na nota do jornal a direção e os fundadores são completamente diferentes dos indicados para as mesmas funções após o término do regulamento do clube. Dentre os nomes citados na passagem do periódico destacada acima, pode-se perceber que não há o nome do diretor, presidente nem de outros membros da diretoria da Brasil Industrial. Entretanto, no período que decorre dessa primeira notícia do clube até a aprovação do estatuto todos os nomes foram substituídos. Após a finalização do regulamento, a diretoria fica assim configurada:

Presidente de honra, Domenique Level; presidente executivo, Francisco Fernandes Tupassununga, 1º secretário; Manoel

²⁵² PEREIRA, op cit., 2000.

²⁵³ *Vida e glória do Brasil Industrial Esporte Clube*, op. cit.

²⁵⁴ *A Época*. Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1912.

VilasBoas, Tesoureiro; Clarence Hibbs, Fundadores; Frederick Jacques, John Starck e Ernesto Bauer²⁵⁵.

A partir de então, aparece como presidente de honra o diretor Dominique Level, e como presidente executivo Francisco Tupassinunga, auxiliar de escritório de Level²⁵⁶, e também auxiliar do jornal *A Época*, além dos nomes de dois dos seis integrantes oriundos da fábrica de Bangu. Essa mudança repentina de nomes parece demonstrar uma estratégia do operariado da Brasil Industrial para conseguir apoio da diretoria da fábrica para a fundação e manutenção de sua associação.

O movimento feito por trabalhadores de fábricas para fundação de clubes esportivos é analisado por Leonardo Pereira, que percebe a distribuição de cargos da diretoria do clube aos seus patrões como o meio encontrado para a obtenção do apoio necessário para o financiamento de suas atividades²⁵⁷. Nessa perspectiva, tal movimento consistiria numa tática para conseguirem financiamento. Entretanto, ao lançarem mão desse recurso esses operários inverteriam a própria lógica do paternalismo fabril, e utilizariam a seu modo o sistema de dominação a que estavam submetidos.

O grande envolvimento dos operários na fundação do clube pode ser percebido por um apontamento dos nomes, segundo a revista, pertencentes a uma “relação incomensurável” dos que tiveram participação direta no referido *Paracambi Football Club*. Na relação, estão citados os membros da primeira direção publicada em *A Época*, como fundadores do clube, juntamente com diversos outros, entre eles os ingleses “Clarence Hibbs, Frederick Jacques, John Starck, Ernesto Bauer, Jersey Starck que aparece com o apelido de Gelson Inglês”²⁵⁸. Juntamente com os ingleses, visualizamos outros nomes:

Antonio Amorim, José de lima, Antonio Moreira, Brígido de Oliveira Gama, Eustórgio Silva, Agostinho Inácio da Silva, Ciliatote Lavra, Benedito Coelho, Leopoldo Bonfim, Domingos Amorim (conselheiro), José Cândido Costa Côrtes (Belego), Francisco Costa, José Telles, Manoel Vilasboas, Adolpho Alonso, João Costa, Justino Silva, João Soares, Joaquim

²⁵⁵ *Vida e glória do Brasil Industrial Esporte Clube*, op. cit.

²⁵⁶ *A Época*. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1912.

²⁵⁷ PEREIRA, op cit., 2000.p.259.

²⁵⁸ *Vida e glória do Brasil Industrial Esporte Clube*, op. cit.

Barbosa (jacaré), Enéas Soares, Plínio Monteiro, Jazão Telles, José Bemol entre outros²⁵⁹.

A lista de pessoas que fizeram parte ativa do processo de fundação do “amado *Paracambi Football Club*”, e que contou com a “aquiescência” dos dois grandes diretores da época, Dominique Level e Joaquim Guedes de Moraes Sarmiento, é um dado importante que demonstra uma verdadeira mobilização pela abertura desse novo espaço de convivência. Os nomes citados parecem nos mostrar um amálgama de nacionalidades que se verifica na região. Aparecem os ingleses, bem demarcados como Clarence Hibbs e Jersey Starck, que tem seu nome brasileiro e ganha o apelido de Gelson Inglês. Junto a esses nomes claramente estrangeiros estão outros mais comuns que parecem possuir uma origem portuguesa ou brasileira como João, Francisco, José, Manuel. A lista de fundadores do clube aponta sutilmente para diferentes origens dos operários da Brasil Industrial, pertencentes a diferentes tradições, que conviviam naquele espaço fabril. O futebol, dessa maneira, pode ter servido como elemento de estreitamento dos laços entre esses homens que se uniram em torno do esporte Bretão.

A força do futebol na formação dos laços de solidariedade entre seus sócios e torcedores não é uma especificidade do clube de Paracambi. Leonardo Pereira nos mostra que a formação desses pequenos grêmios, que reuniam operários da mesma fábrica ou pessoas de um mesmo bairro, possibilitavam que se formasse laços de companheirismo entre os participantes fora de seus ambientes de trabalho²⁶⁰.

Não é a toa que o clube de futebol, que nasce da iniciativa dos operários da fábrica de tecidos da Brasil Industrial, chama-se *Paracambi Football Club*. O aspecto de identificação com a cidadela suburbana operária destaca os “laços de vizinhança”²⁶¹ como elemento aglutinador em torno do esporte – o que configura a fundação do clube para além das fronteiras dos portões da Companhia Brasil Industrial, numa construção de identidade de vizinhança. Novamente Leonardo Pereira chama atenção para esse aspecto de organização dessas pequenas agremiações que se constituíam muitas vezes por laços de vizinhança e abriam

²⁵⁹ Idem.Ibidem.

²⁶⁰ PEREIRA, op cit., 2000.p.273.

²⁶¹ Idem. Ibidem.

suas portas para o grande contingente de trabalhadores de baixos salários que iam dando a elas um perfil próprio²⁶². Nessa perspectiva o *Paracambi Football Club* foi criado pela iniciativa de operários que buscaram o apoio da grande fábrica para sua agremiação, mas que, no entanto, acabaram por ampliar as fronteiras da identificação operária ao torná-lo um elemento aglutinador da identidade da própria cidade. Dessa maneira, diante do ato da fundação do clube, que conjugava a vontade dos operários e a simpatia da direção da fábrica, abre-se um novo espaço de lazer e construção de solidariedades entre o operariado e a população local.

Algumas partidas realizadas no campo do *Paracambi Football Club* passam a ser noticiadas pelos jornais. Esse espaço aberto pelo esporte na cidade ganha interesse do operariado desde o início e permite inclusive um maior contato com pessoas de outras fábricas e localidades. É o que mostra a reportagem de *A Época* em 6 de maio de 1913 quando o time do *Bangu Athletic Club* vai à cidade de Paracambi, disputar um “mach” de “football”²⁶³. O resultado dá a vitória ao pioneiro Bangu por 10 a 4. O encontro entre esses times, no entanto, nos mostra o time de futebol de Paracambi já estruturado e recebendo visitantes em sua casa.

Encontramos em algumas outras notícias que as atividades do Clube correram continuamente durante esses anos, e é interessante perceber a popularidade que ganha o esporte. Em 1915, *A Época* faz a chamada de uma partida que ocorrera no campo do Paracambi contra o Confiança F.C., em que chama atenção de que “É, pois de esperar que o vasto Field do Club local seja pequeno para conter a numerosa massa popular que a ele afluirá, para assistir ao desenrolar de tão importante match”²⁶⁴. A numerosa massa popular ressaltada pelo periódico, que esperava para assistir a partida, nos deixa ver que em pouco tempo o esporte havia se consolidado na cidade de Paracambi, reunindo homens e mulheres em torno desse novo lazer escolhido pelos próprios operários da fábrica de tecido. A formação do clube de futebol da cidade demonstra que esses operários aprenderam a manipular as redes do paternalismo fabril e a utilizaram para criar seu próprio espaço de lazer. Ao procurar o apoio da fábrica para a

²⁶² Idem. Ibidem.

²⁶³ *A Época*. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1913.

²⁶⁴ Idem. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1915.

formação do clube esses trabalhadores parecem tecer ao seu modo as redes do paternalismo daquela localidade.

Importa destacar um último espaço de lazer da cidade. Trata-se da formação do grupo de teatro amador operário Servos de Thalma cujos ensaios e apresentações acontecem no Cassino da fábrica Brasil Industrial. A cidade de Paracambi, no início da década de 1910, tem no Cassino Clube União Operária o principal espaço de sociabilidade entre os operários da cidade. A construção do Cassino é datada de 1894 e foi feita por iniciativa do diretor Dominique Level, que concede ao operariado o “sólido barracão de madeira, coberto por zinco e com dois pavimentos, todo pintado a óleo” que lhe serviu de sede, considerado “*chic*” para a época²⁶⁵. O lugar tornou-se o mais antigo espaço de lazer fundado no âmbito da Brasil Industrial. O Cassino rapidamente transformou-se no polo da vida social dos operários e congregados da cidadela de Paracambi nos primeiros anos da década de 1910. Visto com orgulho pelos trabalhadores locais, era nele que se organizavam as festas de casamentos, os batismos, os bailes de carnaval, ensaios da banda e do grupo de teatro, além das festas dançantes e outras ocasiões sociais permitidas pela fábrica. Consistiria, assim, no lugar comum, compartilhado pelos operários para as atividades criadas além da reprodução do mundo fabril.

É exatamente no Cassino Club União Operária, com o aval da diretoria, que passam a acontecer os encontros do grupo de teatro Servos de Thalma. A coluna “Nos Subúrbios” de *A Época* descreve algumas apresentações desse grupo no período compreendido entre 1913 e 1914.

A sua criação abre mais um espaço para o operariado e proporciona nas noites do teatro, marcadas pelo divertimento e lazer, momentos fora da rotina de trabalho, entretanto, não deixavam de estar submentidos ao controle e tutela da direção da fábrica. Como não poderia deixar de ser, estão presentes nas matérias do jornal os agradecimentos e reverências convencionais aos diretores, que evocam a marca de tal dominação.

Terminando, aqui deixamos as nossas melhores felicitações ao operoso e inteligente A. de Siqueira bem assim ao coronel D. Level, presidente da Companhia Brasil Industrial. S. s. não

²⁶⁵ NATAL & NATAL, *op. cit.*, p.47.

poupou esforços para que os seus operários e amigos pudessem levar a efeito esse brilhante tentamento artístico.

O Club incontestavelmente muito deve a s. s. e nós não podemos deixar de destacar aqui o seu nome como o de um benemérito, a quem todas as homenagens são devidas²⁶⁶.

O agradecimento ao benemérito coronel não foi esquecido pelo jornal, nem pelos seus operários agraciados pela “bondade do diretor”. A presença e agradecimento ao diretor carrega a marca da relação paternalista desenvolvida entre a direção e o operariado naquele estabelecimento fabril, e fortemente demarca o aspecto de doação, bondade e controle fabril.

O controle fabril aparece bem delineado no teatro, tanto que em outra apresentação em 6 de junho do mesmo ano é possível perceber a ausência de Domenique Level. No entanto, outra autoridade fabril estava presente: o Dr. Sarmento.

Ali cumprimentamos o ilustrado engenheiro, verdadeiro amigo dos operários, o Dr. Joaquim Guedes de Moraes Sarmento, um dos diretores do importante estabelecimento fabril.

Também saudamos o simpático e querido médico do operariado Dr. Humberto Martins Vieira, um profissional muito competente zeloso que solícitamente presta desvelados serviços ao pessoal da fábrica²⁶⁷.

A presença de outro diretor parece apontar para a necessidade de se ter uma autoridade fabril presente, um responsável para marcar o aspecto de tutela, legitimando o seu poder sobre o evento e seus operários. Além do diretor, também há referencia ao médico da fábrica, outra figura de autoridade, cujo serviço prestado à Companhia e aos operários também está inscrito na lógica da doação, dos serviços sanitários e médicos que delimita aquelas relações fabris.

A primeira apresentação relatada pelo jornal acontece em 1913, quando encenam “o popular drama *Gabriel e Lusbel, os milagres de Santo Antonio*”²⁶⁸. A partir de duas reportagens sobre essa apresentação é possível ver o esforço, cuidado e carinho dedicados pelos amadores de Paracambi na montagem do texto escolhido. O colunista descreve com detalhes os requintes da preparação do evento:

²⁶⁶ A *Época*. Rio de Janeiro, 4 de março de 1913

²⁶⁷ Idem. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1913.

²⁶⁸ A *Época*. Rio de Janeiro, 4 de março de 1913. p. 4.

Às 8 horas em ponto, hora em que penetramos no vasto salão do Club, ficávamos deslumbrados diante do aspecto encantador que apresentava aquela casa de diversão, profusamente iluminado, por dezenas de lâmpadas elétricas e cheia de numerosa assistência de cavalheiros, senhoras e senhoritas que trajavam lindas *toillets* e realçavam ainda mais a festa artística²⁶⁹.

O deslumbramento do colunista diante do Cassino transformado em teatro, com a instalação de “dezenas de lâmpadas elétricas”, e a “numerosa assistência” de pessoas da fábrica, parece demonstrar o cuidado e o tempo empregado para a realização do evento. As belas *toillets* que trajavam as senhoras e senhoritas mostram que aquele era um momento especial, importante para aquelas pessoas, uma oportunidade de encontros e divertimentos fora do cotidiano regido pela dura rotina do trabalho, que chegava à 14 horas por dia, mesmo aos domingos e feriados²⁷⁰.

O acontecimento da noite do teatro em Paracambi começava com a banda de música que, segundo o jornal, executava vários trechos sob a direção do maestro João de Almeida, com todos os presentes animadíssimos à espera do espetáculo²⁷¹. Essa espera ansiosa pode dar uma ideia da expectativa com que aguardavam as encenações de seus colegas. Ademais, os esforços do grupo para realização do espetáculo são reconhecidos pelo colunista do periódico.

Fomos agradavelmente surpreendidos com o desempenho dado pelos distintos amadores, isto porque conhecemos as dificuldades inevitáveis com que tem de lutar todos aqueles que, incipientes na difícil arte de representar e desprovidos dos necessários recursos, procuram interpretar uma peça de teatro, contando quase que exclusivamente com as luzes da sua inteligência e os impulsos da sua boa vontade²⁷².

O trecho citado delineia as dificuldades enfrentadas pelo grupo para fazer o melhor na encenação da peça, mesmo amadores sem recursos, o empreendimento conta com o esforço e vontade dos participantes para se aproximar da exuberância e magia do teatro profissional. O teatro amador de Paracambi se insere num

²⁶⁹ Idem. Rio de Janeiro, 7 de março de 1913, p. 6.

²⁷⁰ *Gazeta Operária*. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1903.

²⁷¹ *A Época*. Rio de Janeiro, 4 de março de 1913.

²⁷² Idem. *Ibidem*.

contexto em que essas pequenas organizações teatrais se espalham pelo Rio de Janeiro, e procuram se organizar em torno de valores e culturas comuns²⁷³. As peças não giram em torno de temáticas anarquistas ou sindicais, mas aparecem inscritas no compartilhamento de uma cultura moral que envolve a religiosidade. O diretor de cena, responsável pelo maquinismo do teatro e protagonista da peça, além de ser o protagonista no papel do frei Antonio de Pádua, é o funcionário, contramestre da Brasil Industrial, Alberto Siqueira²⁷⁴. O maquinismo preparado por ele envolve a preparação do tablado, das cortinas e da própria iluminação do lugar²⁷⁵. O figurino fora cedido pela *Casa Storino*, possivelmente uma loja de roupas que teria apoiado os operários na montagem do espetáculo.

A recepção dos presentes é captada pelo jornal por meio da simpatia com que tentam se comunicar com o espetáculo, repleto de aplausos em cenas abertas:

Pois apesar de tudo, os amadores deram um desempenho verdadeiramente brilhante ao conhecido drama, imprimindo aos seus papeis um cunho de acentuada distinção em que se percebia muito estudo e muita vocação, de maneira que o conjunto, bafejado pelas simpatias da plateia, começou desde logo a merecer gerais aplausos²⁷⁶.

O reconhecimento dos colegas com os esforços do grupo demonstra carinho, respeito e solidariedade, envolvendo os parceiros de trabalho. É o que percebia o colunista ao se referir ao desempenho de Alberto Siqueira, afirmando que “o seu magnífico trabalho foi fartamente recompensado pelo público, que o acolheu com quentes salvas de palmas”²⁷⁷. Tal acolhimento por parte de seus pares mostra um homem estimado pelos colegas, além de apontar o reconhecimento de seus esforços para preparação, ensaio, montagem e apresentação da peça pelo grupo operário.

As apresentações do grupo aconteciam com determinada regularidade. No ano de 1913 encenaram dois dramas, *Os milagres de Santo Antônio* e *Sylvia* que foi reapresentado devido ao sucesso ocorrido em sua primeira exibição²⁷⁸. O primeiro texto encenado trata-se de um drama sacro, com pitadas de humor,

²⁷³ FRANCA, Luciana Penna. *Teatro Amador: a cena carioca muito além dos arrabaldes*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense.

²⁷⁴ Idem. Ibidem

²⁷⁵ Idem. Ibidem.

²⁷⁶ Idem. Ibidem.

²⁷⁷ Idem. Ibidem.

²⁷⁸ *A Época*. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1913.

extremamente popular no Brasil até a primeira metade do século XX²⁷⁹, de autoria do português José Maria Braz Martins, publicado em 1854²⁸⁰. Um drama que envolve a dualidade entre o bem e o mal, simbolizados pelos anjos Gabriel e Lusbel. O drama sacro de grande apelo popular encenado pelo grupo amador de Paracambi se encaixa no tipo preferido das montagens teatrais brasileiras até metade do século XX, as comédias leves e os melodramas, como explica Heliniara Amorim Moura ao analisar a peça *Os Milagres de Santo Antônio*.

como a presença de acompanhamento musical para os personagens, cenários suntuosos localizados em distantes cidades da Europa e o emprego de artifícios engenhosos como as aparições fantásticas de personagens inverossímeis, ... além de uma tipologia de papéis definidas pela presença de um vilão de maldade intensa, de moças inocentes perseguidas, de heróis santos ou destemidos²⁸¹.

A peça encenada pelo Servos de Thalma tem uma trama ambígua, que além do caráter dicotômico dos personagens (bem e mal), evidencia as injustiças sofridas pelo povo, que aparece de forma desprotegida e ingênua - tendo para sua proteção o herói Santo, que enfrenta os poderosos para estabelecer a justiça divina. Ainda que a peça estivesse longe de ter um caráter revolucionário ou militante, afinal o povo se resigna pelos seus pecados com o sofrimento, os vilões não deixam de ser punidos por sua ganância e exploração. O compartilhamento de uma lógica moral pautada na religiosidade parece estar presente nesse texto. O sucesso da peça poderia ser explicado pelo compartilhamento de uma lógica partilhada pela religiosidade comum entre os operários de aparente conformação, que delimitava a moral tanto desses sujeitos operários quanto dos próprios diretores. De todo modo, mesmo sendo possível entrever elementos de compartilhamento de lógica moral entre os operários é impossível captarmos as nuances das formas de apreensão do texto teatral pelos expectadores da peça, os significados e apropriações do texto em sua vida cotidiana. O que podemos compreender do seu sucesso é que o enredo, que trazia drama, mistério e

²⁷⁹ A montagem foi anunciada por diversos grupos de teatro na cidade, principalmente na primeira década do século XX. Cf. MOURA, Heliniara Amorim. *O Impagável Cômico Francisco Veloso: Biografia de um ator nos rastros da desconstrução*. Dissertação de Mestrado, UFSJ, 2007.

²⁸⁰ MARTINS, José Maria Braz. *Lusbel e Gabriel, o Thaumaturgo*. Lisboa: Typographia de Elias José da Costa Sanches, 1954. Disponível em < <http://bibliotecadigital.fl.ul.pt>> Acesso em 15 ago. 2012.

²⁸¹ MOURA, *op. cit.*

sacralidade, misturados a uma boa dose de comédia, foi capaz de trazer momentos de divertimento para os operários da fábrica de Paracambi.

O outro drama encenado nesse mesmo ano é *Sylvia*, de autoria de um dos escritores da coluna “Nos subúrbios”, do jornal *A Época*: o tenente Eduardo Magalhães²⁸². Interessante perceber a lógica pela qual transitam os trabalhadores para a escolha desse texto teatral. Há na aproximação com o colunista de *A Época* uma tática do grupo teatral de Paracambi, quando reproduzem a lógica paternalista a partir de seus interesses. O ato de montar a peça do responsável pelas notícias da coluna garantiria, assim, a notícia e crítica da peça no periódico. Por meio da descrição do espetáculo é possível ter uma breve ideia dos personagens que compõem a trama. A protagonista Sylvia, “amorosa e meiga”, sofredora e fiel, que por amor ao jovem Gastão resiste às investidas do “perverso Armando”. “Gastão, o apaixonado, o bom, o meigo companheiro de Sylvia”, e o mau elemento, o vilão, “o falso amigo, o desleal Armando de Oliveira”, além de outro personagem “Agostinho, o dedicado servo, o fiel e amoroso Agostinho”. Por intermédio dessa descrição, parece tratar-se de uma trama simples, de estilo melodramático, com personagens dicotômicos, e com viés de comédia.

Interessante, no caso do teatro e do drama *Sylvia*, é a presença de uma protagonista feminina, que pode ajudar na visualização do papel destinado à mulher naquela sociedade. O seu protagonismo demarca uma atuação ativa, de caráter moderno, incorporada na atividade teatral. Excluída em outros campos, como o futebol e a política, a mulher aqui é ativamente congregada a esse espaço de lazer, diversão e reunião em torno da arte. A incorporação das mulheres nesse mundo do trabalho fabril é apontada como parte do projeto da constituição da mão de obra local ainda nos primeiros relatórios da fábrica²⁸³. Todavia, apesar da proeminência do seu papel nessa peça, ela é representada como vítima, amante indefesa, inscrita na imagem de debilidade e delicadeza de um ser sempre em falta, que necessita de proteção. A ambiguidade feminina passa, assim, pela definição de superficialidade, fragilidade e volubilidade, carente de proteção e tutela na sociedade que se formava. Juan Suriano analisa a incorporação feminina em atividades como o teatro como a inserção de um elemento “transgressor e

²⁸² *A Época*. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1913.

²⁸³ COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL. *Primeiro Relatório aos Acionistas* em 30 de janeiro de 1874.p.12.

ambíguo”, ao trabalhar com a experiência anarquista em Buenos Aires²⁸⁴. Numa lógica que ressalta a reconfiguração social inscrita num ideal de modernidade, que incorpora ativamente a mulher, seu papel era de submissão, marcado pelas características do amor materno, da necessidade de proteção e tutela, quase como uma menor de idade²⁸⁵. A demarcação do protagonismo feminino nessa montagem traz essa ambiguidade desempenhada pela mulher na sociedade local, pois passavam a ver a mulher um sujeito ativo no mundo, entretanto, inscrita numa imagem que permanece sob a tutela masculina.

As montagens dos anos posteriores são noticiadas pela mesma coluna, porém perdendo a descrição minuciosa dos espetáculos²⁸⁶. Essas outras notícias nos permitem ver a regularidade com que foram montadas as peças dos amadores de Paracambi. Nesses dois anos em que figuraram, foram cobertos pela coluna “Nos Subúrbios”. Em 1914 foram montadas duas comédias, “Dois Pretendentes e uma Moça”²⁸⁷ e “Moços e Velhos”. No mesmo ano ainda outros dois dramas também são encenados “o poder do ouro”²⁸⁸ e vírgulas”²⁸⁹. As notas do jornal elogiam sempre a estrutura e os amadores, mas sem nos permitir analisar a montagem. Esses relatos, no entanto, parecem apontar para um gosto que alterna melodrama e comédias de costumes, característico das montagens brasileiras até a metade do século XX²⁹⁰. A regularidade das montagens e o sucesso que as encenações faziam entre os operários demonstram a abertura de um espaço de diversão e lazer inscrito no calendário da fábrica de tecidos. O jornal *A Época* anunciava com antecedência as atrações que seriam encenadas pelo grupo, assim como a escolha do texto e o início dos ensaios, o que pode significar o interesse da população pelo tema.

As apresentações do grupo de teatro tinham como característica tornarem-se grandes bailes²⁹¹. O que parece significar que aquelas noites e encenações eram de diversão, confraternização nas quais os operários criavam laços de afeto e solidariedade no compartilhamento de lazer proporcionado pelo teatro.

²⁸⁴ SURIANO, Juan. *Anarquistas: cultura y política libertaria en Buenos Aires, 1890- 1910*. Buenos Aires: Manantial, 2001.

²⁸⁵ Idem. Ibidem.

²⁸⁶ *A Época*, 24 de janeiro de 1914.

²⁸⁷ Idem, 17 de fevereiro de 1914.

²⁸⁸ Idem, 29 de maio de 1914.

²⁸⁹ Idem, 4 de agosto de 1914.

²⁹⁰ MOURA, *op. cit.*

²⁹¹ *A Época*. Rio de Janeiro, 1913-1914.

As noites começavam e terminavam embaladas pela música “da harmoniosa e disciplinada banda musical, composta de operários, rapazes de boa educação, muito unidos e amáveis”²⁹², que divertiam a plateia formada pela “presença de distintíssimas famílias e dignos cavalheiros”²⁹³. Ao fim do espetáculo “improvisaram-se danças que terminaram às 2 horas da madrugada”, diz o colunista convidado de *A Época*, que teve a honra de dançar uma *polka* com uma gentilíssima senhora, Dona Paula de Azevedo que fora agraciada com a citação de seu nome no jornal. As “adoráveis noites” do teatro em Paracambi pareciam um momento de diversão e confraternização fora do mundo do trabalho.

O grupo de teatro carrega a marca paternalista manifesta desse tipo de relação. O consentimento e apoio da gerência da fábrica na criação desse espaço para o operariado passam por uma tentativa de controle do tempo de ócio dos seus trabalhadores, prevendo um ambiente familiar e saudável, no qual a linguagem compartilhada tanto de comportamento como da escolha dos textos não afrontavam a lógica paternalista fabril. O grupo era sempre acompanhado de perto pela direção da fábrica que assim demarcava a tutela e doação daquele espaço. Porém, para além do controle fabril, o que esse espaço de lazer dos operários nos mostra é que esses trabalhadores aprenderam a se movimentar por dentro da lógica de domínio paternal e que os operários parecem achar meios de compartilhar linguagens através das encenações teatrais, experiências por meio dos bailes que formavam após as apresentações, que fornecem elementos que os permitiam articularem suas próprias identificações.

Percebe-se, assim, o papel que desempenharam em Paracambi, em conjunto, os pequenos eventos que marcavam o lazer cotidiano dos trabalhadores locais. Por meio de janelas, como o teatro, os saraus e festas organizadas dentro das casas da vila, o carnaval e o Clube de futebol, pudemos ver fragmentos do processo dinâmico que construiu e afirmou uma identificação própria aos trabalhadores da Brasil Industrial. Entre o espaço circunscrito pela fábrica e as redes que os ligaram a uma solidariedade maior, representada pelos laços com os de fora, que compunham o restante da população da cidade, esses operários acabaram por cruzar os portões que e ampliaram as suas possibilidades de identificação com o restante da cidade.

²⁹² Idem. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1913.

²⁹³ Idem. Ibidem.

Por um lado, essas práticas recreativas se convertiam, com isso, em meio de formação de laços horizontais de solidariedade entre os trabalhadores locais - que através dos grêmios criados para tais práticas organizavam suas redes de identidade e diferença. Essas ações fazem parte do processo de criação de solidariedade, e de práticas comuns entre esses homens e mulheres que se movimentavam pelo campo cultural. O modo pelo qual se estruturam tais práticas deixa claro como este processo foi feito por dentro das redes do paternalismo, permanentemente tecida por esses trabalhadores como forma de assegurar seu lazer.

Os ambientes de convivência do operariado nos parecem assim ser o palco onde foi possível aos trabalhadores locais continuar uma forma de embate social com o qual muitos deles estavam habituados desde os tempos da escravidão. Nesses espaços foi possível perceber a movimentação do operariado, suas táticas e estratégias, inscritas nas formas de aceitação, subordinação e resistência²⁹⁴ que acabaram por revelar um sistema paternalista bem diferente do ideal projetado pelos patrões – na medida em que ele era também moldado pelas lógicas e ações desses sujeitos. Nesse sentido, percebemos aí as tensões do sistema de controle a que esses homens estavam submetidos.

Foi, portanto, no campo cultural que se constituíram as bases que possibilitaram a criação de formas de identificação entre esses homens e mulheres da Brasil Industrial que teria nas greves de 1918 um de seus resultados. Longe de espelhar uma relação de domínio constituída em outra esfera, as práticas culturais apresentam-se assim como uma arena em que os valores herdados estão em constante transformação e ressignificação, como propõe E. P. Thompson²⁹⁵. Não se trata de estabelecer um consenso, mas de um conflito entre diferentes interesses que medeiam as relações sociais em construção. Por isso, entendemos as formas de ocupação dos espaços e as práticas cotidianas dos operários inseridos naquele sistema fabril não apenas como fruto de uma ideologia que tentava limitá-los e manipulá-los, mas também como elementos que eram por eles manipulados, através de uma dinâmica de disputas simbólicas, a qual muitos daqueles trabalhadores haviam por décadas se habituado.

²⁹⁴ HALL, *op. cit.*

²⁹⁵ THOMPSON, *op. cit.*

Nessa perspectiva, pretendemos analisar, por meio das teias do paternalismo herdado do século XIX, as possibilidades de movimentação do operariado, inserido nesse sistema, e perceber seus “elementos conflitivos”, como propõe Thompson (1998), que, uma vez colocados sob pressão, puderam formar uma organização como a que levou às greves de 1918. A partir de fragmentos que permitiram vislumbrar a movimentação operária no campo cultural, encontramos alguns espaços e brechas do sistema que podem ter permitido a sua organização, elaboração e apropriação de elementos que se aglutinaram e permitiram a identificação e união de parte do operariado para além do controle fabril. Essas possibilidades de identificação estão inseridas em um determinado espaço e tempo: as primeiras décadas do século XX até a greve de 1918, e os anos imediatamente posteriores, vivenciados no espaço fabril delimitado pela Companhia Brasil Industrial e a cidade de Paracambi. Diante de tudo isso, foi possível observar a construção de fortes laços entre esses sujeitos, elos que permitiram a modelagem de uma identidade operária, que pôde funcionar como elemento aglutinador e emergir em um momento de confronto, como foi o caso da greve de 1918.

5 Considerações finais

O processo de formação da Companhia Brasil Industrial, situada nos arredores do Vale do Paraíba fluminense, reconfigurou a paisagem do local, na segunda metade do Século XIX. O complexo fabril nasceu como a maior fábrica de tecidos do Brasil, e ao redor dessa grande estrutura se constituiu o povoado de Macacos, posteriormente chamado de Paracambi. Nessa localidade, regulado por esse mundo do trabalho, desenvolveram-se experiências singulares de homens, mulheres, e crianças de diferentes origens, hábitos e costumes.

Em meio ao processo de emancipação da escravidão e de criação de novas configurações sociais, se dá o início do planejamento e empreendimento da Brasil Industrial. A partir da implementação da Companhia foi possível observar o processo de estabelecimento de novas práticas que mediarão as relações daquele “mundo do trabalho” nascente. As formas de controle que dão vida ao novo sistema conjugaram e reelaboraram elementos pertencentes à relação senhorial que caracterizou por séculos a escravidão no Brasil. O sistema que se estabeleceu no novo “mundo do trabalho” criado pela fábrica de tecidos de Paracambi carregou as heranças desse paternalismo senhorial e se situou em uma espécie de “entre-lugar”, para utilizarmos a aceção de Hommi Bhabha²⁹⁶ - apropriada aqui para demarcar o lugar situado entre a perpetuação das formas definidas pela escravidão e a inauguração de um paternalismo de caráter fabril.

Esse trabalho buscou encontrar na experiência pioneira da grande fábrica de tecidos, a Companhia Brasil Industrial, indícios sobre o processo de formação de culturas e identidades compartilhadas pelos operários da localidade. Ao procurar entender as relações que foram tecidas no dia a dia, na experiência cotidiana, encontramos as brechas que permitiram a movimentação do operariado diante do domínio e subordinação totalizante pretendido pelo sistema paternalista, as quais possibilitaram a construção de solidariedades para além da reprodução do trabalho. Esse campo cultural foi construído por laços entre famílias e vizinhos que compartilharam espaços comuns e desenvolveram formas de companheirismo e possibilidades de identificação, que em momentos de tensão possibilitaram a união de indivíduos heterogêneos em torno de ideais comuns.

²⁹⁶ BHABHA, Homi. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte. UFMG, 1998

Ao procurar analisar a formação da rede de relações localizadas e organizadas no cotidiano do espaço de trabalho, privilegiamos momentos e lugares nos quais esses indivíduos poderiam compartilhar e desenvolver costumes comuns, dando forma a uma cultura dinâmica que, ao mesmo tempo em que os situa como indivíduos pertencentes a uma mesma condição, consegue moldar o sistema fabril a que estão submetidos. O *Cassino Club União Operária*, onde eram realizados os bailes, as festas, além dos ensaios do grupo de teatro e da banda de música, as festas organizadas para a padroeira da fábrica Nossa Senhora da Conceição e o clube de futebol, se configuram como espaços específicos, que permitem encontros fora do ambiente de trabalho, abertos pela relação travada entre o operariado e a direção. Foi na construção desses espaços e por dentro da relação paternalista do sistema fabril que esses sujeitos encontraram formas de conquistas que passaram por confrontos indiretos, marcados pela estratégia de convencimento de que seus patrões estariam concedendo benefícios e dádivas aos seus operários - tática que permitiu uma movimentação pelo campo cultural fortalecendo laços de solidariedades sem romper a lógica de dominação pretendida.

É na conjugação dessa dinâmica de identificação entre o dentro e fora do espaço do trabalho que há a possibilidade de deslocamento da percepção desses sujeitos e uma maior compreensão do sistema em que estão inseridos. Além de operários que se reconhecem como tais, esses sujeitos ampliam suas convivências e os espaços do seu campo cultural, alargando suas possibilidades de identificação. Mais do que uma identidade exclusiva formadora de uma classe operária, parece ter se construído uma identificação mais abrangente, que se estende aos outros trabalhadores que formam a cidade. Interessa-me pontuar aqui que a rede de solidariedade formada a partir de experiências culturais comuns não é restrita a uma cultura operária *stricto senso*, mas conjugam elementos e símbolos, caracterizados por uma forma cultural mais ampla, talvez de trabalhadores em geral, inscritas nos limites da cidade, permitindo que esses sujeitos transitem entre diferentes formas de identificação.

A cultura comum que amarra as redes de solidariedade da localidade se configura como um campo de batalha, onde a construção e reconstrução da realidade podem ser entendidas como um movimento constante, um processo dinâmico, no qual a tomada de consciência acontece apenas em momentos

extremos²⁹⁷, como as greves de 1918. A possibilidade de formação de identidades só pode ser compreendida, nesse sentido, quando esses sujeitos lançam mão de elementos que compõem o campo cultural, para transformar e ressignificar os costumes compartilhados, dando forma a uma identificação que os une, o que revela um processo dinâmico exposto pelo entrelaçamento entre a tradição e o “fazer-se” identitário, fruto necessário de um movimento que jamais encontra um ponto final. Por meio desse processo vemos que foi possível modelagem de identidades entre os trabalhadores locais que tiveram nas greves de 1918 um momento claro de expressão, mas que estava, a bem da verdade, longe de se restringir a ela.

²⁹⁷ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

6 Referências Bibliográficas

6.1 Fontes Primárias

A Época. Rio de Janeiro, 1917- 1918.

_____. Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1912.

_____. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1912.

_____. Rio de Janeiro, 31 de Julho de 1912.

_____. Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1913.

_____. Rio de Janeiro, 4 de março de 1913.

_____. Rio de Janeiro, 7 de março de 1913.

_____. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1913.

_____. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1913.

_____. Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1913

_____. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1913.

_____. Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1913.

_____. Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1913.

_____. Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1914.

_____. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1914.

_____. Rio de Janeiro, 23 de junho de 1914.

_____. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1914.

_____. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1914.

_____. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1915.

_____. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1915.

_____. Rio de Janeiro, 24 de março de 1915.

_____. Rio de Janeiro, 10 de maio de 1915.

_____. Rio de Janeiro, 1 de junho de 1915.

_____. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1916.

A Reforma. Rio de Janeiro, 9 de junho de 1874.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Vassouras. **Notificação Civil** (105664815003). Notificante: Cândida Ermelinda Lobo. Notificada: Companhia Brasil Industrial.

COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL. **Primeiro Relatório aos Acionistas:** 30 de Janeiro de 1874.

_____. **Terceiro Relatório aos Acionistas:** 15 de Março de 1876.

_____. **Quarto Relatório aos Acionistas:** 4 de outubro de 1877.

_____. **Quinto relatório aos Acionistas:** 14 de novembro de 1878.

_____. **9º Relatório aos Acionistas:** 6 de setembro de 1882.

_____. **18º Relatório aos Acionistas:** 5 de Novembro de 1891.

_____. **22º. Relatório aos Acionistas:** 3 de setembro de 1895.

_____. **24º Relatório aos Acionistas:** 22 de setembro de 1897.

_____. **33º Relatório aos Acionistas:** 19 de setembro de 1906.

_____. **52º Relatório aos Acionistas:** 4 de março de 1925.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1917 -1918;

_____. Rio de Janeiro, 19 de março de 1917, p.3.

_____. Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1918.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1895.

MARTINS, José Maria Braz. **Lusbel e Gabriel, o Thaumaturgo.** Lisboa: Typographia de Elias José da Costa Sanches, 1954. Disponível em < <http://bibliotecadigital.fl.ul.pt>> Acesso em 15 ago. 2012.

O Globo. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1875. p.2

O Mequetrefe. Rio de Janeiro, 9 de junho de 1874.

_____. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1875.

O Município. Vassouras, 01/1908-12/1912.

O Pharol. Juiz de Fora, 7 de agosto de 1903.

Vida e Glória do Brasil Industrial Esporte Clube. Paracambi-RJ, 1972. Disponível em: < http://www.portalparacambi.com/esportes_biec.htm>. Acesso em: 18 ago. 2011.

6.2

Fontes Secundárias

ABREU, Martha. **O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830- 1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia**. Campinas: UNICAMP, 1999.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BHABHA, Homi. K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Editora Difusão Europeia do Livro, 1962.

CERTEAU, Michel de. “Relatos de espaço”. In: **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer**, 15ª. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2008, pp. 199-217.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CIAVATTA, Maria. “Do Espaço da Fábrica para o Espaço da Escola (I): Introdução a uma história fotográfica”. In: CIAVATTA, Maria. (coord.); DUARTE, Elisa Tavares [et al.]. **Memória e Temporalidades do Trabalho e da Educação**. Rio de Janeiro: Faperj, 2007. pp. 19-40.

CUNHA, Maria C. P. **Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DAVIS, Natalie Zemon. “Mundo do carnaval”. In: **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.204.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 33ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FRANCA, Luciana Penna. **Teatro Amador: a cena carioca muito além dos arrabaldes**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense.

GIROLETTI, Domingos. **Fábrica: Convento e Disciplina**. Brasília: Editora UNB, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. **Ministério do trabalho: uma história vivida e contada**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (org); trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HARTOG, F. **O Espelho de Heródoto**. Belo Horizonte: editora da UFMG, 1999.

HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. **Lance de Sorte: futebol e o jogo do bicho na Belle Epoque carioca**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

KELLER, Paulo Fernandes. **Fábrica e Vila Operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi/RJ**. Engenheiro Paulo de Frontin: Solon Ribeiro, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006.

LARA, Sílvia H. **Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil**. Projeto História. São Paulo. 16:25-38, fev.1998.

LEITE LOPES, José S. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na “Cidade das Chaminés”**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da UNB,1988.

LESSA, Carlos. **Os Lusíadas na Aventura do Rio Moderno**. Rio de Janeiro: Record, 2002

LUGÃO, Ana; MATTOS, Hebe. **Memórias do cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. “A paisagem fabril-têxtil no município de Itabira: uma experiência industrial no espaço rural”. In: BORGES, Maria Elisa Linhares (org). **Campo e Cidade na Modernidade Brasileira: literatura, vilas operárias, cultura alimentar, futebol, correspondência privada e cultura visual**. Belo Horizonte: Argumentum, 2008. pp.219-245.

MARINHO, José Antônio. **História do Movimento Político, que no ano de 1842 teve lugar na província de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Tipografia de J. E. S. Cabral, 1844.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MIYASAKA, Cristiane Regina. “A questão social e o jornal A Época (1912-1919)”. In: **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História**. ANPUH/SP-UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. CD-ROM.

_____. **Viver nos Subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

MOURA, Heliniara Amorim. **O Impagável Cômico Francisco Veloso: Biografia de um ator nos rastros da desconstrução**. Dissertação de Mestrado, UFSJ, 2007.

NATAL, Clélia R. N.; NATAL, Gilson. **História de Paracambi 1800 a 1987**. Rio de Janeiro: Guavira Editores, [1987?].

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. “Além de senzalas e fábricas, uma história social do trabalho”. IN: **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 18, n. 1, jun. 2006, pp. 217-240.

NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília A. N. (orgs). **O Brasil republicano. O tempo do Liberalismo excludente: da Proclamação da república à Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 13-44.

NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux”. In: NORA, Pierre (org). **Les Lieux de Mémoire**. Paris: Gallimard, 1986. (vol. 1).

PEREIRA, Leonardo A. M. **O Carnaval das Letras: Literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1994.

_____. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902-1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. “A Flor da União: festa e identidade nos clubes carnavalescos do Rio de Janeiro”. In: **Terceira Margem**. Ano X, n. 14, jan-jun 2006.

POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: **Estudos Históricos**. n.3. Rio de Janeiro: 1989.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

SADIE, Stanley. **Dicionário Grove de Música**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

SLENES, Robert. **Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

STEIN, Stanley. **Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba: com referência especial ao município de Vassouras**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

_____. **Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850/1950**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

_____. **Vassouras, um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SURIANO, Juan. **Anarquistas: cultura y política libertaria en Buenos Aires, 1890- 1910.** Buenos Aires: Manantial, 2001.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.